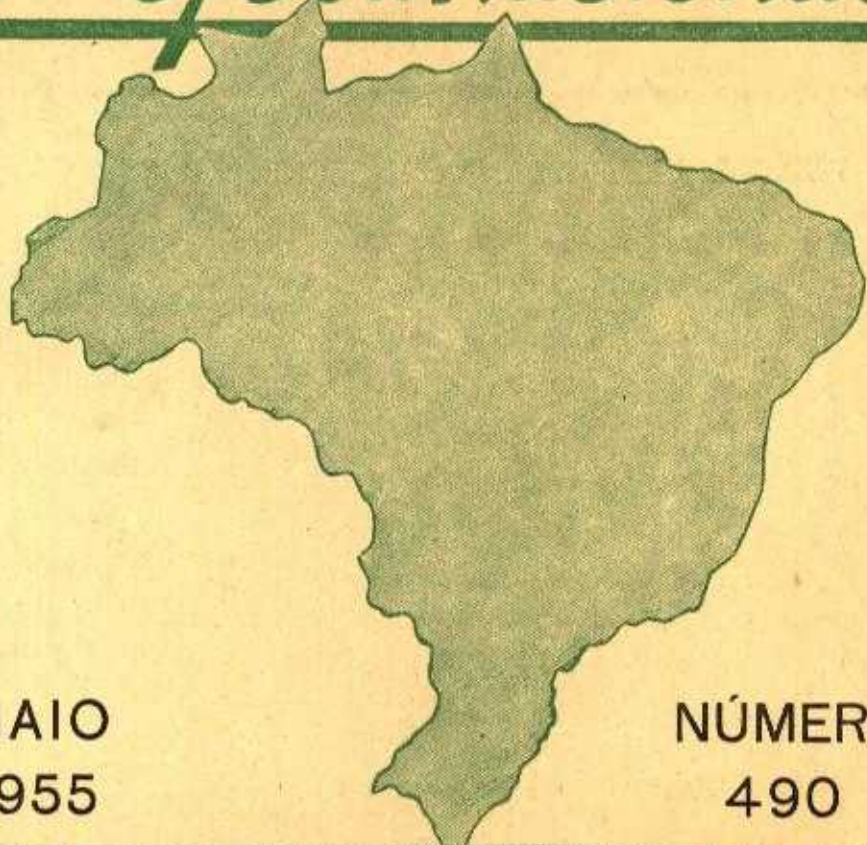


A Defesa Nacional



MAIO
1955

NÚMERO
490

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1955

N. 490

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Aspectos geográficos da Zona Militar Norte — Coronel Antonio de Brito Junior.....	5
Os velhos fortes... — Prof. Eduardo Duarte.....	9
Formosa — Gen. Manoel Ignácio Carneiro da Fomtura.....	23
Bartolomeu de Gusmão — Afonso de E. Taunay.....	29
O varredor dos céus (Skysweper) — Cap. Orlando Viégas.....	33
O helicóptero no combate — Cap. Egon de Oliveira Bastos.....	37
Estudo do Terreno — Maj. Darcy A. Noll.....	41
CULTURA GERAL	
A política mundial do Brasil: Sua função e objetivos permanentes — Dr. Renato Mendonça.....	49
A missão das Universidades na formação das elites — Acadêmico Peregrino Junior.....	61
O porto de Tamandaré no litoral de Pernambuco — Gen. Dermeval Peixoto.....	71
Aplicações "pacíficas" e "militares" da energia atômica — Maj. Fernando A. Moreira Barbosa.....	75
A metalurgia como fator do desenvolvimento de uma nação — Engenheiro José Ermirio de Moraes.....	83
DIVERSOS	
A visita do Presidente da República a Portugal — Discursos do Gen. Gra-veiro Lopes e do Sr. J. Café Filho.....	95
Dez anos depois da 2ª Guerra Mundial — Ten.-Cel. João B. Peixoto.....	101
O 24 de maio de 1866 — Cel. João B. Magalhães.....	107
Centenário do Marechal Hermes da Fonseca — Discursos do Presidente Café Filho e do Gen. Floriano Brayner.....	111
A Escola de Educação Física do Exército vista por oficiais portugueses — Revista Militar de Portugal.....	117
BRASILIANAS	
Perspectivas sobre o Café — Desenvolvimento do nosso Parque Mineral — Inversões norte-americanas na América Latina — Recursos naturais da América Latina — Agricultura e Indústria — Produção de algodão — Novas reservas de carvão — Produção de alumínio — Estanho e Arsênico.....	119
NOTÍCIAS MILITARES	
"Sniperscope" — Barcaça de matéria plástica — O "B 52" — O "Forrestal" — Os russos seriam derrotados.....	123
ATOS OFICIAIS	
Leis, Decretos e Avisos relativos ao mês de março.....	121



Carinhosa e imponente foi a recepção que teve o Chefe do Governo, Presidente João Café Filho na sua recente visita a Portugal.

A lendária Lisboa engalanou-se para homenagear o Brasil na pessoa de seu ilustre filho e representante.

Já antes, mais de século atrás, as mesmas flâmulas tremularam nos mastareus e nos edifícios para receber um brasileiro que havia nas fronteiras defendido o nosso patrimônio — Rafael Pinto Bandeira.

Uma brilhante parada e um garboso desfile das forças portuguesas tiveram lugar em Lisboa por ocasião da visita presidencial.

O Exército lusitano remodelado, pequeno mas eficiente, apresentou-se impecavelmente, recebendo entusiásticos aplausos da multidão.

Em tôdas as localidades visitadas foi a mesma cálida e afetuosa acolhida. A espontaneidade dos sentimentos manifestados era comovedora. A alegria iluminava todos os semblantes.

Portugal ressurgido pelo braço firme de um grande estadista — Oliveira Salazar — apresenta aos visitantes um deslumbrante espetáculo. Há ordem, disciplina, trabalho, respeito, justiça.

O povo confia no Governo e se orgulha dos seus mandatários.

Os discursos que transcrevemos adiante, demonstram o grau de amizade que une as duas Pátrias.

Se dias sombrios perturbarem a Paz da América é para o solo português que poderemos ser levados a defender o legado das nossas comuns tradições cristãs contra o coturno moscovita.

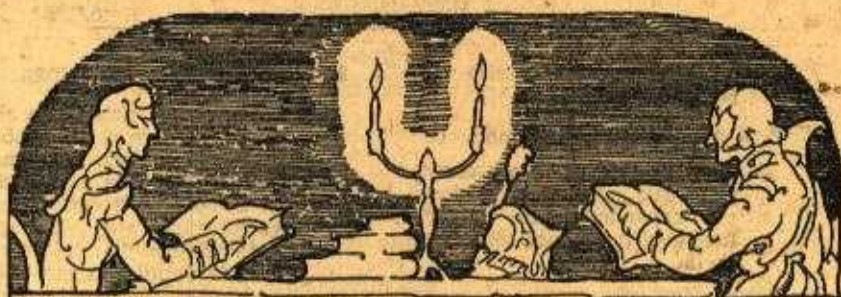
O Tratado de Amizade e Consulta ratifica os sentimentos e as aspirações das nações signatárias.

Torna-se entretanto necessário incrementar o nosso intercâmbio cultural e econômico. A nossa indústria já pode ser levada às bandas de ultramar. O equilíbrio da balança comercial entre as duas nações deve ser ponto de honra para o nosso Itamaraty.

Também no setor militar precisamos de relações mais estreitas, de intercâmbio mais vasto. Oficiais superiores e subalternos, de ambos os exércitos, poderiam cursar as escolas para uma maior troca de conhecimentos.

A utilidade dessa medida será recíproca.

Ao aflorar este tema "A Defesa Nacional" saúda o Exército Português e deseja que as suas gloriosas tradições continuem recebendo novos louros.



CULTURA PROFISSIONAL

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ZONA MILITAR NORTE

Coronel ANTONIO DE BRITO JUNIOR

É interessante assinalar a profunda diferença de características dos territórios que constituem a Zona Militar Norte, ora compreendendo 11 Estados e 5 Territórios, afetos às regiões naturais, aceitas pelo CNG: Leste, Nordeste e Norte. Sob o ponto de vista militar, constatamos na referida Zona Militar Norte, duas zonas ou regiões, perfeitamente distintas: Norte e Nordeste que, para o estudo em apêço, não correspondem àquelas regiões naturais do CNG. Assim, para fins dessa exposição, consideraremos:

— a zona Norte compreendendo os Estados de Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, o Norte de Mato Grosso e o de Goiás e os Territórios de Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé;

— a zona Nordeste compreendendo os Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e o Território de Fernando de Noronha.

A flagrante diversidade de características destas duas zonas, fica sobejamente evidenciada se ponde-

rarmos e fizermos um paralelo entre os argumentos abaixo relacionados:

A — Quanto à Zona Norte:

1 — Argumentos geofísicos:

- Costa baixa e facilmente abor-dável;
- planície vastíssima, uma das maiores do mundo;
- clima quente, úmido e com muitas chuvas;
- floresta densa e quase toda virgem;
- rede potamográfica pujante, praticamente único meio de comunicação, mas que oferece notáveis linhas naturais de penetração para a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia;
- área extensíssima, correspondente a mais da metade da superfície total do país;
- enorme linha fronteira terrestre com sete países: as três Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com uma extensão de cerca de 11.000 km, ou seja quase 70%

de toda nossa fronteira terrestre.

2 — Argumentos geoeconômicos :

- É crescente o interesse econômico que, no âmbito nacional e internacional, tem se verificado ultimamente sobre esta região ;
- pela proposta criação do Instituto da Hiléia, objeto de justas e acaloradas discussões em nossas Câmaras ;
- pelo estabelecimento de um Plano Nacional para Valorização da Amazônia, em lento desenvolvimento ;
- pelas múltiplas aplicações e solicitações cada vez maiores da borracha que tem ali o seu hábitat ;
- pela exploração, por empresas estrangeiras, das ricas jazidas de minério do Amapá, da qual resulta seu presente surto de progresso ;
- pelas inexgotáveis reservas de preciosas madeiras, de aplicações várias ;
- pela garimpagem de ouro, em particular nas regiões fronteiriças, de fácil evasão, graças ao despolicamento e abandono ali reinantes ;
- pela possibilidade, ou quase certeza, da existência de lençóis petrolíferos, em particular nos territórios mais vizinhos do sopé dos Andes ;
- pela imposição geográfica resultante da existência do paredão dos Andes ao longo de toda a costa ocidental do continente sul-americano, que torna todos os países deste continente, exceto o Chile, tributários do Atlântico pelos sistemas hidrográficos amazônico ou platino ;
- e, finalmente, pela privilegiada posição de Belém, futura porta de entrada e de saída da bacia amazônica, fadada a desempenhar papel semelhante ao de Buenos Ayres, na bacia platina, tal a simetria geográfica que as relaciona.

3 — Argumentos geohumanos :

- Muito pequena população absoluta, da ordem de 5 milhões de habitantes, isto é, menos de um décimo da população total do país, distribuída em pequeno número de cidades e grande número de núcleos esparços de população rarefeita, do que resulta para ali a mais baixa densidade demográfica de todo o país.

4 — Argumentos militares :

- Extensa área estratégica, com três sub-áreas, uma de entrada, uma de penetração e uma fronteira, de alto valor militar, quer sob o ponto de vista nacional, como único escoadouro de toda a vasta bacia amazônica, quer sob o ponto de vista continental, por ser esta zona de vital importância para a organização da defesa do canal do Panamá.

Em consequência, necessidade inadiável de serem conferidos à Amazônia recursos militares maiores e mais condizentes com seu valor físico, sua importância estratégica e sua atual precariedade de recursos humanos e materiais.

B — Quanto à Zona Nordeste :

1 — Argumentos geofísicos :

- Excepcional situação geográfica, na parte avançada e mais oriental de todo o continente americano ;
- com um interessante trampolim, constituído pelo arquipélago de Fernando de Noronha, situado no estreito do Atlântico ;
- costa extensa (2.660 km), de abordagem difícil em vários trechos, devido à presença de numerosas dunas, salinas e recifes ;
- clima das regiões semi-áridas, isto é, quente, seco e com precipitações escassas e irregulares ;
- vegetação pobre, agressiva, sem florestas, reduzida às ca-

atingas, salvo as pequenas e desbastadas matas da faixa litorânea;

- rede potamográfica inexpressiva, representada por pequeno número de rios perenes, (exceto o S. Francisco) ou que só circulam permanentemente nos baixos cursos, nada valendo quanto às suas condições de navegabilidade;
- área correspondendo apenas a pouco mais de um décimo da superfície total do país;
- inexistência de fronteira terrestres.

2 — Argumentos geoeconômicos:

Região de grande projeção na economia nacional:

- Pela significativa produção de açúcar, algodão, sal, fibras, ceras e óleos de origem vegetal;
- pela extração de minérios raros, de berilo e lítio;
- pela crescente expansão de nossa única fonte atual de petróleo, no Recôncavo Baiano, e possibilidade da determinação de novos lençóis;
- pelo desenvolvimento, em futuro próximo, de seu parque industrial, resultante do aproveitamento do potencial hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso;
- pelo seu valor como região de trânsito comercial obrigatório para várias carreiras marítimas e aéreas, possibilitando o estabelecimento de fretes mais baixos.

3 — Argumentos geohumanos:

- População considerável, correspondente a mais de um quarto da população total do país, distribuída particularmente pelas numerosas cidades que se desenvolvem na faixa litorânea, conferindo ali uma densidade demográfica só comparável à do triângulo, centro de gravidade do Brasil, Rio-São Paulo — Belo Horizonte.

4 — Argumentos militares:

- Área estratégica de alto valor militar, particularmente em face a um possível conflito internacional, extra-continental;
- vantajosas condições para o estabelecimento de bases aéreas e navais, tendo em vista a travessia do Atlântico-Sul;
- zona de vital importância para o sistema de defesa do canal do Panamá;
- amplos recursos que permitem aumentar nossas reservas aproveitando melhor o grande potencial humano, com as brilhantes qualidades de sobriedade e de desprendimento do homem nordestino.

Em suma:

Amazônia e Nordeste não têm sido contemplados com os recursos mínimos compatíveis com nossas possibilidades, apesar de se acharem intimamente vinculados aos dois grandes problemas do petróleo e da defesa continental.

Infelizmente, temos o mau vezo de só ver as cousas claras, em tempo escuro.

Telegramas: "JOTORQUATO"

J. Torquato & Cia. Ltda.

Ferragistas-Importadores — Fundada em 1929

São Paulo — Rua Liberdade n. 155 — Fone: Loja 36-6200 — Escrebório 55-4915
 Rio — Rua Visconde de Inhaúma n. 109 — Loja 23-5812 — Escrebório 23-4744
 Fortaleza (Ceará) — Rua Major Fausto n. 321 — Fones: Escrebório 4515 —
 Seção de Vendas 3325 — Caixa Postal, 161

VELHOS FORTES...

EDUARDO DUARTE

"Em visita pelo Estado Oriental do Uruguai, o Dr. Eduardo Duarte, historiador emérito, mestre da nova geração de historiadores do Rio Grande do Sul, que muito lhe devem, "sentou praça" nos velhos fortes, construídos há dois séculos por gente lusã com o intuito de defender o direito de posse garantido pelo Tratado de 1750. Estudioso e dedicado, o Dr. Eduardo Duarte, ao regressar, quiz transmitir a seus amigos, admiradores e discípulos as impressões que lhe causaram as reconstruções dos fortes de São Miguel e de Santa Tereza, descrevendo-os ao mesmo tempo, bem como o de Santa Tecla, este de fundação espanhola. E isto ficou registrado no trabalho em seguida publicado (W. Spaulding)."

O FORTÉ DE SÃO MIGUEL

Em 1934 a República Oriental do Uruguai celebrou o segundo centenário da fundação do Forte de São Miguel. Tal celebração teve sua razão de ser embora não se referisse diretamente ao majestoso Forte que visitamos, construído bem próximo da fronteira do Brasil, mas a uma construção rudimentar anterior.

Realmente, em 1734 o alferes Esteban del Castillo, das forças espanholas, ali fundara modesto forte de construção rudimentar, — um amontoado de terra, barro e pedras, sem significação arquitetônica e, militarmente, de pouca valia.

O local, ponto onde começa a serra, está situado logo após o extenso banhado formado pelas nascentes do São Miguel, arrôio cujas águas vão aumentar o volume líquido da Lagoa Mirim. Naquelas cercanias, a pedra é abundante, facilitando, assim, relativamente, obras como essa do Forte de São Miguel.

A fundação real, porém, daquele reduto fortificado data do ano de 1737 e lembra a grande figura do Brigadeiro José da Silva Paes, militar-engenheiro, nome que enche vasto capítulo da história nacional.

O Brigadeiro Silva Paes foi fundador de fortes e fortalezas, entre as quais podemos citar a da *Ilha das Cobras*, a de *Lages*, a de *Santos* e mais o projeto de fortificação da Colônia do Sacramento e, ainda, o Aqueoduto da Carioca, que iniciou.

Foi esse mesmo Brigadeiro que penetrou a barra do Rio Grande, a *diabólica*, no dizer de Gomes Freire de Andrada e que, penetrando-a, fez com que os soldados perdessem o horror que lhes infundia aquela porta do Rio Grande eivada de tradições terroríficas naqueles recuados tempos.

Feita a travessia a 19 de fevereiro de 1737, desembarcou o valeroso militar no local da hoje Cidade do Rio Grande onde fundou o *Presídio* que não era presídio na expressão real da palavra, mas praça de guerra na qual edificou o Forte *Jesus-Maria-José* que a garantiria, e, mais para o interior, o de *Santa Ana*.

Após isso, Silva Paes visitou as cercanias e, atravessando o Chuí, hoje fronteira nossa com o Uruguai, encontrou um ponto admirável para ser fortificado. E, em outubro daquele mesmo ano de 1737, assentou que seria levantado outro forte nas proximidades do arrôio São Mi-

guel, na serra, "Um lugar, disse ele, alto e pedregoso onde fiz um reduto quadrado de dois baluartes de dois metros de padrão nosso, pois não haveria tempo para mais: tinha perto um capão de donde tirei madeiras para o quartel e um armazém de vinte palmos de largo e quarenta de comprido, que se cobriu com couros das vacas que mandei para lhes deixar cento e oitenta arrobas de charque de sobresalente, lenha para dois meses e água duma fonticula que ficava abaixo da serra, pois necessitava de cisternas e deixei para guarda quinze dragões e que os paisanos carneassem vacas para provimento do posto".

Muito trabalho, ingentes esforços, sacrifícios sem conta, custou-nos a conservação dessa praça de guerra, pois os espanhóis constantes ataques lhe levavam, procurando dela apoderar-se, ponto estratégico que era para assinalar a posse do território pertencente ao reino de Castela.

Ainda em 1762 larga correspondência foi trocada entre Gomes Freire de Andrada (Conde de Bobadela) e D. Pedro de Ceballos, alegando este que o forte fora levantado em 1734, época em que o mesmo se achava em poder do alferes Esteban del Castillo. E mais: que a fundação de José da Silva Paes fora levada a efeito quando já era conhecido o tratado de armistício...

Curioso é notar que Ceballos se arrogava a posse não só do forte, como das terras compreendidas na parte sul da província, inclusive a hoje cidade do Rio Grande. E efetivamente, a tomada da Fortaleza de Santa Teresa, em 1762 tornou possível o sonho de D. Pedro de Ceballos, pois em 1763 invadia nosso atual Rio Grande do Sul e se apoderava da vila do Rio Grande. E somente com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, e graças, ainda, as nossas hostes guerreiras chefiadas por José Marcelino de Figueiredo, deu fim à longa permanência dos espanhóis no Rio Grande e, também, pôs termo, ainda que re-

lativo, à secular pendência entre lusos e castelhanos.

Os planos do Forte de São Miguel descritos em 1792 por José Pérez Brño, são conservados em original na Biblioteca Municipal de Montevideu e nêles vemos como era ele em suas primitivas linhas. Aliás, a restauração obedeceu rigorosamente ao referido plano, de modo que o atual forte-museu de São Miguel reproduz fielmente o antigo em todos os seus pormenores.

No citado plano encontra-se a relação das diversas dependências do Forte:

- a, b, c, d — baluartes em direção dos quatro pontos cardiais;
- e — capela;
- f — quartéis com suas cozinhas;
- g — corpo da guarda;
- h — casa do comando, de oficiais, do capelão, — com cozinha;
- i — casa de pólvora;
- j — poço ou cisterna, descoberto;
- l — latrinas;
- m — portão de entrada.

Tudo acompanhado das notas explicativas do plano.

Chegando à cidade de Santa Vitória do Palmar, extremo sul da Pátria, após magnífico voo através de vários municípios gaúchos, seguimos de ônibus até a linha divisória na pequena vila do Chuí. Duas avenidas paralelas, uma de um lado e outra do outro, marcam a fronteira nesse ponto. O que aí vimos, encheu-nos de mágoa e desalento: enquanto a nossa avenida na vila do Chuí carece de tudo, estando em péssimo estado de conservação, o território uruguaio apresenta aspecto excelente. Aí começa, também, a carretera que vai a Montevideu. Essa estrada é caprichosamente feita, muito bem cuidada e policiada. Percorrem-na constantemente os gendarmes, em bicicletas. Homens educados e atenciosos, esses policiais prestam ao viajante ou turista, com verdadeira dedicação, toda e qualquer informação que se lhes pedir.

Na bonita avenida uruguaia de vila Chui esperamos os excelentes carros "Pulman" da Empresa O.N.D.A. (Organização Nacional de Auto-bus) que corta o país em todas as direções. E assim fizemos o trecho que nos separava do Forte de São Miguel, apenas dez quilômetros.

Junto ao Forte, ponto visado na primeira etapa de nossa excursão, ficamos no *Paradero*, vasto e suntoso prédio todo de pedra em estilo colonial. Esses *paraderos* são ponto de turismo, hotéis excelentes, explorados pelo próprio governo, e muito freqüentados em tempo de veraneio. Poucos hóspedes quando lá estivemos, e visitantes, como nós, da secular fortificação. No salão de jantar, o *comedor*, como todos os hotéis da costa atlântica, a la-

vamente, nota-se que, deixando o extenso banhado, penetra-se na serra propriamente dita, onde a pedra não falta. Grandes rebanhos de ovelhas pastam nessa vasta área. Belos exemplares notamos, entre os quais, vez por outra, a clássica ovelha negra... Aliás, em todo o longo trajeto que nos levou a Montevideu, depois, notamos como é desenvolvida no país vizinho a criação de ovino. Numa feira que assistimos na capital uruguaia, ficamos maravilhados ante a beleza de certos exemplares, um dos quais foi apregoado e vendido pela respeitável soma de vinte mil pesos, ou sejam mais de quatrocentos mil cruzeiros em moeda nossa atual.

Retomemos, porém, o fio desta despretensiosa nota de viagem.

Ao chegar à velha fortificação,



S. Miguel

reira arde sempre, o que torna o ambiente agradável nos dias frios como aquele que ali passamos. Junto à lareira, poltronas de grande comodidade. E a *charla* se estabelece entre os hóspedes até a hora do recolhimento, em apartamentos que nada deixam a desejar. Aliás, o mesmo constatamos em outros *paraderos*, sendo de notar a urbanidade e fina atenção que tanto distingue o pessoal de serviço, notadamente os *garçons*. E não há propinas. Não aceitam gorjetas. E nem se lhes deve oferecer, pois cartazes bem à vista explicam a proibição...

Pela manhã, logo após o café, seguimos em direção ao Forte, quinhentos ou seiscentos metros distantes, situado num *alto pedregoso*, como o dissera Silva Paes. Efeti-

um cartaz bem visível nos adverte: Señor Turista — Confiamos a su cultura la conservacion de nuestras aves costeras. Las infracciones son penadas con multas de \$100 a \$500 pesos".

Mais alguns passos e estavam ao toque de nossas mãos aqueles vetustos muros, pois a reconstrução apenas completou o que havia ruído. Ali estava o portão de entrada... Em sua frente pesado marco histórico se ostenta, tocando-nos profundamente. É de granito colorido, diferente dos muros do Forte. Isso mostra ter vindo de lugar distante, o que confirma a seguinte inscrição:

"Marco colocado el 5 de abril de 1784 en las nascientes del Arroyo Chuy, por el Capitan de navio José Varela y Ulloa y el Brigadier

Sebastian Xavier da Veiga Cabral y Camara, comissarios de limites de San Ildefonso de 1777 segundo hizo a contar desde el Oceano, fijada la linea de demarcación de las posesiones españolas con el territorio neutral que llegando hasta el Arroyo del Tahim las separaba del Brasil português". E nas costas: "B. C. 1781".

Ao lado dêste marco, froteiro ao portão de entrada, está uma prensa de quase cinco metros de altura, toda de madeira de lei, sendo notável o comprimento da espiral, — cujo movimento era feito a tração animal, como os nossos engenhos de moer cana ou mandioca, sistema ainda hoje em uso em velhas fazendas. Esse aparelho servia para prensar lã ou couros, artigos que, antanho, exportavam em larga escala.

Essa peça é digna de admiração pelo seu estado de conservação, pois, apesar dos séculos transcorridos, poderia ainda ser utilizada se fôsse mister.

O portão principal é protegido por uma fossa quadrada com três metros de profundidade. A água cristalina, de vertente e pluvial, conservava à distância os atacantes, facilitando a defesa. Contornada, porém, dá acesso fácil, hoje, ao interior da histórica fortificação. Dissemos Horacio Arredondo, seu restaurador, que durante o trabalho de restauração, também a fossa fôra esvasiada para limpeza e que, no fundo, foram encontrados dois esqueletos, um de ser humano e outro de tigre. Encontro macabro revelador de possível tragédia sabe Deus em que época...

Transposta a entrada, visitamos, à direita, o salão de alojamento da tropa: é, hoje, o museu de botânica com seus exemplares rigorosamente classificados. Há, também, nesse salão, uma peça muito curiosa: um marco de porteira, com oito furos para as respectivas varas. É de ferro fundido. Diz o cartão: "Porteira de las estâncias de Rio Negro. Francis Morton's, Liverpool". Foi arrecadada dos ingleses.

Segue-se a sala da cozinha, com vários apetrechos da época.

E chegamos à capela, importante dependência do velho Forte. A imagem de São Miguel é da época. Os espanhóis haviam-na levado, porém, em 1940; Horacio Arredondo arrecadou-a como reliquia histórica. Imagem de madeira, muito bem conservada. A figura do diabo, ao pé, é pavorosa, muito expressiva, estando mutilada apenas no polegar esquerdo.

A seguir, o depósito de água com oito metros de profundidade. Depois, a casa da pólvora contendo, igualmente, objetos relacionados com a fundação do Forte ou pertencentes a êle desde o início.

A sala "de la comandancia", peça muito importante, foi aproveitada para Museu de História. Há nela, um cofre de ferro, de proporções avantajadas, que data de 1579 tempos de Felipe II. Tem três chaves, cada qual mais curiosa e mais o segredo, sem cujo conhecimento é impossível movimentar a porta. Peça muito interessante e muito bem conservada.

Ainda há, nessa sala, presidindo a um grande quadro a óleo de José Gervásio Artigas, o precursor da nacionalidade uruguaia.

A sala dos oficiais é, igualmente, de grande interesse pela documentação ali guardada. Entre vários quadros destaca-se o "Plano del Fuerte de San Miguel, em 6-7-1792, por Joséph Pérez Brito". Foi esse precioso documento (o original está na Biblioteca Municipal de Montevideo), que serviu a Horacio Arredondo na restauração do Forte.

Quadros apresentando cenas gauchescas: retratos de grandes figuras; um grande retrato de Frutuoso Rivera, D. Frutos, como era chamado; moedas antigas encontradas por ocasião da restauração, completam o conjunto dessa bonita sala.

Outras dependências apresentam ainda a secular edificação situada bem junto à nossa fronteira meridional, todas aproveitadas com capricho e cheias de curiosidades históricas.

cas refazendo os velhos tempos dos litígios luso-espanhóis na América.

Por último visitamos o local assinalado como tendo sido o Cemitério dos Espanhóis. Fica à direita do Forte. Para atingi-lo há de vencer rápida descida até um grande quadro cercado de pedras, com blocos de tal tamanho que ficamos imaginando as dificuldades, com os recursos de que dispunham os construtores dessa obra, em tão recuados dias, para transportá-los e colocá-los nos respectivos lugares. É construção sólida e vem, incólume, resistindo ao tempo.

A entrada deste curioso cemitério encontra-se o ossário: um retângulo de 3 x 2 metros e a respectiva tampa, deslocada de seu lugar. Peça de granito, inteiriça, está, contudo, partida ao meio. Nela há, apenas, esta inscrição: "Ossário". E nada mais. Nem um símbolo sequer.

Terminamos, aí, nossa visita ao histórico Forte de São Miguel. À tarde, em magnífico carro da O.N.D.A. tomamos a direção de Santa Tereza de Rocha, outro ponto célebre nas passadas lutas em que nos empenhamos e que constituía maior atração ao nosso espírito de pesquisador do passado de nosso Rio Grande, pois que ali fatos mais importantes e transcendentais se desenrolaram.

Enquanto o ônibus rodava pela excelente "carretera", nós, que tanto amamos e cultuamos as glórias que nos legaram idas gerações, pensamos: Por que não fazemos o mesmo que faz o valoroso Uruguai, restaurando obras que são verdadeiras relíquias?...

As ruínas de Santa Tecla, por exemplo, cujos muros se esboroam à ação destruidora dos tempos, e cujas pedras gloriosas vão desaparecendo, levadas de um lugar para outro ou que ficam por aí, rolando pelo campo, — por que não a reconstruímos?

Cada uma daquelas pedras canta hino de amor à nossa terra, à glória de nossos antepassados, e celebra, na sua mudez majestosa, a figura quase lendária desse fronteiro

audaz que foi Rafael Pinto Bandeira, o maior entre os maiores. Se elas falassem, aquelas pedras de Santa Tecla, dir-nos-iam, por certo, dos sacrifícios inauditos feitos por aquele pervigil das fronteiras brasileiras neste extremo sul... Dir-nos-iam das empreitadas atrevidas em que ele, intrêpidamente, arriscava a própria vida com um fim único: manter a integridade e a glória do pago.

E, divagando sempre, olhar fixo naqueles velhos muros que iam ficando para traz e à vista dos outros, de Santa Tereza, que já divisávamos além, nosso espírito, embebedado no passado, ia repetindo:

— Por que não fazemos o mesmo?...

— Por que não fazemos o mesmo?...

A FORTALEZA DE SANTA TEREZA

Depois da visita evocativa ao velho Forte de São Miguel, percorrer a histórica e legendária Fortaleza de Santa Tereza era imprecindível. Aliás, nossa viagem ao Uruguai prendia-se de modo especial a esse reduto estreitamente ligado a Gomes Freire de Andrada e à História do Brasil e do Rio Grande do Sul em particular.

A movimentada existência da velha fortaleza é, por si só, atração irresistível a quem conhece nossa história e preza e ama as nossas tradições político-sociais.

Situada no Departamento de Rocha que limita com nosso município de Santa Vitória do Palmar, a Fortaleza é, hoje, apenas um símbolo e uma advertência: símbolo de cultura e advertência para que se não repitam as tristes, as dolorosas, as trágicas lutas de dois povos irmãos que por séculos se degladiaram, derramando seu sangue inutilmente. Sim, inutilmente, porque, para eles, de tudo aquilo somente lhes resta a glória — pungente glória! — de verem seus filhos emancipados após terem banhado os pés no próprio sangue e no dos gloriosos povos ibéricos que lhes deram origem.

A edificação da legendária Santa Teresa data dos tempos do governo Elói de Madureira no Rio Grande do Sul.

Nomeado Governador pelo conde Bobadella, Gomes Freire de Andrada ficou, assim, o Rio Grande desligado da xipofagia que nos prendia ao vizinho Estado de Santa Catarina, passando à dependência direta do Rio de Janeiro.

Foi no ano de 1761. Por esse tempo a então Capitania D'El Rei estava em franco progresso, notadamente a vila de São Pedro do Rio Grande, que era a sala de entrada para quantos aportavam o extremo Sul, do país, por água.

Ora, nessa época constantes ameaças à nossa integridade territorial partiam do governo de Buenos Aires. D. Pedro de Ceballos exigia o cumprimento do Tratado de Tordesilhas, por ter sido, praticamente anulado o de Madrid, de 1750.

Não é demais lembrar que a linha de Tordesilhas começava no extremo norte, a oeste da Ilha de Marajó, e, em linha reta, passava pelo porto de Laguna, morrendo em pleno Oceano Atlântico. O Rio Grande desse modo, ficaria fazendo parte dos domínios de Espanha!

Diante de tão insistentes reclamações que fariam prever um ataque ao Rio Grande do Sul e que, afinal, velu a concretizar-se, Bobadella tratou de fortificar a então Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Daí o fechamento da Angostura de Castilhos com trincheiras ao longo do Rio Chuí e edificação do Forte de São Miguel.

Vamos, assim, ao encontro da movimentada figura da nossa história, o comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande, Coronel Tomás Luiz Osório, tio bis-avô colateral do inclito Marquês do Heróico.

Devemos confessar que o Coronel Osório é oficial de nossa particular simpatia, muito embora alguns depoimentos da célebre devassa nem sempre lhe sejam favoráveis, e ter pecado em sua missão por ser carola, segundo a afirmativa do his-

toriador Jônatas da Costa Régio Monteiro.

Vem desse tempo a edificação da famosa Fortaleza de Santa Tereza. Graças à abundância de material para empreendimento de tal monta, foi possível levantar essa obra por assim dizer colossal, com rapidez, pois a visita mensal de patrulhas castelhanas de vigilância nas terras contestadas entre as duas potências, assim exigia.

O Coronel Osório deu início à construção obedecendo ao projeto do engenheiro João Gomes de Melo, esperando levá-las a termo no escasso tempo estabelecido. Foi esse, talvez, o seu erro, pois obra de tal monta e de tal natureza exigiria mais vagar. Entretanto, a edificação foi ultimada no prazo determinado, e aí está atestando sua reconstrução o que fôra e o que representava para a época.

A Fortaleza tem a forma de um pentágono irregular, com cinco baluartes, e está situada próximo ao litoral. Levantada toda de granito, material abundante, como dissemos, em toda a região, sua vista nos enche de admiração e tanto mais sabendo-se a época recuada em que fôra erguida, quando escassos eram os recursos de que dispunham seus construtores.

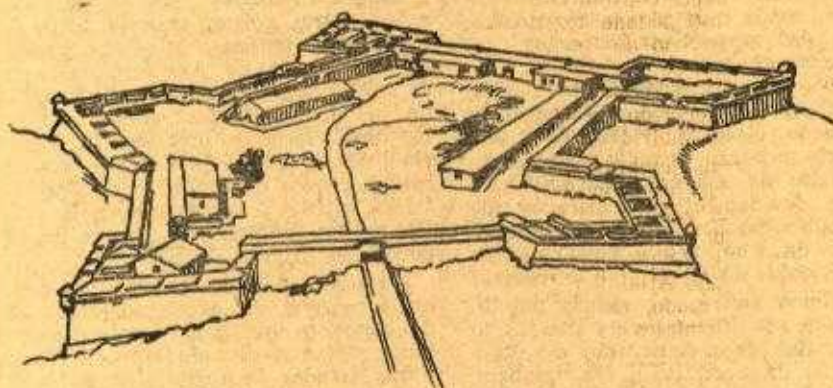
As paredes de grande espessura, os baluartes, as dependências interiores, tudo é do mesmo material e de igual solidez. É de notar, entretanto que essa monumental Fortaleza de Santa Teresa que por dilatado tempo constituiu pómo de discórdia entre Castela e Portugal, esteve, como a Igreja de São Miguel, nas Missões do Rio Grande do Sul, e outras reliquias que nos foram legadas por passadas gerações, completamente entregues à destruição do tempo que tudo consome. Graças, porém, a um governo patriótico e compreensivo do Estado Oriental do Uruguai, verbas especiais foram destinadas e empregadas na restauração de monumentos que recordam a história heróica e guerreira de nosso passado. Entre esses reconstruídos figuram Santa Tereza, o Forte de São Mi-

guel e, mais além o Forte do Cêrro, em Montevideu, hoje transformado em Museu Militar. Deve-se notar, ainda, que o Uruguai não se limitou a conservar ruínas, como fizemos em Missões. Restaurou por completo o que foi possível. E, assim, pode, hoje, apresentar ao mundo a histórica Fortaleza nas suas primitivas linhas, com a mesma imponência com que foi idealizada e elevada a termos.

Quanto à sua guarda e conservação, há um administrador com residência no interior do parque, um capataz e guardas que acompanham os visitantes, não descuidando de suas obrigações. Aliás, tal vigilân-

Indelévels serão as impressões que guardamos de tudo quanto vimos e admiramos na visita à velha Fortaleza.

Chegando na manhã de 23 de agosto de 1954, após termos passado a noite anterior num dos muitos hotéis localizados ao longo do litoral Atlântico, nosso primeiro sentir foi de respeito admirativo. A vista daquelas pedras formando muralhas, sentimo-nos perturbados, tendo a impressão de que nos haviam feito recuar no tempo e no espaço e que, a cada momento, veríamos sair de dentro daquele reduto os gloriosos dragões comandados pelo Coronel Tomás Luiz Osó-



S. Teresa

cia observamos em outros próprios nacionais uruguaios.

Para levar a cabo essa reconstrução, foi preciso encontrar um homem que aliasse o sentimento patriótico ao necessário conhecimento da História. E esse homem, — Apontámo-lo aqui com grande reverência e satisfação, — foi encontrado na pessoa de Horácio Arredondo, cientista de mérito e historiador dos maiores de sua terra e a quem deve o Uruguai serviços imensos, quer na divulgação e interpretação de sua história, quer na reconstrução de velhos monumentos. Por tudo quanto fez e nos legou, Horácio Arredondo se tornou, sem favor, grande benemérito da História Sul-Americano.

rio... Mas alguém nos chamou e voltamos à realidade.

Antes de iniciarmos a visita ao magestoso e vetusto Forte seja-nos licito dizer algo com referência aos hotéis de turismo da República Oriental do Uruguai.

Tais hotéis, lugares de veraneio com grandes comodidades, denominam-se *paradeiros*. São propriedade do governo que os explora, proporcionando aos hóspedes o máximo conforto por preços razoáveis. E, diga-se de passagem, apesar de serviço público — e lá, talvez por isso mesmo... — a ordem, a limpeza e a urbanidade predominam. O Coronilla, em que pernoitamos, está situado a 5km da Fortaleza. Sua construção é de tipo colonial

puro. O percurso do *paradeiro* à Fortaleza fizê-mo-lo de automóvel — os populares *coches* no Uruguai.

Penetramos, agora, no pentágono de pedra, começando a visita pelo salão Leonardo de Oliveira, cujo monumento equestre está à pequena distância da Fortaleza. Leonardo de Oliveira, herói nacional, teve destacada atuação na campanha de 1825, quando a Fortaleza entrou em definitiva posse do Uruguai, nos albores de sua emancipação política.

Este salão, outrora local de alojamento da tropa, é hoje o Museu de Botânica. Encontram-se, aí, exemplares das flores dos arredores da Fortaleza, rigorosamente classificados, sendo cada planta acompanhada das respectivas sementes, em recipiente especial.

Na sala seguinte, a São Carlos, exhibe-se ótima coleção etnográfica, doação Horácio Arredondo. Em vinte montras, os mais variados artefatos de uso dos ameríndios estão devidamente classificados, de modo a dar ao visitante perfeita visão da vida, uso e costumes dos selvícolas do Uruguai e cercanias.

Como vemos, Arredondo não limitou sua eficientíssima atuação ao trabalho de reconstrução e restauração da Fortaleza: fez, também, doações valiosas. Frequentes vezes vamos encontrar seu nome ligado a importantes coleções que muito enriqueceram o patrimônio histórico de sua Pátria.

O compartimento, onde funcionava a cozinha, está aproveitado por uma exposição dos planos do Forte, datados de 1776.

Outras peças: no calabouço, encontram-se as banheiras, a ferraria, e, após o portão de saída, dos fundos, mais uma sala se nos apresenta guardando duas grandes pedras de mármore com os seguintes dizeres: "SVB Ferdinando VI Hisparie rex catholico". Em seguida, o curral, com uma parte coberta.

Finalmente chegamos à capela, a peça mais interessante do Forte pelas preciosidades que encerra, momentaneamente relíquias históricas. A capela apresenta, na torre, o primi-

tivo sino. Ela está montada segundo as prescrições da liturgia e, por isso, ali é celebrado o santo sacrifício da missa, sempre que oportunidades se ofereçam. No altar-mór está a imagem de Santa Teresa, a sábia doutora da Igreja. A imagem é muito bonita e parece de confecção espanhola. A invocação se justifica, segundo alguns, por ser a santa da devoção de Gomes Freire. Há, porém, muitos que atribuem a orago ao fato de serem as obras da Fortaleza começadas no dia 15 de outubro, onomástico da Santa.

Nota-se ainda, na frente do altar, um candelabro antiquíssimo, de grandes proporções. Na sacristia, entre outras coisas, existem bonitos cálices, pátenas, galhetas, missal procedente de Antuérpia, ano de 1679, um belo crucifixo artístico, de metal, e mais: turíbulo, pia batismal, vasos e uma estufa sírio-libanesa. Todos esse objetos são contemporâneos da fundação da Fortaleza, quanto à sua existência ali. De muitos, porém, sua origem se perde nas brumas do passado.

No quarto do cura há uma cama, estilo colonial, em excelente estado de conservação. Num armário-estante, notamos elevado número de livros datados de remotas eras; isto é, dos séculos XVII e princípios do XVIII: Filosofia, Matemática, Francês, Operações Militares, Geografia, História e, finalmente, um Tratado de Filosofia — *Alta Fuente de Aristóteles*, — de valor inestimável, sobre tudo pela raridade. São preciosidades, não há dúvida, que muito enriquecem o Museu. Entretanto, parece-nos, tais livros que constituem fontes de estudos, melhor ficariam numa biblioteca pública, à disposição de todos, sobretudo, por ser o local em que se encontram tão distante dos centros culturais do país.

Há, ainda, nessa peça, dois estandartes: um do Santíssimo e outro de *Nuestra Señora de la Buena Muerte*, também muito antigos. Nessa dependência da capela, depa-ramos com cartazes nas paredes, pedindo aos visitantes que não dei-

xem espórtulas visto, tratar-se de um museu nacional.

Na sala do Comando, hoje de las preciosidades, verdadeiro repositório de antiguidades, a começar por um escudo real e fardamentos da época em desenhos a côres, artístico trabalho, — tudo faz com que nosso espirito evoque e viva por momentos aquêlê passado brilhante, heróico e doloroso, das contendas luso-espanholas.

Uma placa de-bronze, comemorativa da passagem do 1º (primeiro) Centenário, 1825, evocando a figura de Leonardo de Oliveira y sus valientes gaúchos, oferta do povo do Departamento de Rocha, ostenta-se numa das paredes da Sacristia. E a seguir, outra, de Maldonado, celebrando o ataque da Fortaleza contra a esquadra inglesa, em 1806.

Em destaque, ainda na mesma peça, um autógrafo do general Pedro de Ceballos, o conquistador da Fortaleza em 1763. Noutro quadro, também em destaque, um autógrafo do Coronel Tomás Luiz Osório. Neste, verificamos com desvanecimento, o carimbo em vermelho do Arquivo Histórico de nosso Estado. É que para ali por nós mandado foi êsse papel recebido e exposto como preciosidade, pois evoca a figura singular do construtor e primeiro comandante da Fortaleza.

O General Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, ali está representado em precioso quadro por ser o "principal propulsor de la fundación de Santa Tereza, que lleva ese nombre por haber sido sante de su particular devoción".

E mais: grande coleção de "Biblioteca Militar" — "siglo XVII, donación de Horácio Arrendondo"; grande retrato do Coronel Leonardo de Oliveira, guerreiro da independência do Uruguai, o qual "debido a su acción militar, Santa Tereza pasó, em 1825, definitivamente ao poder de la Republica rescatañola del dominio del Brasil".

A última dependência visitada foi a casa da pólvora, à direita da saída. Aí estão guardadas, em grande número, balas dos canhões da

época, dos quais, alguns, maiores do que aquêles que recolhemos ao Museu Júlio de Castilhos e que haviam sido utilizados por Garibaldi, pesando, êstes, cêrca de novecentos quilos.

Chegamos, assim, ao têrmo de nossa visita que durou quatro horas, insuficientes, aliás, para satisfazer plenamente nosso espirito ávido de sensações, evocando coisas e fatos de longínquo passado e que tanto estudamos nos vinte e tantos anos que estivemos na direção do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Quanto ao parque, imóvel riquíssimo com três mil hectares e três milhares de plantas diversas, conhecemo-lo apenas de passagem. Não houve tempo para percorrer-lo todo. Entretanto, podemos afirmar ser êle precioso para o estudo da botânica sul-americana, pois para ali foram transplantados exemplares de vários países, sendo de notar que somente de Porto Alegre foram remetidas cêrca de duas mil plantas.

Finalmente, ao transpor o portão da velha Fortaleza de Santa Tereza, deixando para traz aquêles vetustos muros, tínhamos o espirito sempre voltado para o passado glorioso de nossa terra, relembrando a luta em que freqüentes vêzes se enpenharam nossos antepassados, o valor de nossa gente, para manter a guarda de nossas fronteiras e fazer respeitar a integridade territorial do Brasil, mantendo o Rio Grande Forte, aguerrido, valoroso, para chegar, até nós, como símbolo de brasilidade.

A FORTALEZA DE SANTA TECLA

Em 1763, após a queda da Fortaleza de Santa Tecla, entraram os espanhóis com facilidade na vila do Rio Grande. Apossando-se, assim, do extremo sul territorial da provincia e, por conseguinte, das margens do canal.

Ditando leis como se fôsem donos da terra, como os mais fortes, que a isso os autorizava a conquista já feita com a tomada das praças de guerra — Santa Tereza, São Mi-

guel e pequenos portos que guardavam nossa fronteira sul, alimentavam a esperança de ocupar todo o território riograndense. Rio Pardo, a tranqueira do domínio português, cairia fatalmente, — pensavam, — e o caminho ficaria aberto para as forças até então vitoriosas, para o cêrco a futura capital da então Capitania do Rei, a cidade-sorriso dos dias presentes.

Era êsse o pensamento de D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, e foi êsse também o pensamento de seu substituto D. Juan Joseph de Vertiz y Salcedo. A mesma política continuaria, pois, urgia, porém, fortificar a posse do território já conquistado enquanto a marcha do exército invasor continuava chegando até a chamada fronteira do Rio Pardo. Não descurou, entretanto, o exército lusitano, à frente do qual se achavam duas figuras de extraordinário valor, — Rafael Pinto Bandeira, cuja memória ainda espera de sua gente a homenagem que tão tardia se vai tornando, — e Patrício José Corrêa da Câmara, o sargento-mor do Regimento de Dragões do Rio Grande já naquela época aquartelados no Rio Pardo que lhes daria o nome, conforme se constata em leis coevas. Patrício Corrêa da Câmara era, também, já então figura de relêvo do heroico regimento que tão larga atuação teve em dilatado período da história guerreira de nossa terra. Penetrando mais a fundo nos domínios de Portugal, o exército espanhol novas fortificações ia levantando e daí a edificação do Forte de Santa Tecla situado no alto de um cêrro da Estância do mesmo nome que pertencera ao Povo Jesuítico de São Miguel. É de se notar que foi precisamente nesse local que, em 1753, os nossos ameríndios das Missões se haviam oposto à demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de 1750. Nesse tempo, essa Estância constituía poderosa reserva alimentícia para os povos da região, pois em seus campos pastavam cerca de cinqüenta mil animais vacuns.

O levantamento dêsse Forte de Santa Tecla data do tempo em que Vertiz y Salcedo penetrou no Rio Grande do Sul. Em sua marcha até então vitoriosa, não se descurara de fortificar o caminho andado, prevendo possível insucesso que, efetivamente, veio a verificar-se à sua aproximação da fronteira de Rio Pardo. Como consequência, retrocedendo ante a atitude briosa da Tranqueira Invicta, fundou o Forte de Santa Tecla onde pensava centralizar a resistência e, depois, irradiar, dali e do Rio Grande, a marcha conquistadora até Santa Catarina, ou mais.

Não contava, porém, como o brio gaúcho e o valor até a temeridade de Rafael Pinto Bandeira que assediou o Forte recém construído em Santa Tecla, levando-lhe a ruína total.

A investida firme e violenta do Fronteiro glorioso destruiu por completo aqueles muros de taipa e torrão que se erguiam, altaneiros, com seus cinco baluartes, sobre o alto do cêrro que, ainda nos dias que correm, conserva o nome legendário que lhe vem dos primórdios da terra continental.

Situado nas proximidades da cidade de Bagé em posição verdadeiramente privilegiada, o local do Forte de Santa Tecla conserva ainda restos dos muros, daqueles muros que escreveram uma das mais formosas páginas da história do Rio Grande. Recordando tempo tão distantes, — não é demais repetir, — honramos a memória dêsse Fronteiro magnífico que foi Rafael Pinto Bandeira, a quem coube a tarefa de articular o ataque, obrigar o espanhol à rendição e desmantelar a praça que os adversários consideravam inexpugnável.

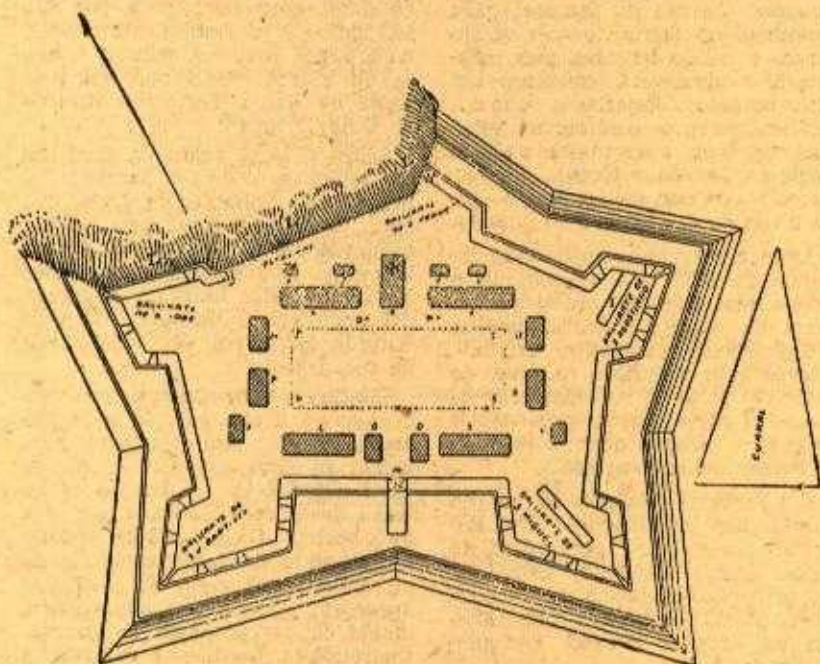
Jônatas da Costa Rêgo Monteiro foi o historiador que com maior segurança se ocupou do Forte de Santa Tecla. Pesquisador emérito, preciosos subsídios carinhosamente guardados na Biblioteca Nacional foram por êle compulsados e interpretados, dando-nos, por isso, em sua *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul* os mais valiosos in-

formas para que sejam conhecidos, hoje, o que de interessante contém esse movimentado capítulo da história regional atinente ao célebre Forte, como sua construção, ataque, rendição e conseqüente arrazamento.

Ante o ímpeto das hostes lusitanas a 10 de março de 1776, obedecendo a um plano de assalto que o citado autor minuciosamente descreve, foi o Forte tomado e derrocado. Mas o espanhol teimava

Brasil, cobriu-se, também, de glórias imortais.

Intimado o comandante espanhol para que entregasse imediatamente a praça, respondeu que não o faria. Essa negativa de Vertiz resolveu em definitivo o assalto, que, aliás, já estava estudado por Pinto Bandeira. Feixes de faxina, escadas, todo o material necessário à travessia das fossas e transposição dos muros para luta corpo a corpo, estava preparado. A negativa era



Fortaleza de Santa Tecla

em resistir. Mas Rafael tinha tudo estudado e seu plano terminava assim: "Essa ordem lhe eide eu de dar, que me eide axar no dito ataque". E assim esse Fronteiro audaz, com as costumadas investidas que tão célebre o tornaram, levou de vencida a árdua empresa. E, a seu lado, Patrício José Corrêa da Câmara com sua reconhecida experiência adquirida em passadas guerras, antes de sua vinda para o

esperada e por isso o preparo intensivo feito antes pelo brioso cabo de guerra.

Cinco horas durou o assalto sem, contudo, obter o desejado resultado. Os espanhóis estavam igualmente preparados para a resistência. Reconheceu-o logo Pinto Bandeira que, por isso mandou suspender a ação a fim de evitar maior sacrifício de vidas. Mas continuou no cerco.

O espanhol, compreendendo também que a resistência seria inútil diante das poderosas forças de que dispunham os atacantes e ademais, por estarem sem gado de munício pois que os portugueses tudo haviam arrebanhado e isolado, sem esperança alguma de reforço, conjecturava um meio de render-se sem grande desonra. E quando novo ataque estava articulado, veio a comunicação de que o inimigo resolvera render-se mediante condições que apresentava. Lançada, dassarte, a sorte da famosa praça espanhola em território sul-riograndense, e sendo as condições estabelecidas plausíveis, entraram em entendimento. Rejeitadas umas, aceitas outras, a expulsão do espanhol de toda a fronteira do Rio Pardo foi levada a termo. Só restou, embora por pouco tempo ainda, a vila do Rio Grande ao inimigo.

Assinada a capitulação a 25 de março de 1776, ainda procurou o comandante espanhol protelar a entrega do Forte. Patrício, porém, energicamente contestou, exigindo a evacuação imediata, porque do contrário passaria a considerar os invasores como simples prisioneiros de guerra. Diante disso, a retirada se processou em seguida.

E o Forte de Santa Tecla, famoso reduto dos dominadores do Rio Grande do Sul, foi, por ordem de Rafael Pinto Bandeira, completamente arrasado, depois de levantada a planta respectiva pelo alferes de dragões Manoel Carvalho de Souza.

O Dr. Felix Contreira Rodrigues, historiador e sociólogo, fazendeiro no município de Bagé, apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul circunstanciado relatório atinente às ruínas do Forte de Santa Tecla, e por ele se verifica com precisão o que resta ainda da velha fortificação que evoca cruciantes tempos de nossa gente com as lutas, no geral cruentas, para manter o Rio Grande forte e glorioso dentro da unidade portuguesa que, depois, seria brasileira.

É trabalho digno de aplausos de todos e que constitui precioso subsídio para a restauração daquela obra agigantada para os tempos em que foi erguida. Obra histórica de valor, deveríamos, como o fizeram nossos vizinhos uruguaios com Santa Tereza, reerguê-la e nela instalar um museu de história, de botânica, etnografia ou, mesmo, para simples ponto de turismo.

Disse o Dr. Contreiras Rodrigues: "O antigo Forte fica ao norte do local onde assenta a cidade de Bagé, cujo caminho é por São Martinho, e a leste desta aldeia, meia légua mais ou menos, à beira da Estrada Real que vai pela serra de Santa Tecla, na direção de Olhos D'água".

Sobre o local exato da fortificação tenho carta do Dr. Tarcisio Antonio Costa Taborda, de Bagé, que diz: "Informo-lhe que pela estrada existente até o local, são doze quilômetros exatos. Vai-se até São Martinho pela Estrada Estadual, daí quebra-se à direita e há uma Estrada Municipal em bom estado de conservação".

Continuou o Dr. Contreiras: "Reconhece-se a sua posição pelo primeiro repecho muito íngreme para galgar o cêrro em que se encontrava a fortaleza. A direção da estrada desde São Martinho até aí é leste-oeste. Galgado êsse contraforte, daí a duzentos metros mais ou menos, por cima de chapadão aparecem os vestígios ainda claramente da antiga praça de guerra. Querendo-se, também é caminho a própria estrada até o ponto em que se acham vários ranchos à esquerda da estrada, e era, precisamente, o portão principal do reduto, à direita. O aspecto geral é hoje de um paralelogramo que tem de oeste a leste uns cento e vinte metros mais ou menos, em quatro elevações nos quatro ângulos, uma em cada ângulo, bastante saliente ainda em relação à saliência contínua do periplo, que seriam esta a do muro e aquelas dos baluartes. Todo o recinto da praça, entre os baluartes esquinheiros e o muro da circunferência consta ainda hoje de

uma depressão em que um homem alto não pode enxergar o campo, fora, tal é a altura dos quatro bastiões e de todo o muro reduzido a escombros e montões de terra com que foi, segundo consta da História, construído o castelo".

E outras considerações aduz o autor sobre Santa Tecla, estudo que é uma peça de incontestável valor para a restauração do histórico Forte se os poderes constituídos da Nação ou do Estado, o que seria melhor, resolverem, um dia, aproveitando aquelas ruínas, restaurar esse monumento que nos fala da história gloriosa de nosso passado. Não é demais repetir: Santa Tecla reerguida, e perdida sua primitiva finalidade, será um ponto de turismo, pelo menos, e local de estudos de coisas do Rio Grande, até mesmo do nosso folclore, indumentária, usos e costumes da passada gente, do gaúcho de recuados tempos da meridional terra brasileira.

E essa restauração é, para a geração presente, um imperativo de

honra. Santa Tecla é um monumento de história assaz glorioso e é, ainda, tempo de reerguê-lo pois os vestígios que ali estão da bicentenária obra permitem que ela volte a ser tal qual fôra em sua primitiva imponência. Os planos aí estão, conservados, felizmente, em nossos arquivos e a justiça da História pede, exige, impõe que tal empreendimento seja uma realidade, embora tardia, mas, mesmo assim, oportuna. Será reparação de justiça à glória imarcessível daquela geração de bravos cujos nomes aurifulgem nas páginas da história de uma geração de heróis.

Santa Tecla deve ser reerguida e nós, os da geração que vai passando, os da geração que formamos e já se firmou e os da geração que se está fazendo, coração e olhos para o alto, diremos:

— Deo gratias!

Sim, — Graças a Deus, — porque o passado é a escola do presente, a base da nacionalidade e o vigor dos que virão.

MORAES ALVES

FORNECIMENTOS E CONFECÇÕES LTDA.

CASA MORAES ALVES — RUA DA ALFANDEGA, 106

RIO DE JANEIRO

LOJA: RUA URUGUAIANA, 174-A — TEL.: 43-6653

FÁBRICA: RUA ANA NERY, 1083

SECÇÃO ESPECIALIZADA DE UNIFORMES E ARTIGOS
MILITARES EM GERAL

FORNECIMENTO AOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS
E MUNICIPAIS

FORMOSA

General MANUEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA

O conceito de áreas periféricas do chamado núcleo eurasiático da Ilha Mundial, expresso pelo geopolítico britânico Mackinder, no início do século (portanto, antes do aproveitamento da energia nuclear), inclui, geograficamente: a península Escandinava; a península Européia (parte continental da Europa Ocidental); a península Balcânica (com inclusão da Ilha de Creta); o Oriente Médio (inclusive a península Arábica); a península Indostânica (incluindo a ilha de Ceylão); a península Sul-Oriental da Ásia; e, finalmente, o extremo Oriental da Sibéria, à beira do estreito de Bhering.

Situados, à maior ou menor distância da orla costeira desse núcleo, estão:

— no Ocidente: o arquipélago das Ilhas Britânicas, Irlanda e Islândia, no Oceano Atlântico;

— no Oriente: o arquipélago nipônico (a Ilha Formosa era considerada território metropolitano desde sua anexação ao Império); o arquipélago filipino e o arquipélago da Indonésia, esta no Oceano Índico e aqueles no Oceano Pacífico; e

— na região sub-polar: o arquipélago das Spitsberg, no Oceano Ártico.

O estudo do *mapa-mundi* revela-nos, na verdade, que a audaciosa concepção geopolítica de Mackinder, posteriormente desenvolvida pelo geopolítico alemão Haushofer, abarcando todo o velho mundo, reduz, por sua posição central, as demais "ilhas", constituídas pelos continentes americano e australiano, à posição de meros satélites.

Com efeito: "9/12 da superfície do globo estão cobertos pelos ocea-

nos; dos restantes 3/12, a Ilha Mundial — Europa, Ásia e África — ocupam 2/12 e a América e a Austrália, juntas, 1/12".

No quadro da situação geral da luta pelo predomínio universal entre as duas ideologias em que o mundo está dividido, já foi ultrapassada, de há muito, a fase de tensão política, estando-se, desde algum tempo, na fase preparatória de luta aberta, ora com aspecto de "guerra fria", ora como o de "guerra quente", pela definição de aliados, posse de fontes de matérias-primas essenciais e ocupação de posições estratégicas.

No núcleo mackindersiano da Eurásia, com exceção das áreas do Báltico, do Mar Negro e do Cáspio (este um mar interior), em toda essa vasta região continental que se estende do Elba (fronteira das duas Alemanhas, a Ocidental e a Oriental) ao Amur (Sibéria Oriental) há continuidade territorial. Ao Sul desta extensa região, a grande cadeia orogênica do sistema Alpino, que se estende da Suíça à Birmânia, passando pelos Balkans, Turquia, Irã e Índia, via de regra, dificulta a intercomunicação terrestre das duas grandes bacias da parte setentrional do Velho Mundo. Além disso, em face da incontestável vantagem estratégica da manobra em linhas interiores, a base da utilização de importante sistema ferroviário em que o Transiberiano, protegido em toda a sua extensão contra incursões terrestres, tanto ao Norte (Ártico), como ao Sul (sistema Alpino) sobressai, a Eurásia assegura ao poder aeroterrestre que nele se instalar uma situação só comparada à que usufruiu a península Itálica, na constituição

do Império Romano, na bacia do Mediterrâneo. O mar constituindo o tronco principal e as famosas vias romanas, os eixos subsidiários. César derrotou Pompeu em Farsália, por não ter este sabido tirar proveito do domínio do mar, empenhado-se com todos os meios em luta decisiva, no elemento de seu perespícaz adversário.

A formação do eixo Moscou-Pekim, ocorrida há quase um decênio, veio fortalecer sobremaneira a posição do marxismo no Mundo e proporcionou ao Kremlin a revisão do antigo plano de expansão, na base do controle político, militar e econômico de parte da Eurásia tão superpovoada como a outra, porém subdesenvolvida, não obstante possuir incalculáveis recursos naturais.

Com a implantação do comunismo na China, os remanescentes dos exércitos de Chiang-Kai-Shek refugiaram-se em Formosa, ilha situada sob o trópico de Cancer, a uma centena de quilômetros da costa chinesa, cuja importância econômica reside, entre outros, no valor turístico de suas belas paisagens tropicais (o nome de Formosa decorre dessa propriedade) e de serem as águas circunvizinhas abundantes em peixe, produto que constitui a base da dieta dos povos daquela remota região.

Os dois campos adversos que professam ideologias antagônicas, estão, pelo menos na Eurásia, perfeitamente delimitados. O plano americano de ajuda econômica, denominado Plano Marshall, teve por objetivo, a curto prazo, não só impedir o alastramento da ideologia marxista nos países debilitados pela II Guerra Mundial, como também assegurar, pela definição como aliados determinados países que dominam as passagens da rota de Suez. A rota via Suez, que atravessa a Ilha Mundial, do Atlântico ao Índico, leva sobre a rota de Vasco da Gama, contornando o Cabo da Boa Esperança, a vantagem da menor extensão.

Não faz muito tempo, revestido do aspecto de "furo" jornalístico, foi atribuído a um chefe da mari-

nha americana, com a responsabilidade do exercício de importante cargo oficial, a tese de que na luta, que parece se avizinhar, o partido que dispuser do poder aéreo marítimo, bem como da rota de Suez, contará ainda com a possibilidade de vencer a guerra, não obstante a inevitável perda do potencial humano e industrial de grande parte da Europa Continental. Tal notícia, que causou sensação em todo o mundo, foi lançada ao que parece, a título de preparação psicológica da opinião pública dos países, em cujo território estariam previstas a concessão de bases militares, a serem ocupadas na ocasião oportuna.

É óbvio que na extensa área do núcleo eurasiático da Ilha Mundial onde defrontam as duas ideologias, existam pontos de fricção. Berlim (situada na Alemanha Oriental, ex-zona de ocupação russa), Coreia e Indochina são campos de experimentação onde foram postos à prova o grau de preparação militar a que já atingiram os prováveis beligerantes. Berlim revestiu-se do aspecto de um desentendimento local entre ex-aliados; Indochina tornou-se, na aparência, uma guerra civil crônica entre comunistas e não comunistas; Coreia evoluiu de guerra civil para a guerra internacional, de um lado, aparentemente, a Coreia do Norte, e de outro, ostensivamente, as Nações Unidas.

A decisão americana de defender a Formosa, contra o ataque da China Comunista, emanada da própria White House, evidencia que foi tocado um ponto sensível, assás perigoso, visto acharem-se interessados dois respeitáveis valores da sociedade internacional. O texto da declaração oficial, divulgado por uma das partes, dá lugar a esta interpretação: Formosa constitui, no Extremo Oriente, um baluarte avançado cuja posse é necessária para preservar o que resta do prestígio da Democracia, naquele conturbado recanto do mundo.

Todavia, há esperança de que, desta feita, a paz ainda seja mantida e que os comunistas atentem às lições da História, não incidindo

no erro de Pompeu, permaneçam com suas ações no elemento onde o seu poder aeroterrestre tem até o presente, assegurado-lhes inúmeros êxitos.

E face da circunstância de constituir Formosa um baluarte avançado no Extremo Oriente, cuja manutenção pela China Nacionalista tornou-se, na atual conjuntura mundial, necessário para preservar o que resta do prestígio da Democracia naquele conturbado recanto do globo, uma disputa armada por sua posse poderá revestir-se do aspecto:

- seja de conflito localizado, envolvendo, abertamente, de um lado, a China Comunista, e de outro, a China Nacionalista e os Estados Unidos, cujo governo, por força do Tratado de Defesa Mútua com o General Chiang Kai Shek, chefe nacionalista, comprometeu-se a acorrer em defesa de Formosa e da Ilha dos Pescadores;
- seja de conflito generalizado, envolvendo, quer aberta, quer disfarçadamente, outros países, que estariam interessados na contenda, por força da conjuntura política mundial.

No caso de conflito generalizado, evento de possível ocorrência, quer de início, quer em seguida à abertura das hostilidades ou no curso das operações militares do conflito localizado, poderá ocasionar, tanto a conservação de um só teatro de operações, onde tiver origem o conflito, como a abertura de novos teatros, em outras regiões da Eurásia. É óbvio que, nesta última emergência, o teatro originário passaria a ser considerado teatro secundário pela transferência de importância militar a outro, dado o fato de a decisão ser procurada onde um equilíbrio de forças inicial permitisse aos contendores a ulterior reunião de meios, visando rompê-lo. Nestas condições:

- para o partido que dispuser do poder aeroterrestre em qualquer região terrestre da Eu-

rásia, de preferência uma que conduzir diretamente aos pontos sensíveis do adversário;

- para o partido que dispuser do poder aeromarítimo em qualquer região marítima da Eurásia, dispondo de áreas peninsular e insular próxima, de preferência uma que conduzir diretamente aos pontos sensíveis do adversário.

O alastramento do conflito, senão aberto ao menos disfarçado, bastante possível de verificar-se no caso da guerra pela posse de Formosa entre as duas Chinas, contando uma delas com o apoio militar ostensivo de outra potência, seria, por exemplo, um maciço ataque aéreo, seguido ou não de desembarque, visando, entre outros, completar destruições, lançados a título de contra-preparação, à região litoreana de Hongchow-Shanghai-Ningpo (situada cerca de 500km à N.O. de Formosa), onde se presume encontrar-se as bases militares destinadas à preparação e à proteção do ataque anfíbio à Formosa, partindo da margem comunista do estreito.

No caso de conflito localizado, evento de provável ocorrência por terem os comunistas reaberto as hostilidades, lançando, em janeiro último um assalto anfíbio às Ilhas Tachens (cerca de 300km a N.O. de Formosa), que se achavam em poder dos nacionalistas. As Ilhas Tachens, Matsuo, Quemoy são baluartes de Chiang Kai Shek, próximos à China Continental.

Chiang Kai Shek enfrenta os comunistas com suas forças compostas de elementos do exército, marinha e aviação, estacionados em Formosa. O recrutamento foi feito entre os evacuados chineses e os naturais de Formosa (ex-súditos de Hirohito). Levando em conta a população de Formosa, o efetivo das forças nacionalistas poderá ascender a cerca de 600.000 homens, o que representa um apreciável esforço. Ao que consta, foram organizados, equipados e instruídos, aproveitando-se a experiência da guerra da Coreia. A marinha e a aviação são capazes de, conjunta-

mente, exercerem não só a ativa vigilância do estreito, como também assegurar a intercomunicação com os elementos destacados nas ilhas costeiras do litoral comunista. O moral dessa força, a julgar pelas vicissitudes sofridas não só pelos evacuados chineses, como pelos naturais de Formosa, nos últimos dois decênios, é duvidoso.

O governo dos Estados Unidos, por sugestão da Junta Combinada dos Chefes de Estado-Maior, assinou um Tratado de Defesa Mútua com a China Nacionalista, nem exilada e nem refugiada, mas confinada em Formosa, como recurso extremo para sua sobrevivência. Por este tratado, os Estados Unidos comprometem-se a ajudá-la na defesa de Formosa e Ilha dos Pescadores (no estreito, próximo à Formosa). Note-se bem: defender Formosa e Ilha dos Pescadores tão somente, com exclusão das ilhas costeiras que ainda estão em poder dos nacionalistas. Para tornar efetiva tal ajuda, os Estados Unidos, além da assistência técnica e logística, que vem dispensando a Chiang Kai Shek, dispõe de poderoso meio de combate, constituído pela 7ª U.S. Navy, estacionada em Okinawa, no Extremo Oriente, e composta de porta-aviões, cruzadores, destróiers e navios auxiliares. Os porta-aviões são de tipos diferentes: os do tipo "Hornet" e os do tipo "Oriskany", este um verdadeiro super porta-aviões, recentemente lançado ao mar. Foi construído levando em conta as lições das guerras anteriores, isto é, a II Guerra Mundial e a guerra da Coreia.

O poderio militar americano no Extremo Oriente é, como se vê, essencialmente aéreo, com base não só em porta-aviões, mas também em terra firme. A base insular de Okinawa, uma ilha do arquipélago das Riu-Kiu, este um cordão de ilhas que se estende de Formosa ao S. do Japão, fechando o mar da China Setentrional, constitui uma posição-chave, como Malta e Singapura. A ocupação de Formosa pelos comunistas além da diminuição apreciável de superfície de mar

protetora, colocaria a base americana sob uma ameaça perigosa, partindo de três pontos distintos: Formosa, Hongchow (China Continental) e Coreia do Norte. Além disso, a ocupação da ilha nacionalista e a ameaça pesando sobre Okinawa produziriam um efeito psicológico desconcertante nos povos de intranquilidade social, no Extremo Oriente. O impasse da guerra da Coreia; o fortalecimento de um estado comunista na Indochina; as guerrilhas prolongadas da Malásia; a desocupação involuntária, na Indonésia e nas Filipinas; a oferta russa à Índia de financiar, a juros baixos, a instalação de indústria siderúrgica, sem contar com a imperdoável omissão democrática que facilitou a implantação do comunismo na China, são acontecimentos, entre outros, que há um decênio, vem debilitando o prestígio da Democracia, não só no Extremo Oriente, mas também no Mundo.

Sem dúvida, a resolução americana de defender Formosa, do ponto de vista democrático, justifica-se por motivos não só de ordem política, mas, principalmente, militares. Todavia a medida sugerida só produzirá os efeitos desejados se for seguida de outras, visando o bem-estar da Humanidade, na base do mundo como uma só unidade social-econômica.

A rumorosa controvérsia em torno da publicação dos documentos de Yalta tem, entre outras, a finalidade de esclarecer a opinião pública democrática, particularmente a estadunidense, sobre o reaparecimento da Rússia a influir na política internacional do Extremo Oriente, da qual estivera afastada desde a batalha de Mukden, travada entre moscovitas e japoneses, no início do século.

Das conferências internacionais que precederam a capitulação do Japão, a que se realizou em Yalta, aprasível recanto da Criméia, à beira do Mar Negro, foi, sem dúvida, a mais importante em razão de transcendental consequência, resultado de conversações, quer de ordem militar, quer de ordem polí-

tica, que foram objeto de apreciação pelos participantes, chamados The Big Three. A presença dos chefes de governo das três principais potências das Nações Unidas, cada qual se fazendo acompanhar de uma reduzida comitiva, composta, principalmente, de assessores militares, autoriza a suposição de que, na referida conferência, além das decisões de ordem puramente militar, poderiam ter sido tomadas outras, de caráter essencialmente político, por antecipação da Conferência da Paz, a ser realizada, posteriormente. Com efeito, uma das decisões que teria sido adotada, fruto, mais de subestimação de poderio, menos de transigência política, imprimiu o rumo que deveria seguir a política mundial, após a histórica cerimônia da assinatura do armistício, sob a presidência do General Mac Arthur, então comandante-chefe das forças aliadas no Pacífico, a bordo do super-couraçado "Missouri", na baía de Tóquio.

A decisão de levar os comunistas, fazendo-lhes concessões razoáveis, no caso de as mesmas serem formuladas, a participarem da guerra contra o Japão, que se previa de longa duração, foi assentada, ao que parece, em Yalta, levando em conta, talvez, não só os repetidos apelos do comandante-chefe do Pacífico, como também o desconhecimento, dado ao grau de sigilo de que eram cercadas, das experiências prestes a coroarem-se de absoluto êxito, que se levavam a efeito sobre a bomba atômica, no deserto de Arizona.

Não há exagero em admitir-se uma diretriz possível nas conversações dos interesses em pauta: de um lado, acirrando velho ressentimento, na base da declaração de guerra ao Japão, permitir-se, em princípio, a ocupação, em caráter transitório, de territórios vizinhos pertencentes aos países da órbita nipônica, tais como Mandchúria e Coréia, e a ocupação, em caráter definitivo, da parte da Ilha de Sakhalina, que outrora pertencera ao Czar; de outro, visando condição legal, o funcionamento do partido

comunista, na base de igualdade com os partidos democráticos e, conseqüentemente, a libertação de presos políticos de Ideologia marxista e o restabelecimento internacional de relações diplomáticas e comerciais. As medidas políticas, acima referidas, foram, ao que parece, de âmbito mundial, a julgar pelo reflexo verificado no Brasil, há quase um decênio.

A divisão dos territórios dos países inimigos em zonas de ocupação militar democrática e comunista, tanto na Coréia (um estado vassalo do Japão), como na Alemanha (a Áustria estava anexada ao II Reich), atendia a interesse de ordem militar e resultou de entendimento dos respectivos estados-maiores. Com relação à China, com exceção da Mandchúria (uma província chinesa desmembrada e elevada à categoria de estado quase soberano, protegido do Japão), o critério da ocupação militar não poderia ter lugar, de vez que existia em solo chines, uma força chinesa, sob o comando de um general chinês, embora confinado nas montanhas do interior, resistia, havia anos, aos invasores japoneses, que ocupavam as províncias do litoral. A libertação da Mandchúria do jugo nipônico acontece, exatamente, em hora de estupefação do mundo, particularmente das populações da raça amarela, diante da espantosa catástrofe atômica de Hiroshima. Sob essa crucial experiência do mundo amarelo, em face de acontecimento tão extraordinário, os comunistas, dominados, seja pelo terror causado pelo terrível engenho, seja pelo hábito de faltarem a compromissos, teriam julgado o momento oportuno, não para lançarem os fundamentos de um partido político, mas os de um poderoso exército, aproveitando circunstâncias excepcionalmente favoráveis, tais como as que ocorreram naquele fatídico mês de agosto de 1945. A verdade é que a China, que teve as mais prósperas províncias sob o o péso da ocupação militar japonesa, durante cerca de um decênio, recebe, quase ao mesmo tempo, a restituição

da Mandchúria Comunista e da Formosa Democrática, esta libertada pelos americanos e aquela, pelos russo. É óbvio que a organização estatal anterior e o caráter das populações, tanto de Formosa como da Mandchúria, esta um reino quase soberano, localizado no continente, limitrofe com a Sibéria, dispondo da ação estimulante de um clima frio e seco, um verdadeiro escudo do Japão face à Rússia, e aquela, uma pacata província insular, centro de turismo do império, sob a ação relaxadora de um clima quente e úmido, seriam fatores que contribuiriam no desfecho da maratona política. A explosão atômica de Hiroshima produziu, na verdade, dois resultados, simultaneamente: um direto e militar, a capitulação do Japão; outro indireto e político, a implantação do comunismo na Mandchúria. A Mandchúria, onde os japoneses haviam acumulado imensos recursos bélicos, visando operações em duas frentes, havia de servir, admiravelmente, de base de suprimentos destinada a abastecer os exércitos comunistas, em parte composto de ex-combatentes madchurianos do Imperador Hirohito, em sua marcha vitoriosa através da China, enfraquecida por longa guerra internacional.

A coexistência de duas soberanias em países de larga tradição nacional, é, em regra, decorrente do longo período de ocupação militar e que ainda pesa sobre determinadas nações, em áreas consideradas estratégicas, na Eurásia. Este fato deu lugar ao aparecimento

dessa esdrúxula entidade internacional: duas Alemanhas, duas Coreias, duas Chinas, sem contar a Austria, da qual é soberana somente a parte ocupada pelos democráticos. A Alemanha, tão injuriada pelo espírito militar dos "junkers", a sua ausência do comércio internacional, imposta pelas restrições econômicas do Tratado de Versailes, tem sido apontada a causa inicial do atual desequilíbrio financeiro do mundo; a Coreia, não obstante ter sido, por meio século, um estado vassalo do Japão, jamais deixou de ter individualidade, como berço de um ramo de velha cultura oriental; a China, a milenária terra de Confúcio, que não foi profeta, nem filho de Deus, isto é, místico, como Moisés, Cristo e Maomé, mas apenas um sábio reformador, isto é, espírito lógico, como Sócrates, Spinoza e Descartes, foi autor de uma doutrina ética, sobretudo moral, fundada na razão retilínea e sentimentos nobres; e, finalmente, a Austria, a velha monarquia dual do Danúbio, que teve em Metternich, o estadista da Santa Aliança, instrumento que assegurou a paz mundial depois de Waterloo, foi o império que duradoura e complexa influência exerceu na Europa, como fator de equilíbrio político.

Sem dúvida, a tese sustentada pelos comunistas de que a questão de Formosa é assunto doméstico pelo fato de envolver divergência política entre chineses em solo chinês, constitui argumento sem base na realidade da conjuntura mundial.

A Geografia moderna, procurando penetrar o sentido dos fenômenos universais, em sua realidade singular e total tem, pois, um papel relevante a desempenhar neste tenebroso momento da crise histórica contemporânea e no qual se procura angustiosamente substituir o sistema cultural que se desmoronou e perdeu sua significação vital, por um novo sistema, por um novo mundo de convicções, que dê direção à nossa vida cultural.

Diante deste irremediável divórcio entre a física e a filosofia construtiva, o único caminho pelo qual as ciências naturais poderão alcançar o elevado plano das especulações filosóficas, é o caminho unificador da geografia — de uma geografia filosófica — a qual procure situar o homem e a terra num universo menos transcendente, sem a riqueza dimensional e conceitual da física moderna, porém, mais na medida do humano, na medida do compreensível pela inteligência comum.

BARTOLOMEU DE GUSMÃO

INVENTOR DO AERÓSTATO DE AR QUENTE E PRIMEIRO
INVENTOR AMERICANO, E UM CASO CURIOSO DE
"SIC VOS NON VOBIS"

AFFONSO E. TAUNAY

(Continuação do número anterior)

O olvido e o descrédito em que caíram Bartolomeu de Gusmão e o seu invento deveram-se à falta de persistência do inventor e a destruição do seu arquivo.

A isto veio agravar, e, de modo capital, a divulgação universal de uma estampa apócrifa, chamada da *Passarola*, obra mistificatória, de autoria do próprio Gusmão, para se ver livre dos curiosos e dos indiscretos impertinentes e aproveitadores que o atormentavam já antes da primeira experiência. Teve tal estampa enorme divulgação européia já no mesmo ano do seu aparecimento! E esta imprudência do seu autor valeu-lhe o descrédito do invento.

Só muito recentemente se restabeleceu a verdade mercê das pesquisas de um erudito italiano, o Padre Galileu Venturini, que, aliás, muito mal informado das circunstâncias da vida e da obra de Gusmão não tirou de sua descoberta as consequências que ela poderia dar-lhe o precioso achado.

Lento e penoso tem sido o esforço em prol da reabilitação dos créditos científicos e inventivos de Gusmão e os da prioridade de como inventor dos aerostatos de ar quente.

Há, porém, hoje, graças aos trabalhos dos pesquisadores um conjunto

de documentos concordantes que não permitem mais a mínima sombra de dúvida.

Fabricou Gusmão um "balão de São João" que se elevou aos ares, revelam-no quatro depoimentos portugueses da maior valia divulgados em largos intervalos um do outro, em 1843, 1863, 1898 e 1934.

Caiu de um quinto do Arquivo Vaticano o relatório do Núncio Apostólico em Lisboa, Cardeal Conto, mais tarde Papa Inocêncio XIII, enviado ao Cardeal Secretário de Estado e, em 1713, divulgado pelo Marquez de Faria.

Quanto a daí tentar inferir-se que Gusmão haja sido o primeiro aeronauta ante até agora intransponível abismo.

Os poucos documentos que autorizam semelhante hipótese são, exceto um, posteriores às retumbantes experiências dos Irmãos Montgolfier e todos imprecisos ao último ponto, referindo verdadeiros boatos, ecos muito vagos da tradição oral. E o documento anterior às experiências dos Montgolfier pertence a uma verdadeira antologia de sandices e disparates os mais grosseiros devido a certo Pedro de Ancourt e Padilha.

Em prol da glorificação de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, quebrou lanças nos dois últimos sé-

culos um grupo dos mais esforçados e probos políticos.

Entre eles e em Portugal Francisco Freire de Carvalho, Francisco Recreio, Visconde de S. Romão, Augusto Felipe Simões (a quem se devem notabilíssimos achados), Inocêncio Francisco da Silva, Camillo Castello Branco, General Brito Rebello, Marquez de Faria, Carlos Alberto Ferreira, Joaquim de Carvalho, Manoel Maria Rodrigues, Gustavo T. Correia Neves, D. Berta Lutz, autora da mais recente e importantíssima contribuição biográfica sobre o voador, Pedro Manuel Rebimbas, Pedro Manuel G. Himalaya, Major Pinheiro Correia, Arthur de Magalhães Basto, A. Lopes da Silva, A. da Rocha Medauiil, etc.

Falando da contribuição brasileira relembra José Bonifácio, o Patriarca, os Viscondes de Pôrto Seguro e de S. Leopoldo, Vieira Fazenda, Benedito Calixto, Alberto Rangel, Henrique Boiteux.

Alguns defensores ardorosos da causa se contam entre eruditos de vários países como fôssem Ferdinand Denis em França, Baltazar Wilhelm, Moedbruck e sobretudo o Conde de Klinckowstroem, na Alemanha, Lord Gaselce, na Inglaterra, Padre Galileu Venturini, diretores Zandle, de Florença e Buraggi, de Turim, Volti, de Roma.

Dêstes numerosos campeões da justiça é de ver há de talvez haja sido o mais notável Augusto Felipe Simões, o qual se deve a descoberta de uma descrição da famosa *Passarola*, preciosa para se demonstrar a falsidade da nefasta estamapa e a única conhecida até 1868.

Foi ela que pela inverosimilhança e extravagância apressou provocar a desmoralização completa dos créditos do nosso imortal compatriota, muito embora houvesse em Portugal quem por patriotismo quizesse justificar a viabilidade de semelhante monstrengo com o Visconde de São Romão e o Padre Himalaia, aventando as mais arrojadas conjecturas.

Em tal composição, podemos afirmá-lo sem receio de exageração,

existe apenas um elemento de indiscutível autenticidade — a bandeira real portuguesa desfraldada à pópa da estapafurdíssima engenhoca.

Em 1934 o antiquário italiano, Sr. G. Rappaport publicou, no número 78 do *Bibliófilo Romano*, de sua direção, um documento surpreendente.

Uma segunda *Passarola*, estampa do mesmo ano de 1709, que precede o título *Barca chenavija per l'aria sescento miglia pergiorno inventata l'ano presente in Portugal*.

Esta estampa foi logo mandada reproduzir em Portugal pelo Marquez de Faria, em 1935, e logo depois no Brasil por mim.

Três anos mais tarde passou pela Itália o Professor Júlio Duhem, da Escola Normal de Montpellier que andava muito interessado em comprar uma obra sobre a aerostação anterior aos irmãos Montgolfier. Voltando à Europa ficou deslumbrado com o maravilhoso achado!

Vivia o Professor Duchon em contacto direto comigo, direto e constante, e já lhe mandara eu os dois volumes que publicara sobre Bartolomeu de Gusmão, em 1934 e 1935 e depois, pouco depois segunda edição destes dois volumes (*A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão e Bartolomeu de Gusmão e sua Passarola de aerostática*) com descrição dos mesmos volumes, ampliados e corrigidos, em 1937 e 1938.

Qual não foi a minha surpresa quando em 1939 vi num número de *Thalès*, órgão oficial do Instituto de História das Ciências e das Técnicas da Universidade de Paris, vi surgir excelente resumo dos meus volumes feito pelo Professor Duchon (que compreende perfeitamente o português) resumo este das minhas primeiras edições, em cujo cabeçalho se lia: "após longas e penosas pesquisas, estou em condições de por em dia a questão Gusmão".

Estas longas e penosas pesquisas de tal ordem haviam sido que S.S. reproduziu até diversos erros e en-

ganos meus já corrigidos nas segundas edições das duas obras, que lhe não haviam chegado a tempo às mãos.

E o interessante ainda é que S.S. ocultava e com o maior cuidado a existência das duas obras brasileiras por ele a fundo saqueadas e ainda tentara impingir aos seus leitores que fôra ele o descobridor e o primeiro divulgador da segunda

estampa da *Passarola*! Belo atestado de probidade do historiador a quem se deve a *Histoire de idées aéronautiques avant Montgolfier* (Fernand Sorlot, Paris, 1943, pág. 458).

Seja como fôr penso que dentro em breve ninguém ousará contestar a Bartolomeu Lourenço de Gusmão a prioridade do invento do balão de ar quente.

“Trabalhar para garantir aos brasileiros de hoje e à sua prole as bases pessoais e sociais, da segurança, do bem-estar e da prosperidade, para que perpetuem sua estirpe, é o nosso dever patriótico e o nosso dever humano.

A esta razão acresce outra, de ordem prática. É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução. Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto o não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo, ou pelo menos, submetê-lo definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta — cada vez mais intensa, à proporção que avançamos”. (Págs. 197 a 199 de *A Organização Nacional*) — Alberto Torres.

O VARREDOR DOS CÉUS

(SKYSWEEPER)

Capitão ORLANDO RAPHAEL VIÉGAS LAURO

Nota: O presente artigo é fruto de observações colhidas durante uma visita a "Fort Amator" — Ilha Flamengo — Zona do Canal do Panamá — realizada em novembro de 1954, por um grupo de oficiais latino americanos do qual eu fazia parte.

Desde alguns anos atrás, vinha o Exército Norte americano procurando construir um canhão anti-aéreo que dispusesse de um cérebro — um canhão que pudesse acompanhar e abater aeronaves a velocidades supersônicas de vôo e, até mesmo, projetis dirigidos.

Havia urgência de um canhão anti-aéreo preciso, unido a um sistema de direção de tiro, capaz de apanhar um avião velocíssimo ou um foguete, muitas vezes fora das vistas, e destruí-los antes que atingissem seus objetivos.

Cada parte desse maravilhoso canhão foi idealizada e construída por um setor especial, todos porém, procurando um fim comum qual o de obter o melhor canhão que a ciência e a indústria pudessem produzir.

Em um tempo relativamente curto, surgiu das plantas para a realidade, esse material de 75 mm de calibre, capaz de atirar seus projetis à assombrosa cadência de tiro de 45 por minuto, com precisão praticamente absoluta.

Era o que se denominava uma unidade 3 em 1, isto é, um radar, um computador e um canhão, num único conjunto. Era o primeiro canhão a dispor de um sistema de direção de tiro que pudesse corrigir e apontar pelo radar, e, apontar e atirar o canhão, automaticamente, sem interferência de terceiros, lucrando, portanto, em tempo e em precisão.

O canhão é colocado em posição em 5 minutos em qualquer terreno

e, o que é ainda melhor, opera sob quaisquer condições meteorológicas, mesmo que o objetivo se encontre na escuridão da noite, atrás de nuvens ou de neblina.

Na foto 1 temos uma vista aproximada de um "Skysweeper", acentuando-se que, nessa ocasião, o radar está acompanhando o alvo mas o "remot control" está desligado, de forma que o tubo acha-se em outra direção.

Vejamos em linhas gerais, como opera esse engenho.

Recebia a comunicação do Radar de Vigilância (ou outra fonte qualquer), da aproximação do inimigo, o conjunto volta-se para essa direção, e seu radar fica na expectativa para detetá-lo tão logo ele entre em seu campo de ação, que é da ordem de 15 milhas.

O radar age como se fôra um detetive aéreo, enquanto seu computador eletrônico age como um cientista e o canhão como o atirador mecânico.

Sendo o alcance do canhão, da ordem de 4 milhas, durante o percurso de 11 milhas, o objetivo é detetado, acompanhado, corrigido os elementos de tiro, computada sua velocidade e o canhão apontado exatamente para o ponto futuro, restando apenas ser dada a ordem de "Fogo", tão logo entre o inimigo no campo de tiro do canhão.

Sua guarnição necessita de instrução especializada e é recrutada entre a fina flor das unidades anti-aéreas. Os artilheiros precisam estar familiarizados com matemá-

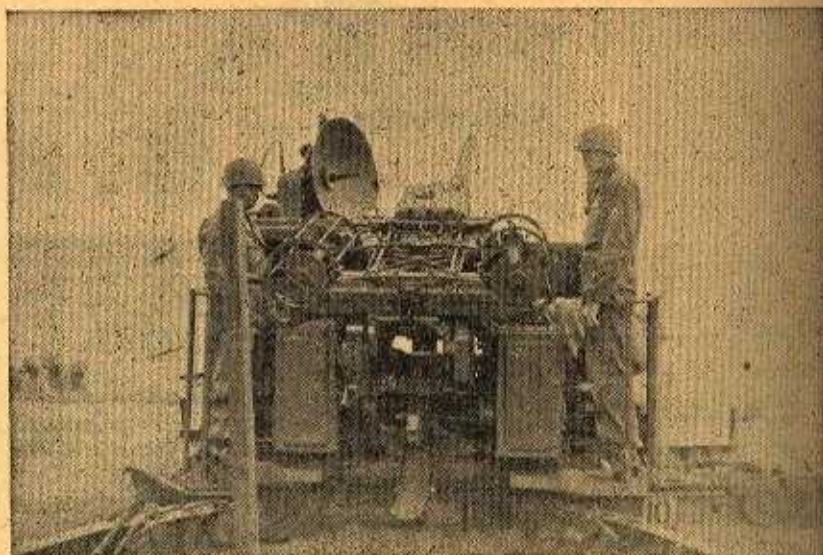


Fig. 1

tica, desenho, meteorologia e engenharia. Alguns de seus membros necessitam ainda um conhecimento básico de eletrônica, radar, rádio, telefone, teletipo e eletricidade matemática. O Chefe da Peça (Master Sergeant-1º Sargento), é preparado para suas funções em um curso especializado com a duração de 9 meses, após haver terminado o curso de artilharia antiaérea. Todos os membros da guarnição precisam de um estágio de 4 semanas no material, antes que lhes possa ser entregue a responsabilidade de operar maquinismos tão delicados e complexos.

Uma das operações manuais de que o engenho eletrônico necessita, é que seus artilheiros coloquem os projéteis no mecanismo de carregamento, e outra é que a munição seja preparada também pelos serventes, no caso o preparador de projéteis que se responsabiliza pelo correto atarrachamento da espoleta ao projétil e verificação do mesmo.

O material dispõe de um instrumento selecionador de alvos, por meio do qual, entre uma nuvem

de atacantes, cada canhão possa ser apontado para um único alvo, evitando assim, a possibilidade de algum inimigo ultrapassar o campo de tiro sem haver recebido os "cumprimentos" desse moderníssimo engenho de guerra, além de facilitar o engajamento de um novo alvo, uma vez destruído o presente.

Na foto 2 apresentamos duas peças 75 "Skysweeper" em posição de tiro, podendo-se notar na do primeiro plano os nove homens que fazem parte de sua guarnição e os trens rolantes afastados, bem como o selecionador de alvos à sua esquerda.

Um gerador tipo M8, fornece a força elétrica necessária aos diferentes serviços do equipamento, inclusive para a colocação em posição de marcha ou de tiro do equipamento, evitando-se, assim, todo e qualquer dispêndio de esforço físico por parte de sua equipe, e contribuindo, em consequência, para que os seus serventes possam dispender maior esforço mental quando a isso solicitados.

Cada "Skysweeper" custa, ao

governo norte-americano, da ordem de um quarto de milhão de dólares, o que nos mostra a necessidade que têm seus técnicos, de só entregar essa máquina às mãos treinadas de seus homens, após terem a certeza de que eles serão capazes de bem cumprir sua missão.

Normalmente, o canhão utiliza a

sidade de interferência por parte do chefe da peça.

O mecanismo de carregamento desse canhão é, em linhas gerais, constituído por dois carregadores tipo tambor de revólver, uma cinta dentada transportadora, de velocidade variável, e um dispositivo que determina qual o lado de alimentação do canhão.

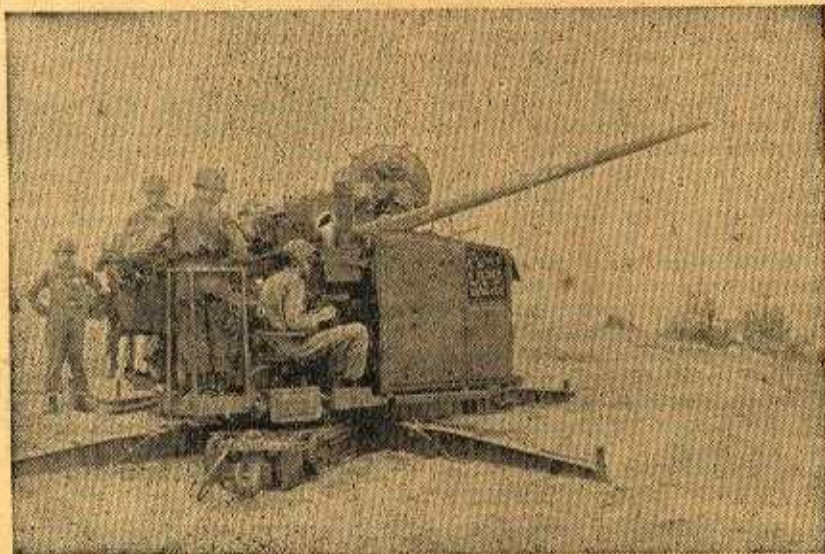


Fig. 2

espolêta de tipo "VT" o que, aliado à precisão do tiro, maior probabilidade trará de ser o objetivo atingido com um menor número de disparos.

Na demonstração por mim assistida, tive oportunidade de observar, na segunda passagem da birta, ser a mesma atingida em cheio ao terceiro disparo realizado pela peça, o que vem atestar o que foi dito acima, quanto à precisão deste engenho.

Um conjunto de nove homens, é suficiente para todo o trabalho no conjunto 3 em 1, podendo-se acrescentar que, o disparo do canhão pode ser realizado, quer pelo operador do radar, quer pelo operador do computador, o que dá maior independência de fôgo, sem neces-

Na foto 3 observa-se uma vista da parte posterior do 75 "Skysweeper", notando-se os dois carregadores tipo "tambor de revólver", o dispositivo que determina o lado da alimentação do canhão, a cinta dentada transportadora de projéteis e a calha onde se chocam os estojos ejetados por ocasião do recuo, após o disparo.

A partir do momento em que o projétil é colocado no carregador, todos os demais serviços do canhão, processam-se automaticamente, o que em muito se assemelha ao canhão automático antiaéreo de 37 e de 40 mm.

Durante a demonstração por mim assistida no Panamá, foi possível avaliar e bem medir a instantaneidade do deslocamento do

canhão em direção e em elevação, tão logo o "remot control" é acionado. Em virtude dessa rapidez, todos os membros da guarnição que trabalhem sobre o material, dispõem de um cinto de segurança que lhes impede, não só de chocar-se contra o material como, mesmo, cair ao solo por efeito do deslocamento repentino.

Quando em tiros de exercício, especiais cuidados devem ser dedicados à questão da segurança do tiro, não só devido à sua grande velocidade inicial, superior a 800 metros por segundo, como para prevenir a possibilidade de um curto-circuito na instalação elétrica que va ocasionar o tiro de peça, quando a mesma não estiver ainda em condições de segurança para tal.

Ainda nessa demonstração, foi por mim observado que, três técnicos civis de eletrônica, funcionários da fábrica responsável pelo material, não abandonaram a posição durante o desenrolar de todo o exercício, dando assistência ao material em todos os momentos, isto porque, sendo o radar e o computador montados no mesmo con-

junto que o canhão, fácil é de ver-se, as interferências que poderão ser provocadas na parte eletrônica, devidas ao deslocamento produzido pelos tiros sucessivos.

Verifica-se, daí, a importância que o exército norte-americano dedica à parte de manutenção o que, em nosso exército, felizmente, também é obedecido. Não se pode pensar em possuir um material dessa categoria, sem dispor, com antecedência, de mecânicos e técnicos habilitados e conhecedores do material.

Constatamos, assim, que a especialização de antiaérea de artilharia, caminha a passos largos dentro dos exércitos modernos, atingindo, já, uma altura ainda não atingida por qualquer outra especialização, visto que, na guerra moderna já ficou provado que, uma nação que não disponha de uma sólida e eficaz defesa antiaérea, não pode pensar em segurança no interior de suas fronteiras, pois as armas modernas não têm limite no seu alcance e as velocidades de que dispõem, crescem dia a dia procurando ultrapassar os recordes por si próprias estabelecidas.

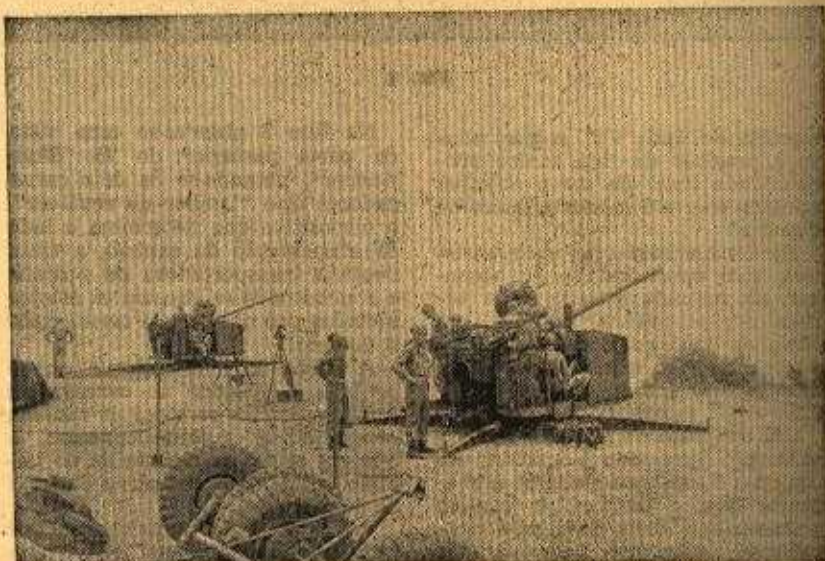


Fig. 3

O HELICÓPTERO NO COMBATE

Traduzida da revista "Ordenance", pelo Capitão de Art. EGON DE OLIVEIRA BASTOS

A presença d'êste aparelho de movimentos fáceis pode produzir mudanças nos conceitos do combate para as nossas forças, os quais poderão ser de tão amplo alcance como os já provocados pelas suas múltiplas e variadas utilidades.

A proporção de mortos, entre as baixas norte-americanas na Guerra da Coréia, foi metade das da 2ª Guerra Mundial. Esta redução se deve, certamente, em grande parte, ao adiantamento de novos medicamentos e da técnica cirúrgica.

A maior parte, contudo, se deve ao helicóptero, cuja utilização permitiu a evacuação rápida dos feridos desde as linhas de frente até as zonas dos hospitais. Só por êste motivo já estaria assegurado o papel do helicóptero nas operações militares.

Não obstante, o novo meio de transporte não necessita contentar-se só com êstes louros, pois estão surgindo idéias novas de operações ofensivas em torno dos helicópteros.

O valor d'êste aparelho, tanto em suas tarefas civis como nas militares, resulta de duas características de voo:

1) O helicóptero pode elevar-se e descer verticalmente, o que significa que pode aterrissar ou decolar de qualquer espaço que comporte suas dimensões, tal como uma pequena clareira em um bosque, um caminho, uma cobertura de embarcação ou o cume de uma montanha, e

2) a velocidade do helicóptero pode ser controlada desde o seu máximo até zero, sem perda de altura.

Em outras palavras, pode permanecer no ar sem se mover.

Além disso, pode girar no lugar, voar lateralmente e para traz, e pode entrar e sair de lugares estreitos com facilidade.

Devido a estas características, a operação do helicóptero não está limitada pelo terreno. Um piloto declarou que: "o helicóptero combina as melhores características do jipe, avião, DUKW, caminhão, LCI, guindaste e mula de carga".

Embora esta seja uma apreciação um pouco entusiasta das capacidades do helicóptero, é toda-via exata. O mesmo pode operar na montanha, no terreno pantanoso, no mar, no deserto, na floresta e no Ártico — em uma palavra, em qualquer lugar onde se possa pedir ao homem que lute.

Enquanto que, possivelmente, outros meios possam dar resultado melhor para vencer um obstáculo em certa região, o helicóptero é o único elemento que pode dar bom resultado *sem levar em conta o terreno*.

O valor do helicóptero em operações de surpresa se comprovou na Coréia. Por exemplo, em 18 de setembro de 1951, foi êle empregado, pela primeira vez, em operação dessa natureza na zona de combate, sendo uma colina de 900 metros conquistada por uma força de assalto em helicópteros.

Acompanhando uma esquadra de assalto que havia sido desembarcada de helicópteros por meio de uma corda com nós, uma frota de 21 helicópteros Sikorsky transportou, em 4 horas, para o dorso da colina, 224 homens do Corpo de Fuzileiros Navais com 8 toneladas de armas e abasteci-

mentos, sendo tomada a colina. Com os métodos tradicionais de assalto esta proeza teria demorado dois dias.

Faças táticas como esta, foram repetidas muitas vezes antes de ser estabelecida a cessação do fogo.

Além de ser o veículo próprio para o assalto, o helicóptero pode desempenhar uma variedade de tarefas em apoio do mesmo. Pode abastecer as tropas da linha de frente por um largo período, com alimentos, munição e equipamento, sem que se tenha de levar em conta o terreno, entre o depósito de abastecimentos e as linhas de frente. Em uma operação na Coreia, um só helicóptero pequeno do tipo Bell, abasteceu uma força de combate de 1.000 homens, durante cinco dias, no cume de uma colina.

A colina em mãos das tropas media 1.200 metros de extensão e ficava somente a 10 km de sua fonte de abastecimento, mas o terreno movimentado tornava impossível o abastecimento pelos meios normais. O helicóptero fez suas viagens de ida e volta carregando 225 kg em cada viagem e levando em um só dia três toneladas de abastecimento e 12 passageiros adicionais.

Outras operações de apoio compreendem: o lançamento de patrulhas em zonas isoladas; retirar unidades de combate de obstáculos do terreno; ultrapassar as forças inimigas; rápido desdobramento das forças; substituição de tropas esgotadas pelo combate; rápido reforço de posições fracas e muitas outras.

Os serviços armados, especialmente o Corpo de Fuzileiros Navais, levaram a cabo grandes manobras, empregando o helicóptero em operações anfíbias. Recordando as penosas lições de Tarawa, O Corpo de Fuzileiros Navais está considerando o helicóptero como um possível substituto da vulnerável, lenta e pou-

co manejável barcaça de desembarque da 2ª Guerra Mundial.

Os resultados dos ensaios levados a efeito até agora são alentadores, e colocam em relevo as habilidades únicas do aparelho. Uma operação de desembarque na qual o helicóptero representaria o papel principal, desenvolver-se-ia mais ou menos da seguinte forma:

— Os barcos que conduzem a força de assalto estariam dispersos sobre uma vasta zona, em lugar de estar concentrados à maneira das operações anfíbias da 2ª Guerra Mundial, modificação esta de muita importância em vista da capacidade da bomba atômica.

— No que se refere aos navios porta-helicópteros, implicitamente qualquer barco poderia ser adaptado para tal fim, visto que a zona de decolagem necessária é pequena. Além disso, estes barcos poderiam lançar âncoras fora do alcance das baterias de costa, digamos de 40 a 80 km da costa, sem prejudicar a operação. As manobras do Corpo de Fuzileiros Navais demonstraram que era possível desembarcar uma força de invasão através de 65 km de água, no mesmo prazo que uma barcaça de desembarque necessitaria para cobrir 8 km.

— Os helicópteros, certamente, não seriam afetados pelas marés nem pelos obstáculos submarinos. O problema de sua vulnerabilidade pelo ataque aéreo é puramente teórico, visto que não se consideraria nenhuma operação de desembarque sem superioridade aérea.

— Contudo, ainda que se intentasse um desembarque em condições adversas, isto é, sem a superioridade aérea, o helicóptero não seria mais vulnerável do que a barcaça de desembarque, e estaria exposto durante um período mais ou menos curto.

— Com o assalto em helicópteros eliminar-se-iam praticamente a cabeça de praia e as múltiplas dificuldades que ela acarreta, pois o helicóptero, ao contrário da barça de desembarque, não é detido pela linha costeira. A força de assalto em helicópteros poderia ser desembarcada terra a dentro, em uma posição mais defensável.

— Uma vez que a força tenha sido desembarcada, os helicópteros a mantêm abastecida, indo e voltando desde o navio até a costa, trazendo peças de campanha, abastecimentos e munição, e evacuando feridos. Diversamente aos assaltos em uma só direção por barças de desembarque, planadores e tropas paraquedistas, a força de desembarque do helicóptero poderia ser transportada rapidamente a outra posição, se necessário, ou mesmo evacuada completamente no caso em que o desembarque tenha sido mal sucedido.

O helicóptero parece idealmente capacitado para o trabalho anti-submarino e de contra-minas. Possui várias vantagens comparado com o avião corrente: não necessita circular sobre o alvo, arriscando desta maneira perdê-lo, e fornece uma plataforma melhor para o bombardeio.

Leva também vantagens sobre o avião, visto que manobra com mais facilidade em caso de vento; pode aterrissar e decolar em espaço menor, e não necessita de um grande hangar ou uma grande tripulação terrestre de manutenção.

O helicóptero desempenhar-se-ia muito bem nos comboios. Qualquer embarcação no comboio poderia dispor de três metros quadrados de espaço na cobertura, poderia levar a sua própria proteção em forma de um helicóptero anti-submarino.

A importância que a Armada dá ao helicóptero como arma anti-submarina foi posta em evi-

dência pelo seu recente pedido do primeiro helicóptero desenhado especificamente para tal missão, o Bell XHSL-1.

As funções de utilidade são inúmeras e virtualmente a cada hora se encontra novos empregos para o aparelho. A sua função mais importante, além da evacuação dos feridos, e a que recebeu maior atenção, é o trabalho de salvamento, tanto em terra como no mar, onde o helicóptero é especialmente útil para recolher os pilotos caídos.

Uma atenção considerável se deu também ao helicóptero como o melhor meio para o trabalho em um desastre da magnitude de um bombardeio atômico e será nesta classe de trabalho onde o helicóptero não terá substituto.

Em desastre desta natureza, quando todas as vias de ida e volta de uma cidade estariam, provavelmente, congestionadas pelo trânsito, e todas as vias férreas interrompidas, o helicóptero seria o único recurso capaz de transportar abastecimentos e médicos, rapidamente, e evacuar os feridos.

A colocação de rédes de arame é uma especialidade do helicóptero. Isto ficou positivado durante um combate na Coreia, onde um helicóptero colocou uma linha de 32 km sobre uma montanha, em menos de 1/2 hora.

O helicóptero não é somente capaz de colocar a rede de arame, mas também é um excelente meio para patrulhar a Zona, com o fim de encontrar rupturas e realizar reparações rápidas.

Os ensaios realizados recentemente pelo Corpo de Comunicações no forte Monmoth, N.J., revelaram que o helicóptero é capaz de colocar não somente as rédes de arame, mas também os postes correspondentes. Empregando um helicóptero Piasecki H 25, o grupo encarregado da colocação do arame foi levado ao local e desembarcado.

O piloto do helicóptero imediatamente voltou para trazer os postes, feitos de alumínio, e foram colocados suspensos por uma corda em baixo do helicóptero. Os postes podem ser levados horizontalmente e deixados em terra para que o grupo terrestre os coloque, ou podem ser levados verticalmente e colocados diretamente nos poços.

Imediatamente, o helicóptero começou a operação da colocação do arame, deixando-o cair com precisão sobre a cabeça dos postes onde foi fixado pelos homens da linha.

O helicóptero começou a competir com o jipe como veículo do comando, permitindo ao chefe inspecionar em um curto tempo toda a sua Zona. Também é ideal como veículo de comunicações e como portador de correspondência. Igualmente, mostrou-se promissor para fotografia aérea e confecção da cartas, no trabalho de observação de engenharia e de artilharia, e também para operações meteorológicas.

Desde que se comprovou sua utilidade como meio para espargir substâncias em usos civis, pode efetuar uma tarefa semelhante num trabalho de descontaminação em uma guerra bacteriológica.

Desde que o helicóptero opera em toda classe de terreno igualmente bem, leva muitas vantagens adicionais sobre o avião comum no Ártico, uma zona de importância estratégica e tática cada vez maior.

Por exemplo, o helicóptero não fica impedido por uma grande quantidade de neve na pista; é fácil colocá-lo no hangar já que as suas hélices podem ser retiradas; não é tão vulnerável como o avião aos ventos fortes; o gelo pode ser retirado de suas hélices mais facilmente que das asas dos aviões, e, finalmente, em mau tempo, o piloto pode descer quase que em qualquer lugar até que passe a tempestade.

Apesar das múltiplas funções que o helicóptero pode executar tão bem ou melhor que outros veículos, contudo suas possibilidades não foram esgotadas nem por sombra. A medida que diminuem as ineficiências do helicóptero — existem muitas — este tornará útil para outras tarefas que agora estão, entretanto, além da sua capacidade.

Talvez que o seu raio de ação seja a mais importante de suas limitações. O raio de ação médio dos helicópteros, que são hoje empregados, é mais ou menos de 300 a 600 km. A medida que aumenta este raio de ação, também aumentará a utilidade militar do helicóptero.

A velocidade é outro desafio para os desenhistas de helicópteros. A velocidade de cruzeiro dos aparelhos atuais é inferior a 150 km/h, uma velocidade alta comparada com um caminhão de 5 toneladas — e a comparação é válida — porém não muito alta comparada também com um C47.

A habilidade do helicóptero para levar carga, também deixa muito a desejar. O que hoje se emprega pode carregar um pouco mais de 2 toneladas ou 15 homens. O Piasecki XH-16 "Transportador", estreado recentemente, já obteve muito em vencer este obstáculo. Este helicóptero gigante pode transportar 6 toneladas ou 40 homens.

Existem outros inconvenientes que devem ser eliminados, e outras melhoras que devem ser introduzidas. Uma desvantagem do helicóptero de bastante importância é o seu custo. São caros, mas em vista do seu potencial, é um dinheiro bem empregado.

Não há dúvidas que o helicóptero é um elemento militar a que se deve dar importância. Em seu menor conceito pode-se considerá-lo como um cavalo valioso de trabalho; na melhor apreciação, abre novos rumos para as operações de assalto.

ESTUDO DO TERRENO

Major DARCY A. NOLL,

Instrutor da E.A.O.

O Manual de Campanha C 101-5, edição de 1953, prescreve um novo memento para o estudo do terreno.

"A Defesa Nacional" julga oportuno divulgar o presente trabalho, no qual se faz uma explanação sintética daquele documento e se ilustra, quanto ao aspecto tático, com um caso esquemático.

I — GENERALIDADES

O estudo da situação, como sabemos, abrange o exame de quatro fatores fundamentais:

- A missão;
- O terreno;
- O inimigo;
- Os meios.

O terreno é, pois, um fator preponderante a ser considerado em um estudo de situação; e nem poderia deixar de ser assim, já que é no terreno que as operações militares terão lugar, é nêle que se irá combater, é em função dêle que empregaremos os nossos meios a fim de cumprir a missão.

A influência do terreno nas operações militares pode ser tal que, em certos casos condicionará a missão a ser atribuída aos escalões subordinados.

Por outro lado, poderá influir decisivamente no modo de emprego dos meios, ou seja, no modo de combater. Assim é que o processo de combate empregado em terreno montanhoso não será similar àquêle empregado num terreno plano e arenoso.

Os próprios meios poderão ser afetados pelo terreno. Assim, por exemplo, normalmente não se empregará uma Divisão de Montanha, equipada e treinada para o combate em terrenos montanhosos, em regiões como o deserto do Norte da África, nem em empregar-se Di-

visões Blindadas em operações nos Alpes.

Dai, podemos estimar o valor que se deve dar ao estudo do terreno, o qual deverá ser o mais metódico e objetivo possível, a fim de se poder determinar a melhor aplicação dos meios, em face do inimigo, para o cumprimento da Missão.

De u'a maneira geral, num estudo do terreno, devemos considerar:

- Sua topografia;
- Seus aspectos táticos.

Ambos êstes estudos, inicialmente executados na carta ou em fotografia aérea, serão completados pelos reconhecimentos posteriores, já que as cartas, pelas limitações de origem gráfica, não podem apresentar todos os detalhes do terreno. Assim, por exemplo, nas cartas que apresentam curvas de níveis de 25 em 25m, elevações de 20m não aparecerão; e no entanto, tais elevações, se existentes poderão ter sérias influências, particularmente nos pequenos escalões.

Os reconhecimentos serão, pois, o complemento do estudo realizado na carta.

A — Aspectos topográficos:

No estudo geral da região devemos encarar o terreno sob 4 aspectos:

- Relêvo e linhas d'água;
- Vegetação;

Natureza do solo;
Obras e instalações.

a) Para o estudo do relevo e linhas d'água, é imprescindível quase ressaltar as suas características.

O C 101-5 vê três processos gerais para serem aplicados com esse fim:

1º — o do esqueletamento do terreno, isto é, traçar na carta as linhas de crista em marrom e as linhas d'água em azul;

2º — o do sombreamento, que consiste em colorir as curvas de níveis partindo do amarelo e utilizando sucessivamente o alaranjado e o marrom e suas tonalidades;

3º — colorindo somente a parte elevada das elevações e registrando a cota respectiva.

Evidentemente, o 2º processo parece ser o melhor pela impressão nítida que se fica do terreno, o que facilitará, sobretudo, o seu posterior estudo tático.

Assim, com uma iluminação adequada, aparecem logo as características principais da região, os seus compartimentos, a importância das elevações, etc.

b) Vegetação:

A vegetação que é encontrada na região deverá ser perfeitamente representada bem como suas características principais (Md, mr, Bos, Can, etc.), a fim de se poder aqulatar particularmente a sua personalidade.

c) A natureza do solo é um elemento de grande importância a ser examinado já que é um dos que mais reagem às condições meteorológicas. Nestas condições, terrenos argilosos, bons em condições climáticas favoráveis, podem se tornar impraticáveis sob o mau tempo. A presença de terrenos alagáveis, comuns no R G do Sul, poderá ter influência decisiva na conduta de um combate.

d) Finalmente examinar todas as modificações introduzidas pela mão do homem na região.

Este estudo abrangerá o exame das ferrovias, rodovias, localidades, obras de arte, zonas industriais, etc. (Características, condições de tráfego, etc.).

Concluído o estudo topográfico do terreno encararemos-lo sob seus aspectos táticos.

B — Aspectos táticos:

Se no estudo topográfico do terreno não levamos em consideração a operação militar, no seu aspecto tático tais considerações terão de ser necessariamente encaradas.

Assim é que o estudo tático do terreno nada mais é que a colocação nêle da missão, e as reações que êle apresenta para o cumprimento da mesma, o que quer dizer que, o terreno será encarado diferentemente, caso se trate de uma ofensiva ou de uma operação defensiva.

Entretanto, o seu estudo poderá ser esquematizado, e analisado sob cinco aspectos:

- Pontos críticos;
- Observatórios e campos de tiro;
- Obstáculos;
- Máscaras e massas cobridoras;
- Vias de acesso.

Após este estudo estaremos em condições de concluir sobre:

1 — Influência dos aspectos militares do terreno sobre a missão da nossa unidade.

2 — Influência destes mesmos aspectos sobre as operações do inimigo.

a) Pontos críticos:

O que são pontos críticos?

Parece que uma definição razoável será: São regiões que exercem influência predominante sobre as ações militares, quer nossas, quer do inimigo.

Assim, são considerados pontos críticos:

Para o defensor:

- as regiões cuja posse impeça a montagem e o desembocar do ataque inimigo;

- aquelas que constituem os pontos-chave de sua defesa, isto é, as regiões cuja manutenção permita ao defensor o desencadeamento da sua barragem geral, o aprofundamento de sua defesa, ou a possibilidade de contra-ataques;
- aquelas que permitam atuar sobre o flanco do atacante;
- aquelas favoráveis à instalação de uma cobertura para o retraimento, etc.

Para o atacante :

- as regiões que permitam a montagem e o desembocar do ataque;
- as de possível mudança de formação ou dispositivo;
- regiões que materializam o início da penetração na PR inimiga;
- regiões que materializam a ruptura da PR, etc.

b) Observatórios e campos de tiro :

Sumariar para o atacante e para o defensor, levando em conta os pontos críticos, quais as facilidades de observação oferecidas pelo terreno.

No que se refere a campos de tiro analisar, para o atacante as possibilidades de emprêgo de suas armas de apoio e, para o defensor as regiões mais favoráveis à aplicação da barragem, o apoio mútuo e a coordenação com os elementos vizinhos.

c) Obstáculos :

Sumariar as vantagens e desvantagens apresentadas pelos obstáculos, seja para o atacante, seja para o defensor.

d) Máscaras e massas cobridoras :

Selecionar as regiões que proporcionam :

1) Ao atacante :

- posições de ataque;
- Z Reu de reservas;
- desdobramento das armas de apoio;
- movimento desenfreado.

2) Ao defensor :

- reunião de reservas;
- desdobramento das armas de apoio à defesa;
- movimentos desenfreados das reservas.

e) Vias de acesso :

Analisar :

1) Para o atacante :

- caminhamentos favoráveis para o interior da PR inimiga;
- Progressão da infantaria e carros;
- deslocamento das armas de apoio;
- comparação e grau de dependência entre as diversas vias de acesso (se independente ou interdependentes entre si).

2) Para o defensor :

- caminhamentos favoráveis ao deslocamento do inimigo para o interior da PR, sob os pontos de vista de :
 - tomada do dispositivo;
 - base de fogos;
 - progressão da infantaria e carros inimigos;
 - regiões que barram as vias de acesso prováveis.

Após este estudo parcelado desses diferentes elementos e como eles reagem à operação que se tem em vista, estamos aptos a concluir sobre a influência que o terreno estudado terá sobre as operações, nossas e do inimigo.

Nestas condições, concluiremos, se atacantes :

- a via de acesso mais favorável para a abordagem da PR inimiga e a progressão no seu interior;
- a região ou regiões cuja posse permita desbordar pontos críticos, ou progredir sobre eles;
- a região ou regiões mais favoráveis à defesa e os pontos fracos;
- as posições-chaves do inimigo, isto é, as regiões cuja posse comprometam a manutenção da PR pelo inimigo;

— as regiões cuja posse caracterizem o rompimento da PR inimiga.

Se defensores, concluiremos :

- regiões que constituem pontos-chaves da defesa ;
- regiões que constituem conjuntos táticos, isto é, regiões que sendo interdependentes, se possam apoiar mutuamente e cuja defesa será dada a um mesmo elemento ;
- regiões favoráveis ao aprofundamento da defesa ;
- regiões de fácil ou difícil defesa, seja contra infantaria, seja contra carros ;
- direcções favoráveis a contra ataques ;
- regiões favoráveis à instalação dos PAC.

Chegadas a estas conclusões, o estado-maior estará apto para colocar neste terreno os meios amigos e o inimigo, estudá-los face à Missão e finalmente chegar a uma Decisão que é o objetivo do Estudo da situação.

Síntese :

Em resumo, devemos-nos lembrar :

O terreno é um dos fatores principais a ser considerado no estudo da situação ; as mais belas e engenhosas soluções falecerão se não forem perfeitamente casadas ao terreno.

Uma carta bem iluminada favorece muito um bom estudo do terreno.

Estudar o terreno sob o aspecto topográfico e fazê-lo reagir às condições meteorológicas.

De acôrdo com a Missão, estudar os aspectos militares do terreno, a fim de concluir sobre a melhor maneira de aproveitá-lo.

Finalmente, reconhecer o terreno, palmilhá-lo, identificar-se com ele para torná-lo um aliado e não um possível inimigo a mais.

II — CASO ESQUEMATICO

Situação : RI na defensiva.

Estudo do terreno sob o aspecto tático :

1 — Pontos críticos :

a) Estrada colina T — Localidade X :

Sua posse pelo atacante permitirá cerrar meios e aprofundar sua ação ofensiva.

Sua posse pelo defensor permitirá a aproximação dos meios e a sua utilização para suprimentos e evacuação.

b) Conjunto do morro J :

Sua posse pelo inimigo concretiza o rompimento da posição. Permite o prosseguimento sobre a localidade X desbordando o morro S, ou a atuação sobre o próprio morro S. Compromete a defesa da parte S da Z Ac ; está, entretanto, em condições de inferioridade em relação ao morro F.

Diminui as possibilidades de realização de contra-ataques da defesa.

Sua posse pelo defensor permitirá o aprofundamento da defesa e a realização de contra-ataques ao N e ao S da Z Ac.

Barra o prosseguimento do morro C sobre a localidade X.

Flanqueia a progressão do atacante, do morro S sobre a localidade X.

c) Morro S — Cota H :

Sua posse pelo inimigo materializa o rompimento da posição na parte S da Z Ac.

Possibilita o prosseguimento para W ou SW e a atuação sobre o morro J. Permite, também, o prosseguimento sobre a localidade X, embora flanqueado pela posição do morro J e morro R.

Dá boas vistas para o prosseguimento da ação ofensiva.

Sua posse pelo defensor permite o aprofundamento da defesa.

Barra a direcção morro L — morro N — morro S. Permite a realização de contra-ataques, seja ao N, seja ao S da Z Ac, bem como atuar

sobre o inimigo que se aposse do conjunto de morro J. Impede o prosseguimento do inimigo para W e SW. Domina a transversal morro P — morro R.

d) Transversal morro P — morro R:

Sua utilização pelo inimigo só será possível após a posse de morro J e morro S, e nestas condições permitirá a roçada de meios.

Sua posse pelo defensor permite a roçada de meios e facilita os suprimentos e a evacuação.

e) Morro P:

Sua posse pelo atacante materializa o início da penetração e permite prosseguir sua ação para o interior da PR; todavia em condições não muito favoráveis, dada a existência da Md, nas suas encostas SW. Da, porém, domínio, em parte, sobre a penetração que corre ao N da posição.

Sua posse pelo defensor permite o fianqueamento da posição e domina a progressão do inimigo pelo N.

f) Morro E:

Sua posse pelo inimigo materializa o início da penetração e permite prosseguir em sua ação ofensiva seja sobre morro B seja sobre morro C.

Sua posse pelo defensor permite a aplicação de fogos de fianqueamento e a frente da LPR, e domina a progressão do inimigo pelo N. Barra a progressão de cota Z sobre morro C ou morro B e fianqueia a progressão de colina M sobre o conjunto morros B-C.

g) Conjunto morros B-C:

Sua posse pelo atacante caracteriza o início do rompimento da posição.

Permite vistas para o interior da PR, e o prosseguimento quer sobre morro J, quer sobre morro S, ou mesmo sobre morro F (na Z Aç do vizinho).

Compromete a defesa de morro N e de morros E e P. É pois, um dos pontos-chave da defesa.

Sua posse pelo defensor é fundamental barrando duas direções:

Cota Z morro J e

Colina M — morro J.

Assegura a defesa da parte N da Z Aç.

Permite a realização do contra-ataque sobre morro N.

Domina a transversal morro P — morro R.

h) Morro N:

Sua posse pelo inimigo materializa a penetração na PR, na parte S da Z Aç.

Facilita o prosseguimento sobre morro S embora flanqueada pelo conjunto B-C.

Permite atuar sobre o conjunto B = C.

Sua posse pelo defensor permite a aplicação de fogos de fianqueamento e à frente da LPR.

Liga-se pelo fogo com a defesa do subsetor vizinho do S.

Barra a direção morro L — morro S, e flanqueia a direção colina M — morro C.

i) Linha de alturas cota Z — colina M — morro L:

Sua posse pelo atacante permite a montagem do dispositivo para o ataque.

Sua posse pelo defensor permite boa observação sobre o terreno à frente da LPR, bem como a organização da PR a coberto das ações terrestres do inimigo.

2 — Observatórios e campos de tiro:

Observatórios muito bons em toda a Z Aç, particularmente:

Na LPR: morros N e E;

No interior da PR: morros C, J e S.

Para o inimigo, os observatórios são piores ao N melhorando para o S, particularmente em morro L.

Os campos de tiro são bastante favoráveis, permitindo ao defensor a boa aplicação de fogos de fianqueamento e à frente da LPR.

Para o inimigo, as bases de fogos instaladas em cota Z, col M e morro L apresentam também boas condições de aplicação de fogos.

3 — Obstáculos :

O arroio A pelas suas características (largura média 15m; profundidade 1,5m; margens suaves; fundo lodoso) constitui um obstáculo razoável contra carros e infantaria.

O córrego B, de margens pantanosas, também é obstáculo até a região de Md S do morro P, compartimentando o ataque inimigo.

4 — Máscaras e massas cobridoras :

A região apresenta boas massas cobridoras, em toda a posição, representadas pelas alturas.

O conjunto de alturas: col T — cota Z — colina M e morro L permite ao inimigo a aproximação de meios e a tomada de dispositivo em razoáveis condições.

As alturas: morro P — morro E — morro B e morro N, impedem ao inimigo as vistas para o interior da PR e facultam ao defensor o deslocamento de tropas e suprimento a coberto das vistas terrestres do inimigo.

As máscaras, materializadas pela vegetação existente, são melhores para o defensor na parte N da Z Aç.

Para o atacante, melhores máscaras ao S.

5 — Vias de acesso :

1ª — colina T — morro C — morro J;

2ª — colina M — morro C — morro J;

3ª — morro L — morro N — morro S.

Decomposição das vias de acesso :

a) Para a abordagem da posição :

Colina Z — morro C;
Colina M — morro C;
Morro L — morro N.

A via de acesso colina Z — morro C leva diretamente ao morro C e é a mais curta. Exige porém a con-

quista do morro E e a sua progressão se fará através compartimentos transversais. A progressão de morro E para o morro C é flanqueada pelos fogos de morro B. É pouco favorável à progressão de carros.

A via de acesso colina M — morro C também leva diretamente ao morro C, sendo um pouco mais longa que a primeira. A partir do arroio A a progressão se fará por uma linha seca materializada no terreno pelo esporão do morro B — morro B — morro C, favorável ao emprego de carros. É flanqueada pelo morro E e pelo morro N, exigindo para a sua utilização a conquista ou neutralização de um deles.

A via de acesso morro L — morro N, não conduz ao ponto chave da defesa (morro C). Progride por compartimentos transversais, porém o terreno é favorável ao emprego de carros.

Exige uma nova ação sobre morro C, ou, caso prossiga para morro S, sua progressão é flanqueada do morro B.

Conclusão: para a abordagem da posição a mais favorável ao inimigo é a via de acesso colina M — morro C.

b) No interior da PR :

Morro C — morro J;

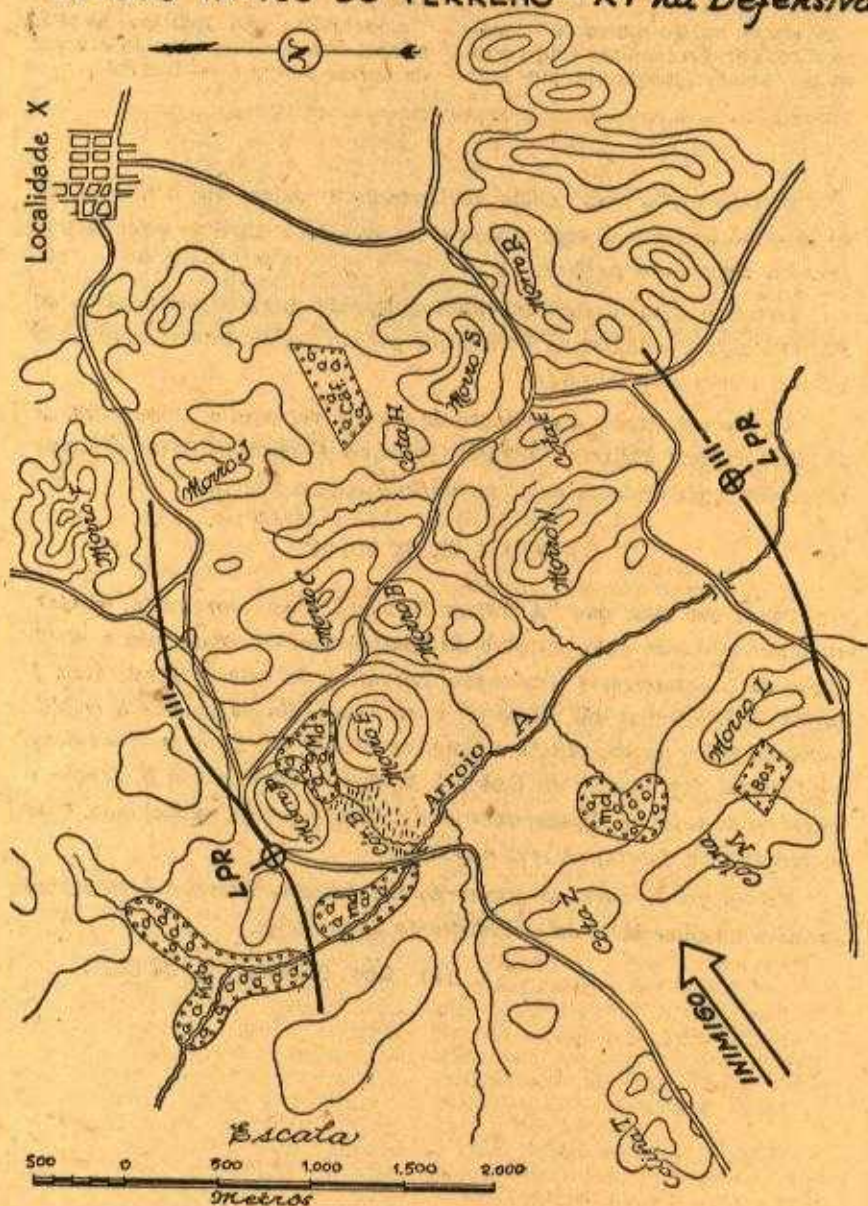
Morro C — morro S;

Morro N — morro S.

A via de acesso morro C — morro J leva diretamente ao fundo da posição abrindo o caminho para o prosseguimento, sobre a localidade X. É uma linha seca, bastante favorável ao emprego de carros. Conta com boas vistas e muito bom apoio de fogo, de bases de fogos instaladas em morro C. Independente da conquista de morro S. É contudo dominada pelo morro F (na zona de ação vizinha).

A via de acesso morro C — morro S é menos favorável ao emprego de carros que a primeira, e é mais longa que essa. Conduz ao morro S que abre o caminho para a progressão para W ou SW. Exige uma ação sobre morro J já que é flan-

ESTUDO TÁTICO DO TERRENO - RI na Defensiva



queda por este. Tem bom apoio de fogo de bases instaladas em morro B e morro C e muito boa observação.

A via de acesso morro N — morro S conduz diretamente sobre morro S. Sendo flanqueada por mor-

ro B exige uma ação sobre as posições instaladas nesse morro. Progride por compartimentos transversais.

Conclusão: no interior da PR a mais favorável ao inimigo é a via de acesso morro C — morro J.

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-I-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fez uma expressiva recomendação deste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.



A POLÍTICA MUNDIAL DO BRASIL: SUA FUNÇÃO E OBJETIVOS PERMANENTES

RENATO DE MENDONÇA

(Do livro a sair: "Entre dois Mundos")

A POLÍTICA TRADICIONAL DO BRASIL E SEUS OBJETIVOS

"A política dos Estados inscreve-se no espaço geográfico", escreveu um dos modernos da Universidade de Paris.

E se inicialmente frisamos a fonte da afirmativa é com o objetivo de não incorrer na falha do determinismo quase cego, em que se abismou a geopolítica de Haushofer e de Mackinder. De fato, o Professor Jean Gottman acima citado guarda êsse equilíbrio tão caro ao espírito francês de pesquisar e sugerir as soluções, sem o caráter de imperativo categórico tão ao gosto de certos teorizantes da escola germânica.

Existe, porém, — e parece-nos de uma evidência cartesiana — uma simbiose entre a política dos Estados e a geografia dos espaços ocupados por êsses Estados. Nas relações internacionais — a que preside um caráter marcante de flui-

dez — aponta-se a presença constante de considerações de diversa natureza; considerações econômicas e sociais redutíveis a alguns princípios; considerações jurídicas e filosóficas que se acham na base do Estado, e considerações especiais, por assim dizer irredutíveis e que representam as fundações concretas por excelência da arte política.

Voltando os olhos ao nosso passado histórico, destacam-se em relevo os objetivos tradicionais do Brasil. A política exterior brasileira não chegou incubada dentro das arcas de D. João VI, ao transplantar-se com armas e bagagens para o Novo Mundo.

Para gáudio da nossa diplomacia, já um belo espírito e ensaísta como o Embaixador Araújo Jorge pôde vislumbrar em Alexandre de Gusmão, artífice magno do Tratado de Madrid de 1750 (como o comprova exaustivamente a documentação ora

divulgada pelo Itamarti através de publicações do Instituto Rio Branco), o "avô dos diplomatas brasileiros".

Reagindo embora aos esquemas e generalizações, não nos devemos furtar e sim aceitar o rótulo honroso e encampar o conteúdo ainda mais rico de proveito. De fato, no Tratado de Madrid esboçam-se as grandes linhas do que poderia ser uma geopolítica do Brasil, concebida através das necessidades de preservação e defesa do nosso vasto espaço geográfico.

Se a tradição diplomática de um país há de ser a pedra angular de sua política externa, uma vez que esta se fundamenta nos objetivos nacionais permanentes, temos de admitir no Pacto de Madrid o alicerce profundo, as sapatas e "radiers", em que assenta o edifício da política exterior do Brasil.

Data *vênia*, transcrevemos de um trabalho nosso, "História da Política Exterior do Brasil" (vol. 1, página 42) os seguintes tópicos: "Bem pesadas as cousas, verifica-se que o Pacto correspondeu a uma satisfação recíproca (de Portugal e Espanha) de determinados fins políticos. Importou em um equilíbrio, visível na maneira com que sobreviveu aos seus autores, conservando-se em substância, apesar de modificado e anulado na forma por outros Tratados".

E concluindo mais adiante: "Com efeito, em 1750, a Espanha tinha alcançado um dos seus grandes ideais de colonização: a posse integral de ambas as margens do Rio da Prata.

"Não foi outro o móvel determinante da troca das Missões do Uruguai pela Colônia do Sacramento senão a navegação exclusiva do Prata.

"Ao mesmo tempo que cheio de interesse, é importante assinalar esses dois grandes princípios da Geopolítica, latentes em toda a política da colonização ibérica: a *bacia do Amazonas exclusivamente para Portugal assim como a bacia do Prata para a Espanha*.

"Não é outro o segredo que se encontra no bôjo do Tratado de Madrid e o transformou num evento duradouro. Evento que constitui um dos capítulos mais importantes da História Diplomática do século XVIII".

Que o evento era duradouro e sobreviveu aos seus autores, prova-o claramente D. João VI quem, mais de meio século depois, teve como gestos iniciais de seu governo a tomada da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental. De um lado preservava a zona de acesso ao Amazonas — cuja clausura se convertera por muito tempo em uma espécie de hímene quase mitológico da integridade territorial brasileira, como ainda recentemente patenteou o repúdio da iniciativa do Governo Brasileiro, conforme proposta de Paulo Carneiro, apresentada através do IBCEC, sob a presidência do Sr. Levy Carneiro e adotada pela UNESCO relativa ao Instituto da Hileia Amazônica.

O vale do Amazonas continua parodiando o *mare clausum* do monopólio mercantilista, à espera do seu Hugo Grotius, em pleno século XX.

Por outro lado, ao investir contra a Banda Oriental, sob pretexto de ainda desforrar-se de longe das perseguições napoleônicas, D. João VI, velha raposa disfarçada de monarca pusilânime, visava trunfos, na mão, para entendimentos vantajosos com os nossos vizinhos platinos.

Infelizmente, esses trunfos tão bem defendidos por Lecor e pela Chancelaria Brasileira, perdidos por Pedro I em 1827, na decantada luta de Ituzaingó, a que o ilustre presidente do Instituto Histórico, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, consagrou erudita monografia. A Convenção preliminar de 1828, como bem observou o nosso saudoso amigo e eminente historiador General Souza Doca, foi uma vitória diplomática do Brasil, a que a missão de Lord Ponsomby apenas deu o assentimento do mediador. Por ela se criava a República do Uruguai, ficando os dois signatários tanto o Brasil como a Argentina

zarentes da independência do novo Estado tampão.

Esse algodão entre cristais, lançado entre as coxilhas gaúchas e as pampas argentinos, assinalou como alvo pendão a nossa presença no Prata. Criou, porém, desde o início um ponto de fricção nas nossas fronteiras, a que só o tato do segundo Rio Branco lançaria um ponto final de conciliação e entendimento.

Celebrada a independência e reconhecido o Império através do Tratado de 1825, já se faziam sentir os pontos vitais da política exterior do Brasil. No Prata, herdávamos algumas sérias divergências e problemas de limites deixados do passado colonial lusitano. Em relação ao mundo, colocávamo-nos francamente em linha democrática da maior comunidade de nações existentes então, ou seja, o Império Britânico. Sem sombra de dúvida, e graças em parte aos Tratados de Comércio celebrado por D. João VI em 1810 com a Grã-Bretanha, o Brasil emancipou-se sob a égide de Canning incorporando-se economicamente à comunidade britânica. Mais tarde, importamos-lhe mesmo o sistema parlamentar e aquele hábito *chic* de muitos pro-homens do Império se confessarem *ingleses*, embora... da Bahia.

Dai a nossa afinidade com os Estados Unidos da América, com quem em vão o primeiro agente diplomático brasileiro em Washington, Silvestre Rabelo, procurou formar uma Aliança defensiva. Então, em pleno período de incubação e intervenção, os Americanos podiam proclamar a doutrina de Monroe sem dúvida, mas à sombra da esquadra britânica, como admitiram publicistas do valor de Walter Lipman.

A máxima *Britain rules the waves* condicionaria por quase todo o século XIX nossas relações com Londres, onde o Império Brasileiro teve sempre seus melhores diplomatas e, na fase financeira e político mais cruciante, conservou por um quarto de século como Ministro do Brasil ao Barão do Penedo, "o

mais notável agente diplomático do Império. Novos mercados pediam

Com o virar do século, a vinda da República, o ensinamento superveniente, a inflação da nossa moeda, o nosso crédito abalou-se em Londres, descendo do pedestal a que o tinham elevado a sabedoria e a parcimônia dos Estadistas do Império", na frase de Oliveira Lima. As nossas matérias-primas e em grande parte, a sombra do Capitão começa a projetar-se entre nós não só através do catecismo de Hamilton, como aludia Ruy Barbosa à presença dos conceitos federativos na Constituição de 1891, mas sobretudo através de um intenso intercâmbio comercial, acompanhado de seqüências ideológicas mais ou menos fiéis...

A política exterior da República Brasileira, ampliando sua linha de horizonte dentro da herança do Império, que tanto se nutria do calor britânico, voltava-se para os Estados Unidos, como para um irmão maior, de língua e raça diferente, mais longe das nossas fronteiras, mas a que no entanto nos arrastava o imã de uma equidade e compreensão mais ampla das relações internacionais, precursora dessa larga associação do sistema inter-americano de segurança continental.

A POLÍTICA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL

Devemos volver as vistas agora para a cartografia e uma vez mais o espaço geográfico nos indicará os pontos nevralgicos de sua periferia: a Argentina, o Paraguai, a Bolívia, o Peru e o conglomerado de nações hispânicas, que formaram o antigo Vice-Reinado da Grande Colômbia, formado pelo Equador, Colômbia e Venezuela.

A contingência histórica e os acontecimentos políticos fazem logo destacar o papel que cabe à diplomacia brasileira no Paraguai, na Bolívia e na Argentina. Ocupemo-nos, a seu turno, desse triângulo a que, por vezes, a demarcação das fronteiras empresta um caráter dramático como a Guerra do Paraguai,

ou nos depara espetáculos de beleza inenarrável como a junção das lindes no Iguacú, de cujo marco brasileiro se divisam os lados argentino e paraguaio, quase ao alcance da voz humana, em fraterno entrelaçamento.

PROJEÇÃO NO PARAGUAI, BOLÍVIA URUGUAI

Desde os tempos em que servimos como Adido à Delegação do Brasil na Conferência da Paz do Chaco, celebrada em Buenos Aires em 1935, cresceu em nós a crença de que o Praguaio e a Bolívia, as únicas nações mediterrâneas do Novo Mundo, representam os pratos de uma balança, da qual pende, como tênue fio, o equilíbrio político sul-americano. O território de ambas as Nações forma algo como um coração do continente austral, vem mesmo a tentação de dizer o seu *heartland*, vital para o futuro desenvolvimento econômico da América Latina.

É inegável que as vicissitudes da política continental nós levaram desde o Império a intervir política e economicamente em ambos os países. Intervenção não deixou de ser a ida a Assunção de Pimenta Bueno negociando um Tratado de Limites e Navegação, prometendo mais que suas instruções autorizavam, e reconhecendo a independência do Paraguai, contra a vontade do Governo de Buenos Aires. O Brasil lançou o cheque-mate, liquidando a questão da cisão paraguaia, deixada indecisa pela sorte adversa das armas de Belgrano.

Anos depois, em 1865, viria o Tratado da Tríplice Aliança, que levantou ainda mais a irracionalidade de Alberdi contra o Brasil, escrevendo esse tremendo libelo que é "El Brasil ante las democracias de América". Na realidade, através do publicista argentino se filtravam as vozes do ressentimento hispano-americano, então mais forte do que nunca. Ainda algumas décadas atrás, recordo a advertência de meu pai adotivo, o Coronel Rozendo Martins, antigo professor do Colégio

Militar: "Não se esqueça, meu filho" — dizia cindindo linguisticamente as fronteiras — "nos *falamos, éles hablan*".

É incontestável, porém, como salientou o insuspeito Ramón Cárcano: O Império levantou o Paraguai das cinzas, graças ao gênio do primeiro Rio Branco, que lhe reconstituiu o Estado e as instituições, dessangradas pela bravura indômita e mal dirigida do segundo Lopez.

Vimos então seguir-se à política ostensiva do emprêgo das armas a política chamada dos "patacoês", menos aparatosa mas não menos eficiente.

Já dera seus resultados no Uruguai, onde homens da projeção e do patriotismo de Mauá colaboraram com o Gabinete do Rio, em financiar projetos e movimentos úteis na província oriental.

Com o advento da República, a generosidade do Brasil fez-se sentir ainda mais através do perdão da dívida de guerra do Paraguai.

Embora a revolução liberal de 1904 propiciasse o influxo argentino em Assunção, o Brasil não deixou de envidar esforços positivos para contrarrestá-la. Criou uma linha do Correio Aéreo Nacional, forçando paraguaios da fronteira a virem tomar o avião brasileiro em Iguacú para irem à própria capital. Fundou uma Agência do Banco do Brasil em Assunção, criou um Instituto Paraguai-Brasil cuja penetração cultural só tende a intensificar-se, através do intercâmbio de professores e alunos graças às bolsas fornecidas pelo Itamarati. O Serviço de Navegação do Prata, mantido pela previsão sábia da nossa Marinha, representa a objetivação feliz, a pedir maior desenvolvimento, dos mesmos fins a que visara a Colônia do Sacramento: a defesa e segurança das nossas províncias meridionais.

A Missão Militar Brasileira de Instrução, completa o vértice dessa atuação sincronizada.

Quanto às nossas relações com a Bolívia, embora não tivessem tido o eco de nenhuma guerra continen-

tal, decorrendo mesmo muito cordiais como o demonstrou o episódio de Moxos e Chiquitos (oferta de anexação de território boliviano a Mato Grosso que Pedro I recusou), o problema da borracha nos levou a uma definição de atitude muito realista.

A verdade é que o domínio do fator econômico em nossa história permanece por vészes obscurecido na exposição de nossos historiadores e publicistas, já não falando na análise de nossos políticos e diplomatas.

A borracha foi que demarcou as nossas lindas na Amazônia, as nossas fronteiras com o Peru, a Bolívia e a Colômbia. O episódio do Acre — que devemos ao patriotismo hoje não muito lembrado de Plácido de Castro — forneceu ao Barão do Rio Branco mais uma estaca para suas glórias, com o Tratado de Petrópolis. O certo, porém, é que os nossos seringueiros e caucheiros fizeram uma obra hercúlea, digna da proeza dos bandeirantes, ao sacudirem sòzinhos a jurisdição boliviana.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a que o sangue de tantos brasileiros pagou um tributo de Minotauro, não foi o único sacrifício feito às nossas boas relações de vizinhança. Em 1938, tive a oportunidade de assistir à assinatura dos Tratados e Protocolos referentes à construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, compreendida entre Santa Cruz de La Sierra e Corumbá. O financiamento dado pelo Brasil para a construção do trecho boliviano seria reembolsado através do fornecimento do petróleo andino. Esta foi uma das mais assinaladas etapas da projeção continental do Brasil, devidas à alta visão do Presidente Getúlio Vargas.

Creio que, no que vai de século, é dos instrumentos mais notáveis já celebrados pelo Itamarati e um dos grandes marcos da nossa política exterior. Basta dizer que, desde então, os Governos de La Paz têm-se visto forçados a traçar sua orientação internacional, com vistas aos Tratados de 1938 com o Brasil,

ora dando-lhes todo o apoio, ora obstruindo-lhes um pouco sua integral realização. Não é outro o informe desse grande boliviano, amigo do Brasil e meu particular, o Embaixador Ostría Gutierrez, em seu livro "Una Obra y un Destino" (La política internacional de Bolívia después de la guerra del Chaco — Buenos Aires 1953).

Em agosto de 1953, o Govêno brasileiro enviou a La Paz u'a Missão especial com o fito de consolidar o alcançado tempos atrás: firmaram-se notas reversais para inversões do porte de quatro milhões de dólares por ambos os países, destinados às sondagens de petróleo em Terebintos e Espejo, localidades próximas a Santa Cruz de La Sierra.

A evolução dos acontecimentos caminha assim para uma integração econômica e uma participação maior dos níveis de vida dos bolivianos na prosperidade das culturas atlânticas. Com efeito, se há um complexo na Bolívia é o de um pórtio marítimo, para sempre perdido no conflito com o Chile. Por outro lado, o progresso do país de Sucre se tem arrastado por essa tirania, ali sensível mais que em outra parte, do meio geográfico, ou melhor do "environment", que fêz sentir a Keyserling nas grandes altitudes da Bolívia a desmineralização do próprio organismo (*Meditaciones Sudamericanas*).

Dos países mediterrâneos passemos à Banda Oriental. Já um espírito elevado como Miguel de Unamuno, prognosticava a Montevideu um destino de glória e de eleição. Perscrutando o futuro, seria talvez essa a razão pela qual os nossos antepassados tanto se apegaram e tanto lhes custou desprender-se do território uruguaio. Ali temos de fato uma sentienla e uma chave de segrêdo para as nossas fronteiras meridionais.

Isso explica as sucessivas e reiteradas intervenções do Império na Banda Oriental. Era a pedra angular do Vice-Reinado do Prata, aquela que não poderíamos deixar escapar sob o perigo de ver reerguer-

se a fortaleza de canhões apontados para as doces e amenas coxilhas gaúchas. Aí poderíamos ver uma ilustração a mais de uma das diretrizes da geografia política: o conceito de que as terras marginais exercem um papel complementar e de conflito, em relação às regiões do interior (*Geography and Empire*, por Charles B. Fawcett in *Geography in the twentieth century*, Londres, 1953, pg. 418).

A ocupação da Banda Oriental, que obedecera à velha concepção e antítese entre limite natural e limite artificial, terminara de vez em 1828. Mas, liquidada embora a política das fronteiras naturais, o Império continuaria a pagar caro pela vinzinhança de vizinhos turbulentos. A guerra dos Farrapos evidenciou o que poderia constituir de perigoso um Governo hostil ao Império em Montevideu. Nesse desejo de preservação da paz e da ordem interna, o Gabinete do Rio favoreceu e aliou-se sempre ao partido uruguaio antagônico ao argentino. A guerra contra Oribe deixara esse natural ressentimento que os povos libertados guardam contra os seus libertadores...

O Barão do Rio Branco soube, porém, através do Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim consolidar a amizade uruguaia que, desde então, não tem faltado ao Brasil não só na Organização dos Estados Americanos como nas Nações Unidas. O Urugual tem consciência por outro lado de contar com a amizade brasileira em uma emergência, facto esse que nos obriga a estar sempre vigilantes e alertados.

Na gama de nossas relações dentro da América do Sul, ocupam lugar especial o Chile e o Peru. Embora a amizade com o Equador já tenha feito um Ministro nosso ali declarar-nos, em um excesso de emoção, limítrofe daquele país, a cabeça fria dos nossos homens de Estado soube tempos depois no Protocolo de 1942 assumir atitude realista no conflito Peru-Ecuador. Somos hoje um dos garantes desse Protocolo e qualquer desrespeito ao mesmo provoca imediatas providên-

cias como a ida de um General brasileiro em 1953 para integrar e presidir a Comissão de Inquérito estabelecida.

O conflito de Letícia entre o Peru e a Colômbia resolveu-se pacificamente graças à mediação do Brasil, representado na grande figura de Afrânio de Melo Franco. Novamente em 1952, a mediação brasileira fez reatar as relações do Peru com a República de Cuba. As relações, portanto, do Brasil com as demais nações sul-americanas, uma vez assentadas por convênios as nossas questões de limites, vêm decorrendo sob um prisma de certa liderança moral.

Não será outra a razão porque temos recebido tantas provas de atenção do continente, notadamente do Peru, cujo Chefe de Estado nos deu a honra de sua visita o ano passado.

Quanto ao Chile, desde o bombardeio de Valparaíso em que o Gabinete Saraiva enviou um protesto diplomático veemente, o Brasil tem-lhe requestado a amizade numa sábia política de compensação. De fato, a nossa aproximação com Santiago, se tem verificado na razão inversa da distância: "o seu valor crescia para nós e para o Chile na mesma medida em que se desenvolvia o poderio da República Argentina", como muito bem salientou certa vez o Ministro Vasco Leitão da Cunha, espírito ágil e dos mais cultos do Itamarati.

A amizade com o Chile é para o Brasil um corolário da aproximação com os Estados Unidos e não podemos ser indiferentes a sua sorte econômica e política. País outrora dos mais ricos, a debacle dos preços do salitre arrastou-o à penosa contingência atual. Como ouvi em Valparaíso, "terra de uns tantos milionário e muitos milhões de rotos" (o pária dos Andes).

Dai as ofertas argentinas de favorecer a indústria pesada do Chile, dono de ferro e carvão de primeira qualidade, mas sem grande mercado interno devido à sua pequena população. Seu grande mercado na América do Sul teria de ser o ar-

gentino e surgiria então o problema de uma integração econômica com a Argentina, desafiando todas as equações do passado equilíbrio político sul-americano. A nosso ver, representa esse um dos problemas mais sérios e permanentes do *statu-quo* americano.

A POLÍTICA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A ARGENTINA

Chegamos agora ao *pivot* de nossa política na América do Sul: a nação argentina. Se é certo que, em 1852, impedimos definitivamente os sonhos de grandeza de Rosas, desejo de restabelecer o Vice-Reinado do Prata, não menos exato que então contribuimos decisivamente para a consolidação em suas fronteiras, prosperidade material e estabilidade de instituições da República portenha.

Reduzida às suas proporções atuais, a Nação Argentina cresceu vertiginosamente, criando uma das economias mais sólidas do continente.

Enquanto Zeballos lançou sementes de discórdia, as nossas relações estiveram tensas. Seu afastamento, porém, uma das vitórias atribuídas a Rio Branco, propiciou uma fase de entendimento e aproximação dentro da tradição do Itamariti.

A dominação econômica da Argentina no Paraguai só fez acentuar-se, na primeira metade do século. O comércio paraguaio está, em grande parte adstrito às tarifas do porto de Buenos Aires. A penetração argentina é permanente e envolve todos os setores da vida paraguaia: política, militar, econômica, cultural.

Quase o mesmo se poderia dizer de sua atuação na Bolívia, onde as linhas férreas argentinas asseguram o escoamento de parte substancial da produção boliviana. Homens de governo e diplomatas bolivianos, tenho conhecido de formação cultural e política absolutamente portenha.

A comunidade de língua e de formação auspícia ou redomínio argentino em vasto campo da vida his-

pano-americana, à exceção talvez do México, certamente o país de maior personalidade entre aquelas nações.

Como contrarrestar essa política?

O Brasil, que durante o Império, teve como objetivo permanente de sua política externa o equilíbrio do Prata e o corolário de sustar qualquer tentativa de reconstituição do antigo Vice-Reinado, não poderia no momento atual permanecer indiferente a um eventual expansionismo da Argentina.

E nesse afã de manter o *statu-quo* sul-americano, nosso maior aliado seria os Estados Unidos, a que não conviria um Estado macrocefalo ao sul do continente.

A criação da Embaixada em Washington foi o índice da nova intensificação de nossas relações. Rio Branco sentira de perto a potência formidável, ao receber das mãos de Cleveland o laudo arbitral das Missões, onde o irmão mais velho servira de juiz entre as duas maiores nações sul-americanas. Teria ele então pensado que a hegemonia do Atlântico Sul voltaria ao Brasil como seu progenitor, o Visconde, sempre desejara?

Da escola deixada por Rio Branco queremos logo destacar uma norma estabelecida por Domicio da Gama: *embora seguidores de sua política no âmbito internacional, devemos ter opinião nossa própria, definida e até adversa se for o caso, dos Estados Unidos, em matéria de política sul-americana.* Dessa forma já se punha claro que a colaboração não exclui a divergência nem a autonomia de atitudes, e menos ainda o servilismo. Eis aí uma das diretrizes sempre seguidas pela Chancelaria brasileira: no plano continental, antes consultar primeiro com os seus lindeiros que com Washington.

Estabelecida essa linha de respeito mútuo, não será demais afirmar que o único país da América Latina a bem compreender no passado e no presente os Estados Unidos tem sido o Brasil. Em certa ocasião, durante uma conferência que tive a honra de pronunciar no

Colégio do México, sob a vista atenta de numerosos publicistas espanhóis e hispano-americanos, afirmei que o Brasil estava fadado a ser o intérprete mais feliz da América Latina junto ao Governo de Washington. Escuso referir a saraivada de perguntas a que fui submetido no debate subsequente.

A verdade, porém, é que não há como desconhecer a existência de três Américas: a inglesa, a espanhola e a portuguesa. Em suas antigas veleidades de reino peninsular dominante, os castelhanos sempre buscam envolver na denominação "hispano-americano" a nós, brasileiros, como antes incluíam em hispânicos a portugueses, o que sempre ocasionou justos protestos da gente lusiada.

Diversos assim na formação e na língua dos nossos vizinhos, teríamos de achar na América inglesa o aliado natural, buscando equacionar o problema dentro dos antecedentes históricos anglo-portugueses, sem felizmente haver de permeio um Tratado pernicioso como o de Methuen.

A despeito da distância que nos separa, os Estados Unidos têm sido o nosso melhor "vizinho"... Dêles temos recebido não só constante apoio como uma participação cada vez maior e de mais destaque no cenário da política mundial. Os elementos materiais, que nos têm proporcionado, contribuíram enormemente para o nosso desenvolvimento econômico. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, extinta recentemente, elaborou numerosos projetos essenciais ao nosso progresso, tendo obtido ou empenhado a palavra de Washington para financiamentos, que atingem a cerca de 400 milhões de dólares, obra de vulto a que se consagrou, em sua administração, o Ministro João Neves da Fontoura. Nosso maior mercado, os Estados Unidos são também culturalmente um dos fatores preponderantes da vida brasileira.

Vários interesses comuns levam ao cruzamento de nossa política externa com a do Departamento de Estado. Destacando de início a efe-

tivação da segurança das Américas, através do estreitamento de todas as formas de colaboração, não só dentro das comissões jurídicas pan-americanas como através do funcionamento *au point* do sistema de segurança coletiva.

Outro objetivo comum e não de menor vulto é a garantia da nossa própria segurança. Bastaria aventar a hipótese de um conflito norte-americano com a Rússia para imediatamente entrarem em perigo externo as nossas instituições. Uma vitória da União Soviética arrastaria fatalmente a parte sul-americana cuja debilidade econômica não lhe permitiria enfrentar a concorrência mercantil e a propaganda política de Moscou.

Por último, assinalemos o outro ponto de incidência mútua, ou seja a manutenção do equilíbrio na América do Sul, um dos objetivos permanentes de nossa política exterior. Incompreendido às vezes pelos seus vizinhos, mas sempre respeitado, o Brasil é o objetivo principal a qualquer sonho portenho de hegemonia entre as nações hispano-americanas, anulando a possibilidade de uma "Terceira posição", medianeira entre Moscou e Washington, com que certo sindicalismo buscava fazer o *cisma* dentro da unidade pan-americana.

Gradativamente e de forma quase insensível, a diplomacia brasileira vem estruturando sua atuação para o ambiente claro e arejado de ampla cooperação continental. É essa uma das constantes da nossa política exterior.

Nada de infidelidade ao objetivo comum, primeiro instituto na União Pan-americana, órgão inicialmente mais idealista e simbólico (fora um dos sonhos de Bolívar ao convocar o Congresso de Panamá), e logo depois transformado na Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), organismo regional dentro das Nações Unidas, segundo a Carta firmada em Bogotá em 1948.

Os princípios que presidem ao sistema interamericano consubstanciado na O.E.A. partem de um postulado: o espírito de solidarie-

dade e cooperação entre as nações do continente.

Embora fiel aos princípios e finalidades das Nações Unidas, que orientam suas atividades, a O.E.A. apresenta uma característica essencial: o funcionamento autônomo dentro do sistema geral, graças ao direito de *legítima defesa coletiva*, reconhecido no Art. 51 da Carta das Nações Unidas.

Os compromissos de ordem puramente moral evoluíram para o campo da obrigação jurídica e militar, como lição da guerra e das contingências mundiais. Assim, nasceu o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca ou Tratado do Rio de Janeiro, assinado no Itamarati § 2 de setembro de 1947, e ao qual a nossa Chancelaria deu, por assim dizer, forma e bojo, criando um dos instrumentos mais perfeitos na estrutura e na eficácia dentro do moderno direito internacional. Seus princípios são por demais conhecidos. É de justiça histórica recordar que a sua colaboração presidiu esse grande internacionalista brasileiro, que é o Sr. Raul Fernandes, assessorado por tratadistas do porte do Embaixador Hildebrando Accioly.

Sendo esse instrumento, porém, a viga mestra da O.E.A. e onde se estipulam as medidas e processos a serem postos em prática na defesa comum, convém lembrar que nele se instituiu a zona de segurança do Continente, dentro da qual um ataque armado, mesmo não dirigido contra o território de um Estado americano, seria equiparado a um ataque a todos os Estados americanos.

Esse princípio criado no art. 49 do Tratado do Rio de Janeiro, ampliou consideravelmente os limites da solidariedade continental, que a Carta da O.E.A. (art. 24) previa apenas no caso de "agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano".

Mas a participação do Brasil no seio da O.E.A. não se tem proces-

sado somente no setor político. Temos tomado parte em todos os seus empreendimentos de natureza econômica e cultural. É conveniente lembrar a nossa participação no Programa de Assistência Técnica dos Estados americanos a que temos dado uma colaboração importante, oferecendo os nossos meios de pesquisa científica e universitária para a instalação de Centros pan-americanos como o da Febre Aftosa, em pleno funcionamento no Núcleo de São Bento. Encontra-se em franca organização outro centro de não menor importância, o Projeto 29 da O.E.A. para a Avaliação dos Recursos Naturais, a que o espírito clarividente do Estado-Maior do Exército logo deu todo seu apoio, pleiteando sua sede para o Brasil, o que o Itamarati conseguiu no ano passado, através do trabalho silencioso e sem publicidade, mas constante e produtivo, da Comissão Nacional de Assistência Técnica. Através desse projeto, o Brasil durante três anos será o centro de investigações e treinamento de especialistas de todo o Continente, nos domínios da topografia, climatologia, hidrologia, estudos dos solos, silvicultura, caça e pesca.

Proporcionando técnicas mais adiantadas e intercambiando especialistas, os países americanos mais avançados poderão valer de modo eficaz aos seus irmãos economicamente sub-desenvolvidos. Novos campos, de extensão imprevisível, se abrem assim a uma proveitosa cooperação interamericana, elevando os níveis de vida e os padrões de cultura do homem americano.

PROJEÇÃO EXTRA-CONTINENTAL DO BRASIL

No século XIX nos absorvera, quase por completo, a política com as nações da América. Como já assinaei, giravamos *magna pars* na órbita do Império Britânico, a cuja sombra prosperaram as nossas instituições democráticas e o nosso intercâmbio comercial. Nossas possibilidades eram então demasiado modestas e limitavam-se ao trato das

nações européias e uma ou outra excursão — quase um desvanecio — no Extremo Oriente, como o caso da Missão Especial enviada à China em 1879, durante o Gabinete Sinimbu que se tomaram de amores súbitos pela imigração chinesa. Esta não se fez, mas em compensação os japoneses tempos depois inundaram o Brasil: poucas famílias, logo núcleos consideráveis na Amazônia, em São Paulo, e em Mato Grosso (um japonês desfrutava hoje do monopólio do tomate em Secretário: Estado do Rio). Abrimos então nossa Legação em Tóquio em 1907 e, um ano depois, em Pekin. No Oriente Próximo, na Turquia, só tivemos representação em 1912. No Egito, um agente político nosso desempenhava suas funções em 1910.

De fato, a nossa aparição primeira de destaque foi na Conferência da Paz de Haia, em 1907, onde Ruy Barbosa elevou o nome do Brasil defendendo a tese generosa de igualdade jurídica dos Estados. Era o fato da maior relevância, pois como assinalou o meu ilustre amigo e colega o notável historiador Heitor Lira, "podia ser interpretado como o ponto de partida de uma nova política, no sentido de que o Brasil saia de seu isolamento na América para o ambiente mais amplo da política mundial, ao lado das grandes potências, colaborando com elas no estabelecimento de uma melhor organização da paz, enfrentando-lhes por vezes os propósitos imperialistas e se fazendo o defensor desinteressado das nações fracas".

A participação efetiva do Brasil na política mundial viria, porém, somente com a eleição para o Conselho da Liga das Nações, eleição a que o Governo de Washington deu todo amparo.

Desfeitas as ilusões que congregavam as grandes e as pequenas potências em Genebra, contidos ambos os lados pelo respeito à norma jurídica internacional e pelo receio às armas do adversário, assistimos a nova irrupção dos instintos me-

nos nobres da espécie. Com satisfação, podemos anotar que, se a voz de Ruy nos enaltecera em Haia, os nossos pracinhas não deram menor glória ao Brasil nos campos de luta da Itália, em 1944. Fechava-se o ciclo da eloquência, arma da lógica e da persuasão, com outro não menos convincente, como o ciclo do sacrifício.

Dessa maneira, os nossos juristas e os nossos diplomatas no mesmo plano que os nossos homens de armas conquistaram para o Brasil um lugar especial no seio das Nações Unidas.

Eleito novamente este ano para o Conselho de Segurança, o Brasil chega ao apogeu de sua atuação no cenário mundial. O ano passado, graças a honroso convite que tive das Nações Unidas, pude durante algum tempo observar o trabalho que o Itamarti ali vêm desenvolvendo, enviando do melhor do seu staff mas também não vacilando em recorrer a elementos estranhos aos seus quadros, quando da escolha das Delegações à reunião das Assembléias. Para isso tem contribuído eficazmente a orientação dos Chanceleres Raul Fernandes e Vicente Ráo que, à sabedoria de juristas, sempre souberam unir o tato e a experiência de antigos Delegados do Brasil na ONU.

Colhendo o fruto de sua política de cordialidade e respeito na América, o Brasil goza nas Nações Unidas do voto e do apoio dos Estados latino-americanos. É não raro um elemento mediano nas relações entre eles e os próprios Estados Unidos, facilitando a coordenação política e amortecendo antagonismos, quando não evitando desentendimentos de maior monta.

Antes de concluir, quero recordar aquela máxima tão surrada mas sempre verdadeira dos navegantes lusitadas: "quanto maior a nau maior a tormenta".

Se maiores hoje as nossas atividades no plano extra-continental, maiores os encargos e os compromissos. Temos de ser previdentes e precavidos. Uma política mun-

dial segura, requer permanente vigiância e uma revisão sempre atualizada.

• •

Eis aí, em suma, a pesada herança que, em matéria de política exterior, recebe o Presidente João Café Filho, ao iniciar-se um novo ciclo da história brasileira, sob muitos aspectos similar aos dias subseqüentes ao 7 de abril.

Oxalá o Governo de Sua Excelência se matenha e se purifique nesse cadinho de trabalho, digni-

dade e livre exame, — que a filosofia política sempre impôs aos grandes Presidentes do Brasil.

O alto padrão moral e cívico, — que o eminente filho do Rio Grande do Norte se traçou a si próprio — surge ante o coração de todos os homens de bem, dos mais modestos obreiros aos mais elevados setores da vida nacional, como aquela quinta estrêla do Cruzeiro do Sul:

Quase oculta, menos visível, mas presente sempre nos destinos do Brasil.

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespano Sul-Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — General Mário Travassos.....	10,00
Aspectos Geográficos Sul-Americanos — General Mário Travassos	10,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olívio G. de Uzêda.....	30,00
Curso de Topografia Militar — Coronel Olívio G. de Uzêda....	120,00
Código de V.V. dos Militares, atualizado — Capitão I.E. Antônio Florêncio de Lima Pinheiro.....	50,00
Código de V.V. dos Militares, Fascículo I — Capitão I.E. Antônio Florêncio de Lima Pinheiro.....	55,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Júnior.....	50,00
Estudo dos Morteiros — Capitão Gustavo L. Braga.....	7,00
História Militar no Reg. Colonial — Major A.A. Souza Ferreira	25,00
História Militar do Brasil — General Pedro Cordolino.....	300,00
Informações Militares — Coronel Idálio Sardenberg.....	45,00
Lança-Rojão — Capitão Gustavo L. Braga.....	5,00
Lei de Movimento de Quadros — Major Heráclides de A. Nelson	20,00
Lei do Serviço Militar — Major Heráclides de A. Nelson.....	30,00
Metralhadora P.30 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Metralhadora P.50 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Noções de Topografia de Campanha — General Lauro Paes de Andrade.....	15,00
O Exército Alemão — Coronel Leony de O. Machado.....	25,00
Palavras à Juventude — Professor Daltro Santos.....	25,00
Problemas do Brasil — Coronel Adalardo Fialho.....	30,00
Síntese de Estudo sobre "O Programa de Geografia e História para o Concurso de Admissão à E.M.M." — Major João Batista Peixoto.....	10,00

Missão das Universidades na Formação das Elites

(Aula magna, proferida no dia 1 de março de 1955, na inauguração dos cursos da Universidade do Brasil)

PEREGRINO JUNIOR

O HOMEM BRASILEIRO — PROBLEMA FUNDAMENTAL

Teimosamente entregue a uma espécie de narcisismo geográfico, o Brasil viveu até época bem recente no êxtase e no deslumbramento feliz na contemplação e na exaltação das riquezas naturais do país — os rios, as florestas, as montanhas, opulência potencial do subsolo, a feracidade inaproveitada dos campos, a doce graça colorida das paisagens... Não nos lembrávamos, porém, de que isso, embora de considerável importância, seria inútil e vão, e nada representaria afinal de contas, sem o homem, sem o preparo do homem, sem a valorização do homem, sem o trabalho e a inteligência do homem. Era preciso, antes de nada, cuidar do homem; portanto, dar-lhe saúde e educação, para torná-lo, afinal, capaz de compreender, de sentir a beleza da terra, para torná-lo apto a possuir e explorar a riqueza da terra. Razoável e oportuna foi então a advertência agudíssima de Roquete Pinto: "Para as nações modernas não há problema tão importante quanto o da população". Tudo dependendo da gente, do número e da qualidade, o centro de gravidade da vida das nações é o homem. "Riqueza natural — é água parada que não move moinhos. Nêsse terreno, o trabalho vale muito mais que o capital". E o trabalho — é o homem. No Brasil, o problema do homem é duplamente grave e urgente — porque é a um tempo

quantitativo e qualitativo, isto é, precisamos de povoar o país, aumentar sua densidade demográfica, aproveitá-lo economicamente; mas precisamos, também, e sobretudo, de melhorar a qualidade do homem brasileiro, estimulando suas aptidões biológicas, o seu rendimento de trabalho, o seu valor vital.

De trinta anos para esta parte o Brasil fixou e encaminhou a solução do problema nêsse sentido. E em lugar da velha política da Terra, vesga e exclusiva, inaugurou-se no país a política do Homem. Todo o nosso esforço nos últimos tempos, numa atitude de "introspecção nacional", em verdade, tem sido êste: valorizar o Homem Brasileiro, melhorando-lhe as condições de alimentação, de saúde, de robustez, de instrução e de trabalho, promovendo-lhe o bem-estar individual e coletivo, para torná-lo assim capaz de possuir, dominar e utilizar "a Terra em tal maneira graciosa" que recebemos, como dádiva inestimável, das mãos da Criação.

A TAREFA DA UNIVERSIDADE

Mas nada poderemos esperar do Homem Brasileiro, nada poderemos obter dêle, sem conhecê-lo, sem estudá-lo, sem investigar, com o mais severo rigor científico, as suas possibilidades, as suas aptidões físicas e intelectuais. Precisamos, como propôs Laugier, avaliar a resistên-

cia do nosso material humano, para poder utilizá-lo com segurança, tirando dêle o rendimento mais alto.

Para valorizar o Homem, para não subestimá-lo, nem desprezá-lo, é preciso antes de nada conhecê-lo. Neste sentido iniciou-se no Brasil, há cerca de três decênios, um movimento da maior importância e significação. Sociólogos, antropólogos, biólogos, médicos historiadores, investigadores de toda ordem se têm dedicado, com um entusiasmo sem esmorecimento, a essa tarefa admirável: o estudo, a investigação, o esclarecimento de todos os problemas relacionados com o conhecimento do Homem Brasileiro.

Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Roquette Pinto, Gilberto Freyre e alguns líderes da revolução modernista de 22 — eis os grandes elementos catalizadores dessa reação da inteligência nacional, criando o movimento de investigação e documentação que nos colocou interessados e atentos, diante das realidades do meio brasileiro e da sua gente, estudando a ascensão social, a formação cultural, a solidariedade grupal do nosso homem. A Universidade não podia permanecer estranha nem indiferente diante de tão importante iniciativa. Na realização dessa grave e generosa tarefa importante papel tem cabido e há de caber ainda às nossas Universidades. E nós, o que temos feito? Por intermédio principalmente dos pesquisadores do Museu Nacional e da Faculdade Nacional de Filosofia, a Universidade do Brasil frequentou vastas áreas desse generoso campo de atividades, contribuindo para o estudo dos problemas fundamentais da nossa terra e da nossa gente — para o melhor conhecimento, portanto, do homem brasileiro.

RETROSPECTO DAS NOSSAS ATIVIDADES

Antes de nada, vejamos agora o que tem sido, no plano geral da formação brasileira, a atuação da nossa Universidade. Mas não só do ângulo particular deste problema, se-

não também de toda a tarefa até aqui cumprida. É útil de vez em quando fazermos uma pausa prudente e calma, para recapitular a tarefa realizada e tentar a síntese geral dos problemas resolvidos e também daqueles que não conseguimos resolver, examinando com isenção e humildade as falhas, os erros e as omissões do nosso trabalho, para um esforço comum de retificação e recuperação. Uma espécie de exame de consciência em voz alta. Examinemos, em suma, o que foi feito e o que nos cumpre fazer.

Que é neste instante, a casa comum de todos nós, a Universidade, em cuja intimidade doméstica vivemos com a serena cordialidade e o grave espírito de coesão de uma família? O nosso Passado é sem dúvida ilustre, mas recente. Nossa perspectiva no Tempo é muito limitada, mas nossa perspectiva no plano do espírito já tem largas dimensões. Não possuímos, no Brasil, a tradição universitária dos velhos países europeus, como a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Espanha, Portugal, que viram as suas universidades nascerem na Idade Média. O ensino superior só veio virtualmente para o Brasil com D. João VI. Datam do século XIX, nas suas origens mais remotas, as escolas superiores fundadas na Terra de Santa Cruz. Nasceram em 1808 as Faculdades de Medicina, da Bahia e do Rio; em 1810, a Escola Politécnica; a Escola de Belas Artes em 1816; as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, em 1827; a Escola de Música em 1841; em 1875 a Escola de Minas e Metalurgia. Mas a verdade é que a Universidade, essa só a tivemos em 1920, com a lei Epitácio Pessoa, embora Carlos Maximiliano, vendo claro e certo, tivesse autorizado a sua criação desde o ano de 1915.

Contudo, nesses modestos três decênios de existência austera e silenciosa, já fizemos sem dúvida alguma coisa de que nos podemos orgulhar, — e recapitular a obra realizada não é um ato gratuito de saudosismo nem um gesto vão de vai-

dade, senão apenas uma atitude honrada e corajosa, porque nos permite inventariar a tarefa cumprida, como inspiração e roteiro daquilo que poderemos e deveremos fazer no futuro. Graças a esse raro privilégio da condição humana, que permite ao homem o dom de mover-se livre e facilmente em todas as dimensões do seu tempo — e ser, pela imaginação, pela memória e pelo pensamento, passado, presente e futuro simultaneamente, é que aqui estamos com os olhos no que fizemos, com o pensamento no que estamos fazendo e com a esperança no que desejamos fazer em proveito do ensino e do Brasil.

Atingindo em 1945, com a conquista da autonomia didática e administrativa, a plenitude da sua força e da sua expansão, e pôsto se tenha desenvolvido um pouco desordenadamente, sem um planejamento prévio e sem um programa geral, a Universidade cresceu bem, e cresceu muito, tanto no sentido horizontal da extensão, como no sentido vertical da influência e do prestígio, que são hoje incontestavelmente profundos e estáveis, chegando a este instante grave e inquieto da vida nacional com a consciência da obra que está realizando com dignidade, e da missão que tem sabido cumprir com proveito nos quadros culturais do País.

POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE NA PAISAGEM DO NOVO MUNDO

A Universidade, bem o sabeis, núcleo de ensino e propagação do saber e das técnicas, organizada em instituição estável, como corporação pública, é uma criação eminentemente européia, que não existiu em nenhuma outra sociedade civilizada do mundo fora da Europa antes da Idade Média, — nem mesmo na Grécia, das ágoras, dos jardins de Aktemo, nem na China do mandarinato — e só muito depois foi transferida para novos climas espirituais, passando a florescer, em outros continentes. A sua transplantação para atmosfera cultural da América, sobretudo nas áreas de

origem anglo-saxônica, singularizou-se entretanto por um sentido novo, peculiar e inconfundível.

Como toda gente sabe, a Universidade Medieval ocupava, na Europa, situação simétrica à da Igreja, como poder transcendente, e à do Estado, como poder político, (1) porque concentrava o sortilégio da Sabedoria, que encarnava um novo poder — o verdadeiro poder espiritual, isto é, a inteligência, isenta, lúcida e informada, para constituir-se em energia histórica, — perene e criadora. Quando a Universidade surgiu, no século XI, elegendo o Saber como força social e a Cultura como bem público, o rumor do seu aparecimento — diz um historiador de imaginação ardente — foi tão importante e estranho, como o rumor do motor de explosão no século XX: era um ruído novo no mundo. Entre nós, povos jovens da América do Sul, em plena inquietação do século XX, com desprezo unânime pelos valores da hierarquia e um desejo frenético de suprimir apressadamente todas as formas de disciplina e formalismo, a adoção do modelo europeu era uma contrafação, artificiosa e inadequada.

Após curto estágio de imitação ortodoxa dos modelos europeus, tínhamos por força de nos libertarmos literalmente de todas as velhas fórmulas e tradições, para adotar padrões mais consentâneos com o nosso clima social e moral.

A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Não nos era possível esquecer as peculiaridades inconfundíveis do meio novo da América. O que nos cumpria, realmente, em matéria de formação do homem americano, era atentar, antes de tudo, nessas peculiaridades americanas, de acordo com as necessidades e as exigências ecológicas e sociais do Mundo Novo. Mas a verdade é que não tivemos coragem para romper os laços de uma tradição, que não era nossa, mas que nos encantava e tolhia. Embora, de fato, a nossa Universidade tivesse um caráter diferen-

ciado e novo, nós teimávamos em repetir, na sua organização, os velhos modelos europeus. Mas como longe estávamos da pompa, da disciplina, do aparato formal das Universidades européias! Delas, em verdade, só guardávamos o ranço das praxes pedagógicas e o aparato dos currículos túrgidos. Assim como em política, no Império, repetíamos o Parlamentarismo britânico, e na República, o Presidencialismo norte-americano, em matéria de ensino ficamos até hoje hesitando entre o modelo da Europa e o modelo dos Estados Unidos. Depois da última grande guerra, com a subversão total de certas praxes e normas da vida brasileira, sob a sedução do exemplo norte-americano, deslocouse o eixo do nosso padrão universitário da Europa para os Estados Unidos. Aderimos ao tecnicismo norte-americano, enveredamos pela especialização e pelo profissionalismo sem meias medidas, abandonando de ânimo ligeiro os velhos modelos clássicos da Europa — aqueles bons modelos de clareza e equilíbrio dos mestres franceses, de boas letras clássicas e lúcido pensamento crítico, bem como a austera lição, sólida e útil, dos sisudos pensadores e cientistas germânicos, tão minuciosos no estudo, tão compactos no saber, tão seguros no pensamento. Não tivemos, entretanto, coragem nem disposição para encarar frontalmente o problema, isto é, uma deliberada ruptura de tôdas as praxes para uma reforma revolucionária de base e de cúpola, não para adotar o modelo norte-americano, em lugar do europeu (e a troca, no caso, não é o que nos convém), mas para conceber e criar um padrão nosso — autenticamente brasileiro, baseado na experiência alheia, mas atento sobretudo às peculiaridades e às necessidades brasileiras. Porque a formação das elites, no Brasil, tem forçosamente de orientar-se no sentido de prepará-las para o contacto imediato da realidade nacional, o que equivale a dizer, para o conhecimento honesto e claro de uma realidade ecológica e social que nada tem de co-

mum com as tradições culturais européias nem tampouco com as norte-americanas. Seu passo inicial, há de ser no sentido de transformar a Universidade em poderoso e eficaz instrumento de observação e em vasto laboratório experimental, largamente aberto à curiosidade e ao interesse de todos os valores e vocações jovens do país, para realizar obra autenticamente universitária, quer dizer, original, criadora e, se possível, tocada de uma tonalidade corajosa de renovação.

A Universidade brasileira teria, pois, de caracterizar-se, o que não acentueu até aqui, por essa grande vocação de pesquisa. Caber-lhe-ia debruçar-se sobre o meio físico e o ambiente social brasileiro, através de toda sorte de investigações, de levantamentos, de inquéritos, de indagações e experiência — de forma a promover aquilo que, como disse de começo, está sendo a preocupação mais séria e constante das novas gerações: o conhecimento objetivo, real e sincero do Brasil e do homem brasileiro. E somente na base desse conhecimento, assim colocado, poderíamos pôr em equação os nossos problemas e pesquisar suas soluções.

"Não pode a Universidade limitar-se, como desgraçadamente o faz, a ser o órgão passivo e estático de transferência de um pensamento, alto embora, e uma linha de ação que se desenvolveram em condições de tempo e lugar extremamente distanciados dos nossos" (2).

ERROS DE PREPARAÇÃO

Para isto, devíamos ministrar aos jovens do Brasil idéias claras e estáveis sobre o mundo e sobre o homem do seu tempo — e principalmente idéias, nítidas e honradas sobre o seu País e o brasileiro do seu tempo. Obra colossal e utilíssima, a de quem realizasse esse singelo milagre! Porque a verdade é que o brasileiro médio de hoje é cada vez mais o *novo bárbaro*, de Ortega y Gasset, *atrasado em relação à sua época, arcaico e primitivo em comparação com a terrível atualidade e*

os problemas desta hora. Com o deslocamento do meridiano da nossa formação universitária da Europa e para a América, temos preparado bons técnicos sem dúvida, competentes e capazes, mas unilaterais e limitados ("porque ciência não é cultura", diga-se a verdade!).

AS SOLUÇÕES UNILATERAIS

Sintoma impressionante dêsse fenômeno é a unilateralidade com que o brasileiro vê e debate os problemas do Brasil. O brasileiro tem o vésio dogmático da ortodoxia profissional — que é miope e vêsga — fruto da ausência de cultura geral. Cada brasileiro, dotado, como é, de natural vocação para o serviço público, possui em geral um plano privado de salvação nacional. Acontece, porém, que para o engenheiro nós só temos um problema — estradas; como para o médico o nosso único problema — é saúde; o educador resume todos os nossos males em um só: analfabetismo; já os bacharéis acreditam que é tudo questão de ordem jurídica e sistema institucional — justiça rápida e barata; até os meus queridos alunos da E.N.E.F.D. têm lá a sua tese: o problema do Brasil, para eles, é o do homem sadio e forte, — ginástica, portanto... Isso resulta de uma mutilação do homem, que afinal de contas só sabe uma coisa: a sua técnica, embora a saiba muito bem, ignorando a raiz de todos os demais problemas, que subestima e despreza. É mal do profissionalismo e do especialismo do século XX. O engenheiro vive ilhado na sua Engenharia, como o médico na sua Medicina, e o Bacharel no seu Direito, e o Professor na sua Pedagogia — mal sabendo que suas profissões são tão somente uma dimensão do homem — enquanto que os problemas do Brasil e do Mundo são um complexo vasto, compacto, difícil, de origens remotas e profundas, de consequências extensas e múltiplas. É preciso unir êsses fragmentos de idéias, êsses pedaços soltos da verdade; associar essas contribuições que, isoladas, são in-

sensatas; aglutinar, em suma, todas as ilhas culturais dêsse imenso arquipélago para constituir, com essas frações da realidade uma unidade vital, e para que todos juntos, funcionando harmonicamente como um sistema, possam ver, compreender e resolver o problema do Brasil em todas as suas dimensões e em toda a sua gravidade.

MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Quem pode realizar, porém, êsse milagre? A Universidade. Daí caber à Universidade, na vida nacional, a mais alta e generosa das missões: a de propagar as idéias, ensinar as ciências e as técnicas, estruturar a cultura, formando, em última análise, as elites dirigentes do país. E, no Brasil, mais uma função: a de permitir a ascensão social dos brasileiros de todas as classes.

Assim sendo, a Universidade terá forçosamente de constituir-se em núcleo cultural da Nação, para o que necessita, como já se observou agudamente, de "uma atmosfera moral" e de "um clima de são idealismo", que facilitem a formação de homens de alto nível ético e intelectual, capazes de promover o progresso e a felicidade do país.

Para isto, além de boas escolas de formação técnico-profissional, que ensinem as aquisições da ciência e as novidades da técnica, precisamos ter também escolas que contribuam para o adiantamento ético e cultural da juventude. "As Universidades segundo Flexner devem ter consciência de quatro objetivos primaciais: a conservação dos conhecimentos e das idéias; a interpretação dêsses conhecimentos e dessas idéias; a pesquisa da verdade; o treinamento de estudantes para a prática". As suas tarefas primaciais portanto são numerosas e complexas:

- 1) formação profissional e técnica;
- 2) Investigação científica e preparação de homens de ciência;

3) Transmissão da cultura e formação de elites dirigentes. Para esse fim, cumpre-lhes o seguinte:

1º. Promover o ensino das profissões intelectuais;

2º. Difundir as ciências, as técnicas, os meios de pesquisa;

3º. Preparar investigadores, homens de ciência, professores de alto nível;

4º. Criar um clima cultural superior para o País;

5º. Ensinar a busca, a preservação e o respeito da verdade, com a busca, a preservação e o respeito consequente da liberdade.

Na Alemanha, há alguns anos, este problema desencadeou larga polêmica entre o Ministro Beecker e o filósofo Scheler: deviam funções tão variadas caber a uma só instituição ou a várias?

Ociosas e desprezíveis controvérsias! O que importa é realizar a obra — e se a Universidade já existe, e pode executá-la, por que retardar-lhe a execução? O que é preciso é despejar os currículos, simplificar o ensino, torná-lo mais simples e objetivo, para que o aluno tenha tempo de dedicar-se aos problemas gerais da cultura. Em vez de ensinar o que se deve — ensinar o que se pode ensinar, ou melhor o que se pode aprender, mas ensinar bem. Para citar um exemplo — o mais típico e o que mais intimamente conheço, o do ensino médico, entendo que este poderia com vantagem ser refundido, num sentido mais pragmático, de acordo com as realidades brasileiras. Houve sem dúvida progresso considerável nos métodos do ensino da Medicina, entre nós. Da "aula de sobrecasaca", teórica, erudita, enfática e inútil — a chamada "aula bonita", passamos com proveito à "aula de avental", prática, objetiva, clara, com o doente e o laboratório diante dos olhos, o fato clínico como motivação. Mas, depois, sobreveio, com a extrema simplificação dos nossos costumes a "aula em mangas de camisa", em caçanje pobre e triste, sem compostura e sem dignidade — e isto perturbou e comprometeu sem dúvida o prestígio do

ensino universitário. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra...* Não vi nada igual nos Estados Unidos, nem na Europa. Qual terá sido o nosso modelo? Evidentemente precisamos de aulas objetivas, singelas e claras, mas bem pensadas e bem faladas. Sendo infreqüentes a vocação científica, a capacidade para a pesquisa e o gosto pela atividade universitária, mas muito necessária, no País, a existência de bons médicos práticos — de técnicos instruídos, hábeis e competentes — para cuidar da saúde do povo — sabido, como é, que temos milhares de localidades sem um só médico! — as nossas Faculdades de Medicina deviam ter, em vez de um só, dois tipos de Cursos:

a) um para formação de médicos clínicos (com bom preparo de clínica médica e cirurgia geral, de obstetrícia e ginecologia, de pediatria, de medicina de urgência, de higiene e medicina legal (4), em 4 anos (currículos simples: apenas as matérias essenciais — anatomia, fisiologia, bioquímica, patologia, clínica médica, clínica cirúrgica, puericultura e pediatria, ginecologia e obstetrícia, noções de higiene e medicina legal (a semiologia, a terapêutica e a anatomia patológica devendo ser ensinadas nas cadeiras de clínica e patologia). Após o Curso, (5) 2 anos de internato obrigatório em hospitais com programas de trabalhos práticos, para concessão de diplomas e exercício da medicina.

b) um outro Curso para formação de médicos de nível universitário (professores, pesquisadores, especialistas de alto padrão, homens de ciência, enfim). Este seria um curso completo e sólido, em 6 anos, com mais 2 anos de estágio para especialização em laboratórios ou hospitais adequados e, se possível, viagem ao estrangeiro.

Os primeiros, todas as Faculdades do País, federalizadas ou não, poderiam ministrá-lo. Mas o segundo, só às Faculdades de Medicina das grandes capitais do Brasil, que dispusessem de hospitais de clínicas e serviços especializados modernos e

bem equipados seria concedida permissão para os ministrar.

Tal orientação poderia aplicar-se, por extensão, a outras unidades universitárias, e a outros ramos de ensino. Mas o ensino superior não é só profissionalismo e investigação: é também cultura geral e desinteressada.

Ao lado de atividades meramente profissionais — dar diplomas, preparar médicos, bacharéis, engenheiros, professores, etc., devíamos ter, e infelizmente ainda não temos, núcleos de formação de homens de alta cultura — de homens preparados, pela maturidade de espírito e pelo conhecimento dos problemas gerais — para funções de comando, para dirigir o País, em suma. Isto é, preparar homens para mandar, capazes de governar o Brasil, de discipliná-lo e organizá-lo tornando-o próspero e feliz. Isto é, um núcleo de formação de líderes. Que eu saiba, só na Escola Superior de Guerra se faz entre nós neste momento um esforço lúcido, sério e orgânico neste sentido. Por que não fazer coisa semelhante na Universidade do Brasil? É prudente não esquecer a lúcida observação de Oliveira Viana: formar elites é ainda o meio mais expedito, mais eficiente, direi mesmo, mais econômico de educar as massas.

Muito há que fazer e refazer na nossa Universidade. Dir-vos-ei, de passagem, o que se está fazendo lá fora atualmente, e as controvérsias que tais problemas comportam, não para que imitemos as soluções alienígenas, mas para que possamos adotar soluções adequadas ao nosso clima espiritual e às nossas peculiaridades sociais.

Vejamos, por exemplo, o que ultimamente se tem escrito e pensado a propósito dos problemas de ensino superior e secundário, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nota-se uma certa reação contra o tecnicismo, o especialismo e o profissionalismo que imperam atualmente (6).

Segundo Macqueen, qualquer formação universitária exige uma filosofia básica, isto é, um conceito fundamental da vida e das nossas

finalidades, uma ética que permita distinguir o bem e o mal. E isso a formação puramente técnica não pode dar. Admite-se hoje que o método científico dá ao raciocínio um desenvolvimento que a lógica jamais poderia dar, permite aprender mais coisas, mas não nos ensina como usar o que aprendemos para vivermos melhor.

O Cardeal Henry Newman entende que a Universidade deveria visar ao treinamento intelectual, sem se embarçar com as considerações a respeito das aplicações práticas do conhecimento, embora isso não queira dizer que o caráter universitário do estudo seja incompatível com o sentido pragmático das noções adquiridas.

Na maioria das universidades e colégios da Inglaterra — segundo proclama o *Lancet* em editorial, — se admite que o pretendente a carreira médica, por exemplo, deve ter uma formação básica tão ampla quanto possível. Na prática, porém, tanto os pais como os alunos, — confessam os ingleses — acham que é preferível dedicar-se o estudante desde cedo, preferentemente, às cadeiras de ciências, para facilitar as tarefas do curso superior e, em certos casos, abreviar o tempo de estudo, obtendo isenção, na Faculdade, de cadeiras estudadas no colégio. Assim, muitos estudantes se dedicam quase exclusivamente, desde os 13 anos de idade, à física, à química, à biologia.

Ora, o estudante de medicina ficará preso — segundo o articulista do *Lancet*, — a estudos científicos em quase todo o resto de sua vida, de forma que o ensino secundário é sua oportunidade única de adquirir cultura geral, cuja falta se fará sentir gravemente durante todo o resto da vida, mesmo para o exercício profissional, pois a medicina não é apenas um aprendizado científico. A Universidade de Londres resolveu modificar seus regulamentos de admissão, evitando as vantagens do aprendizado científico exclusivo no ciclo secundário, de forma que o estudante não possa mais tirar proveito do abandono dos es-

tudos clássicos, ainda que prejudicando o curso superior em virtude do tempo dedicado à história, as línguas, à literatura, etc. (7).

Elkin, Presidente da American Surgical Association, em 1952, lamentava a ignorância e a pobreza de letras (illiteracy) de muitos médicos e o imediatismo prejudicial que orienta os estudos de candidatos ao curso médico nos Estados Unidos. Não se trata de exigir que o médico seja um letrado, — dizia ele — mas de que tenha uma formação capaz de permitir-lhe julgar os valores permanentes da vida. A história e as letras (não as línguas mortas) fazem tanta falta na formação do médico e do cientista em geral, quanto as ciências básicas na formação do artista. De certo, o estudante que aprendeu ciências e nada mais, é particularmente vulnerável ao ardis inescrupulosos dos que buscam o poder (8).

Segundo Frazer, "para o exercício da Clínica é mais necessário um julgamento reto e bem desenvolvido, do que um estrito método científico. E essa capacidade de julgamento depende de qualidades inatas, de experiência e de uma cultura ampla e sólida".

Para ele, de resto, "a medicina não é uma tecnologia, é uma profissão erudita e toda a educação do médico deve ser feita em nível universitário".

E defendendo a necessidade de uma Filosofia da Medicina, Brain, R. (9) diz que se não queremos perder-nos na crescente complexidade da ciência médica e na infinita multiplicação dos fatos, devemos sempre guardar no espírito a necessidade de clareza e simplicidade por meio dos princípios gerais.

Hoje em dia nenhum de nós pode esperar o domínio minucioso e completo de mais do que um segmento das noções conhecidas (10), afirma Walshe.

A moderna insistência sobre as técnicas terminará por fazer de nós meros tecnologistas. Só nos poderemos salvar disso pela compreensão dos princípios básicos sobre que repousam as técnicas e pela sua

integração em uma filosofia da Medicina.

A formação do estudante de medicina deve ter por objetivo a função do clínico geral na medicina moderna. O clínico geral é, sobretudo, o médico que vê o doente como um todo, conhece-o no corpo, na alma e no meio social, realizando uma penetração que jamais poderá ser conseguida por nenhuma equipe de peritos.

Daí se deduz que o estudante deve ser orientado no sentido dos princípios gerais da medicina e de suas aplicações práticas.

Da importância, aliás, da Filosofia na Medicina Moderna, tive noção exata recentemente, ao tomar parte em um Symposium sobre Antibióticos em Washington, quando um dos temas de debate, relatado magistralmente por Felix Martí-Ybanez foi este: Importância filosófica da descoberta dos antibióticos. E tal tema voltou a ser debatido, uma semana depois, no Symposium de Tetraciclina de Nova York, com seriedade e interesse.

Embora tenha horror às reformas de ensino — mal endêmico que assola o Brasil de modo devastador — acredito que a nossa organização didática poderia ser modificada com proveito, levando em conta a experiência e o bom senso.

Precisamos aliviar os nossos currículos, tornando-os mais objetivos e exequíveis. Penso como Lawrence que é preferível ensinar o estudante a pensar de maneira ordenada, do que empanturrá-lo de fatos desconexos.

Dar-lhe cultura geral, ensinando-lhe ao mesmo tempo, com objetividade, singeleza e segurança, o manuseio e a utilização das técnicas modernas, sem transformá-los jamais em simples autômatos ou manipuladores inconseqüentes de instrumentos.

O ensino superior — repito — não é só profissionalismo e investigação, é também cultura geral e desinteressada. Seria oportuno e útil, pois, criar também cursos de alta cultura e cursos para formação de dirigentes, para formação de che-

fes, administradores, e organizadores, como os da Fundação Getúlio Vargas e os da Escola Superior de Guerra. Por que não fazer uma tentativa neste sentido? O Congresso, se tivesse, em matéria de ensino, assessores competentes, isentos e lúcidos, poderia incluir na Lei das Bases e Diretrizes da Educação Nacional — de marcha tão lerdá, acidentada e infeliz — um dispositivo explícito que permitisse a adoção de tal conduta nesta Universidade. Se isto conseguíssemos fazer, estou certo de que andaríamos bem avisados contribuindo afinal para dar a Universidade o importante papel que ela deve ter na formação das elites brasileiras, isto é, alguma coisa que crie entre nós um sistema de idéias sólidas e claras, sobre o mundo, a humanidade, e principalmente sobre o Brasil e o homem brasileiro — êsse desconhecido que os nossos poderes públicos não querem conhecer. A propósito, cabe-me acrescentar que nos Estados Unidos estão em curso duas experiências de renovação do ensino médico, em Colorado e Western Reserve, absolutamente revolucionárias.

Em Colorado se põe em prática o sistema de "programa de treinamento familiar" no qual o estudante trabalha numa clínica geral, ligado individualmente a certos doentes, em vez de limitar-se a uma enfer-

midade ou departamento qualquer; acompanha o doente a todos os departamentos onde êste precise ser atendido e mesmo ao seu domicílio. As ciências básicas são ensinadas sem divisões nítidas — a dissecação de um feto, por exemplo, movimenta anatomistas, pediatras, radiologistas, psiquiatras, que dão ao aluno uma visão integral dos problemas de desenvolvimento.

Em Western Reserve segue-se a mesma tendência integrativa, em sentido diverso. O ensino não é dado por departamentos, mas por sistemas, cada assunto sendo analisado por uma comissão de professores correlatos. Assim, o sistema nervoso é explicado por um grupo, constante de anatomistas, fisiologistas, neurologistas, psiquiatras, farmacologistas, bioquímicos. O ensino de clínica vai sendo introduzido aos poucos, desde o início e as ciências básicas são ensinadas ao longo de todo o curso, de acordo com as motivações que vão surgindo. Assim, a anatomia do aparelho locomotor só é esmiuçada durante o estudo de ortopedia.

Essas inovações ainda não têm tempo suficiente para ser julgadas, mas parecem antes destinadas a solucionar problemas locais dos americanos, que a ditar novos modelos de aplicação universal (11).

(Continua)

(1) Ortega Y Gasset — Obras completas.

(2) Faria Góes Sobrinho — Entrevista ao "Diário Carioca".

(3) A. cit. por Fraser, F. Lancet, 1: 61 (12 jan.) 1952.

(4) "O amplo currículo habitual da universidade americana, em vez de procurar ensinar perfeitamente uma coisa qualquer, se esforça para dar ao estudante um conhecimento superficial de todas as coisas". Merton, Th., The Seven Storey Mountain, New American Library, New York, 1952, pág. 169.

"É preferível ensinar o estudante a pensar de maneira ordenada, do que empurrá-lo de fatos desconexos". Lawrence, R. D., Clinical Medicine, Some Principles of Thinking, Learning, and Teaching, R. K. Lewis, Londres, 1954, pág. 64.

(5) Nos E. Unidos, após o curso secundário, o estudante faz 3 a 4 anos de estudo premédico — botânica, biologia, física, química, inglês, uma língua estrangeira. O aluno é estimulado a tomar cursos de outras matérias não relacionadas diretamente com a medicina.

Em seguida, faz o curso médico, de 4 anos e, em geral, mais 1 ano de internato, de forma que só com 27 a 38 anos é que pode ser declarado apto ao exercício da profissão.

O exame de admissão compreende testes de aptidão escolar, de inteligência, aproveitamento nos estudos anteriores e relatório dos professores sobre a capacidade e o caráter do candidato.

O número de candidatos é, em média, o triplo de vagas. A porcentagem de moças é apenas de 3%.

O Curso médico é dispendioso — cerca de 2.000 dólares por ano — são raras as ajudas financeiras aos alunos.

A organização dos currículos é geralmente pouco satisfatória, havendo tendência geral para modificá-los, para integrar melhor o aluno na prática profissional. As aulas formais são pouco apreciadas, preferindo-se as discussões em pequenos grupos orientados. É possível que, nesse sistema, o aluno seja excessivamente assessorado (nursed), prejudicando-se o desenvolvimento de sua personalidade.

Creio que o ensino médico poderia ser melhorado limitando-se o curso pré-médico. (Cruickshank, R. Lancet, 2: 394 — 296 (30 ag.) 1952.

(6) Macqueen, A.P. Oliivers, L., maio 1953, pág. 298.

(7) Editorial, Lancet, 2: 418 (30 ag.) 1952.

(8) Edit., Lancet, 2: 671 (4 out.) 1952.

(9) Lancet, 1: 959 — 964 (16 maio) 1953.

(10) Ao que pensa Walshe, em artigo do Lancet, a "arte médica, tão importante quanto a "ciência" médica, não pode dispensar os estudos essenciais que ensinam a pensar e a exprimir as idéias, e que são principalmente, os do trivium" das universidades medievais — lógica, retórica e gramática. Estas três artes constituem a base intelectual da medicina.

O desenvolvimento do estudo das ciências aplicadas constitui uma verdadeira ameaça à Medicina, pois tornam infinitamente difícil pensar de forma corrente sobre ela como um todo homogêneo; tendem a nos tornar habilidosos técnicos, mas destituídos da visão sinótica que nos permite usá-las com sabedoria.

A verdadeira sabedoria não se adquire nos laboratórios; nestes se obtém apenas "a very learned ignorance" (uma ignorância muito bem cultivada).

Nossos recursos materiais, que se desenvolvem tão rapidamente, exigem de nós, imperiosamente, uma utilização mais aguda e mais ampla dos recursos intelectuais, para que a Medicina não degenerem em uma tecnologia complicada, sob a ilusão de que a pessoa humana é meramente uma máquina complexa, redutível a termos de eletrônica e bioquímica.

Em um artigo do Lancet, de 1952, Platt chegou ao exagero de afirmar: "há muito quem faça boa medicina com escassos conhecimentos científicos. A ciência põe os recursos técnicos na mão do médico, mas não é necessário saber teoria de óptica para usar um oftalmoscópio nem ser um físico para interpretar radiografias.

Não obstante, a formação científica é indispensável a educação do médico, não só para dar-lhe a precisão de julgamento que o método científico desenvolve, como para habituá-lo a usar corretamente os meios técnicos que lhe são oferecidos pelos cientistas.

E Smith, dentro da mesma linha de idéias, afirma: "Se qualquer assunto for estudado exclusivamente por causa dos benefícios profissionais que possam daí advir, e não pelo prazer e pela satisfação que os conhecimentos produzem, provavelmente não terá nenhum valor cultural. Se o espírito se concentrar em um departamento de aprendizado, excluído os demais, tornar-se-á, evidentemente, estreito na sua visão.

Muitos dizem que o estudo de Medicina ou Direito é meramente uma questão de vocação, sem nenhum sentido cultural. Os que o dizem, via de regra, não entendem de nenhuma das duas coisas.

(11) Sinclair, D.C. Lancet, 2: 463-467 (3 set.) 1953.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

O PÔRTO DE TAMANDARÉ, NO LITORAL DE PERNAMBUCO

(O Forte de Negreiros, as reliquias de Santo André e o castelo de um rei do côco).

General Dermeval Pelroto.

Os governadores gerais e os almirantes de antigamente, conheciam melhor e, por isso deram mais importância ao Porto Tamandaré, situado no litoral pernambucano um pouco ao sul do cabo de S. Agostinho.

Lá feriram-se batalhas navais entre esquadras compostas de galeras. Assim dizem os empolgantes enredos das porfias bélicas pela nossa terra então disputada.

Realmente, os arrecifes abrem, ao largo, e profundo canal marítimo avança até penetrar, por apertada garganta, para encher a enseada, onde os barcos de maior calado podem sem dificuldades, encestar seus bordos em trechos de terra firme.

Contemplando o panorama, o observador fica em dúvida si mão obreira ou dádiva da natureza pródiga criou aquela harmonia, ajustando o mar encapelado à vista, com a serenidade de uma planície arenosa contornando a mansidão de uma linda bacia de águas bem verdes.

Pequena fortaleza velha de vetustas casamatas bem aprumadas em blocos de cantaria, é uma antiga testemunha material das passagens heróicas que por acolá se deram.

Fora iniciada sôfregamente por Vidal de Negreiros, no apressado desembarque sob pressão adversa, quando da Bahia levara

seus valorosos "têrços" de reforçamento às hostes de Filipe Camarão e Antonio Vieira, no assédio aos holandeses para consumação da expulsão dos invasores de Pernambuco.

Mal acabada e ainda mal artilhada, participou bravamente da resistência terrestre, contrariando um tentado desembarque dos flamengos, que vitoriosos no mar, perseguiram as náus lusitanas, acossando-as até quando, encuraladas na pequena baía, foram totalmente destruídas.

Fora da própria natureza e das enegrecidas amuradas do forte, tudo em Tamandaré é novidade. Um elegante farolete da Marinha ergue-se a um canto das ruínas do lendário reduto de Negreiros; um arraial pobre, enfileirando modestíssimas moradas tristonhas; mais próximo do mar, uma colônia de pescadores; aqui e ali, habitações melhores, são pertencentes a usineiros ricos ou gente de posses, que as utilizam para veraneios em praia; alguns arvoredos pivoteiam casebres que agasalham praiheiros humildes e em belas praias salpicam choupanas de jangadeiros, que cada dia vão sulcar as ondas bravias, enquanto não aparecem sobras de veranistas e turistas de Rio Formoso e S. José do Barreiro.

Para alcançar Pôrto Tamandaré, partindo do Recife, tem que

se vencer por terra quase cem quilômetros de percurso em automóvel, pela rodovia litorânea. Três horas, em bom tempo, geralmente acrescidas de mais uma, porque os viajantes nunca deixam de parar alguns momentos em Ipojuca, Serinhaem e Santo Amaro, para contemplação de velhas igrejas cheias de imagens antigas e, de conventos religiosos despojados.

Cada usina ou povoado à passagem provoca ligeira parada — um café amigável, ou um copo de caldo de cana fresco na época das moagens. Aceitar uma gentileza proverbial do proprietário ou administrador é trivial; não aceitar é censurável.

Cada local que se passa marca um acontecimento da época de nossa terra cobijada; enredo nos contam sobre as passagens e lutas travadas entre os invasores e os defensores de Pernambuco, durante a retirada para Pôrto Calvo.

A igreja de Santo Amaro, não fica como as de Ipojuca e Serinhaem, à vista de quem passa. Fica escondida no canto de uma praça descuidada de um desvio da estrada. O sacristão ou alguém de sua família atende para abrir a porta quando surge um automóvel e depara o velho templo.

Uma hora não basta ao crente ou descrente que pretenda admirar a quantidade das "promessas" lá existentes. As paredes, os tetos das alas e das sacristias não mais comportam outros modelos em cêra depurados. Quadros, fotografias e variadíssimos objetos, levados nas romarias como tributo e reconhecimento dos milagres de Santo Amaro, estão expostos desordenadamente. Milhares de braços, pernas, cabeças, mãos e bustos em cêra; velas de todos os portes, lisas e enfeitadas, pendentes e nos altares, representam cada qual, uma recompensa religiosamente na maioria, com escritos correspondentes aos milagres realizados.

Desperta atenção e uma natural curiosidade, em meio das coroas e dos multiformes objetos, um pequeno caixão funerário, colocado a um canto do altar. "Dele levantara-se uma criança depois de considerada morta". Sua mãe, lá próximo, na barra do Serinhaem, apelara aos brados nervosos para que Santo Amaro não deixasse enterrar a filhinha. Essa é a história sumariamente contada aos que indagam sobre a conservação do pequenino caixão de defunto ali. Termina-se por saber que a mesma, depois de ressuscitada, fôra depois a mãe carinhosa de uma prole e ela mesma cuida da conservação da comovente relíquia milagrosa que lá se encontra.

O Pôrto Tamandaré fica logo adiante. Derivando-se da boa estrada litorânea, rumo da costa, depois de seis quilômetros, em caminho por nós melhorado, alcançava-se o povoado que ficava mais ou menos a dez quilômetros das cidades sulinas pernambucanas de Rio Formoso e Barreiro. Nesta, o prefeito José Coimbra, e naquela o prefeito e o seu dedicado secretário José Apolônio de Albuquerque, influenciados pelo saudoso usineiro do Cacau, Senhor Cardoso Aires, auxiliaram a identificação de quase todos os homens dos arredores para a idéia de se alistarem como nossos guerrilheiros.

No triângulo formado pelas três localidades — Tamandaré, à beira mar e Barreiros e Rio Formoso, marginando a rodovia — acusara-se possibilidade de levantar-se quase o efetivo de um regimento para o reforçamento da vigilância militar.

Os trabalhadores das usinas de Cacau e de Barreiros estavam orientados e convencidos de que poderiam ser utilizados como bons defensores do Brasil em 1942.

A cidade de Barreiros, evolução que é do progresso da grande fábrica de açúcar deixada pelo

saudoso Estácio Coimbra, fôra escolhida para ser temporariamente a sede do quartel do comandante do quartelão militar, a que ficaram adstritos todos os que patrioticamente dispuseram acolá a servir como guerrilheiros defensores do Brasil.

Os oficiais preferiam a alegria para os seus fins de semana; os sargentos e os soldados revezavam-se nas permissões para se afastarem dos locais de vigilância permanente. Em Barreiros e Rio Formoso encontravam boa acolhida das autoridades e das pessoas de melhor compreensão ao momento de todos unirem-se para servir a Pátria.

No Porto Tamandaré o alinhamento das novas plantações de coqueiros baixos, ajardinava modernamente a esplanada à frente dos grandes e despresados edifícios existentes.

A quem caiba pelo menos saber que por lá existe alguma coisa importante, belo e produtivo em abandono, desperta o estímulo ressaltar aos demais o que existe em Tamandaré.

Grandes edifícios erguidos há cerca de sessenta anos e deixados sem utilização! É a lamentável realidade. Quando pela epidemia do cólera o governo mandara erguer um lazareto destinado a receber sob quarentena os que de fora viessem para o Brasil: amplos pavilhões magnificamente construídos com material de primeira ordem, resistem tenazmente ao caso em que ficaram expostos ao furto e as intempéries. São telhas de Marselha, ladrilhos e mosaicos ingleses, madeiramento da Escandinávia, aplicados na construção de compartimentos e laboratórios, maquinárias para iluminação, cozinhas, padarias, instalações de água, luz e higiene, enfermarias, banheiros e gabinetes especiais, que formavam um precioso conjunto de órgãos que nunca chegou a funcionar.

Também não foram aproveitados os despojos... O próprio zelador residia no Recife...

Porque no velho forte estava montada pequena guarda, tinha eu mandado levantar as suas emudecidas bôcas de fogo enferrujadas. Os poucos canhões de estanho, enterrados alguns até o meio com as culatras invertidas, foram reerguidos. Depois da limpeza dos matos que dentro e fora cobriam os fossos e as esplanadas enxarcadas, ficaram arrumadas em pirâmides as velhas balas esféricas espalhadas.

As escuras casamatas foram limpas, assim como a capelinha abandonada no interior — única peça conservada nos porões da velha praça de guerra.

Habitava um pequeno compartimento o faroleiro com a sua família, que passou a ter guarda militar e livrou-se das ondas de pernalongos procedentes das inundadas cercanias que sofreram profilaxia. Jatou-se o velho faroleiro e seu filho de serem os primeiros guerrilheiros alistados no lugar.

Enquadraram-se no reduzido número de soldados observadores e cederam o mirante na própria torre do farol para a instalação de nossas lunetas óticas, revezando-se voluntariamente nas vigílias do mar à distância.

O "grupo de combate", inicialmente em reforço aos três primeiros observadores colocados no forte Tamandaré, foi logo elevado a um pelotão de fuzileiros. Posteriormente a guarda do importante reduto foi confiada a um contingente de reservistas pernambucanos recém-convocados no Recife, sob o comando do Tenente Farid Tanuri.

Desta feita fizera-lhes uma alocação ao erguer a nossa Bandeira na portada da fortaleza, salientando o penhor que lhes entregava e exaltando-lhes o feito dos que outrora a guarneceram.

As missas interrompidas passaram a ser novamente assistidas

na capelinha do velho forte e a antiquíssima imagem do patrono S. Crispim tornou a ter velas no altar encravado no socavão. Os povoantes voltaram a rezar um domingo cada mês, enquanto a guarnição da vigilância lá estava.

No histórico e pitoresco sítio assim despresado e bem pouco conhecido um dos muitos reisinhos dos coqueirais do norte escolhera um recanto para instalar um castelo.

A pouca distância para o sul da famosa enseada de Tamandaré, no alto de uma colina, descurtinando o oceano, está o refúgio de um dos reis do coco. É uma encantadora morada. Em meio de belo jardim plantado

com capricho a beira mar, sombreado pelo arvoredor copado de fruteiras escolhidas e enfeitado de parasitas multicores, o forasteiro é bem acolhido mesmo na ausência do dono. O gosto e o conforto interno neste longínquo local de clima apreciável desfrutando a brisa eterna e o panorama infinito das águas, onde o proprietário e seus convivas sentem-se bem, contrasta e desmente os que maldizem a estância de Pôrto de Pôrto Tamandaré. A riqueza do produto do coco, entusiasmo e estimula o homem que reunira o seu interesse ao prazer de localizar acolá uma vivenda justamente no marco de tão memorável tradição histórica.

O VALOR DA FORÇA MORAL

"Considero o moral a maior força da guerra. Um moral elevado assenta na disciplina, no respeito espontâneo e na confiança do soldado em seus chefes, em suas armas e em si mesmo. Sem um alto moral nenhum bom êxito é possível por melhor que seja um plano estratégico ou tático, e todo o resto. Um moral elevado é pérola de muito grande valor."

(Normandy to the Baltic — Field Marshal The Viscount Montgomery of Alamein.)

SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

A DEFESA NACIONAL, visando facilitar aos seus sócios e assinantes a aquisição de livros — militares ou não — à venda nas livrarias do Rio de Janeiro, introduziu, na sua *Secção de Publicações*, o serviço de ENTREGAS DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO.

Os livros solicitados serão remetidos mediante o simples pedido, e o pagamento feito na agência postal da localidade onde se encontra o destinatário, na ocasião da encomenda.

As despesas relativas ao SERVIÇO POSTAL DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO, serão incluídas no valor do pedido.

A toda encomenda acompanhará a fatura respectiva.

APLICAÇÕES "PACÍFICAS" E "MILITARES" DA ENERGIA ATÔMICA

Coronel AILLERET

(Traduzido da Revue de Défense Nationale, de novembro de 1954, pelo Major FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA)

I — A FRANÇA EM FACE DA ENERGIA NUCLEAR

Desde que a Segunda Guerra Mundial terminou com a dupla explosão de Hiroshima e Nagasaki, a opinião pública francesa tem estado como tomada de espanto, ante os problemas resultantes da utilização da energia nuclear.

As idéias mais contraditórias circularam e continuam a circular sobre a real natureza dessa energia, sobre a importância que ela terá em futuro próximo, sobre a amplitude dos empreendimentos que ela acarreta e sobre o vulto dos capitais a serem empregados nessas atividades.

Uma vez que os Estados Unidos organizaram sua indústria nuclear com uma grandiosidade e em um ritmo dignos de seu fabuloso potencial, criou-se, entre nós, a tendência a admitir que não se pode empreender atividades atômicas de valor, a não ser com essa amplitude e nesse ritmo.

E, no entanto, a velha Inglaterra nos vem dando, há alguns anos, um exemplo sobre o qual seria interessante meditar. Arruinada como nós, em menor extensão, é verdade, mas de qualquer forma arruinada pela guerra; sem dispor, muito pelo contrário, de maiores recursos que os nossos em minérios de urânio, nem nos ultrapassando na proficiência de seus cientistas — É preciso não esquecer os nomes insígnies de nossos sábios, que têm figurado em primeiro pla-

no, como pioneiros da descoberta da energia nuclear: de Broglie, Frederico e Irene Joliot-Curie, Francis Perrin e Thibaut — mas em virtude de haver tido não somente a vontade, mas também a inteligência de fazer o esforço necessário, a Grã-Bretanha ocupa a posição de grande potência atômica, tanto no setor das aplicações pacíficas, como no das aplicações militares. Já atualmente a R.A.F. dispõe de bombas atômicas, os exércitos ingleses não são mais exércitos anacrônicos e a indústria britânica dá os primeiros passos no campo da produção de energia: dessa forma, ela se assegura a possibilidade de manter-se, no futuro, na vanguarda do progresso industrial.

Em vista das modestas atividades francesas no domínio nuclear, considerado a disparidade, que cresce constantemente, entre nossa situação e a das outras grandes nações, que progridem a toda velocidade no caminho das utilizações militares e pacíficas da energia atômica, podemos nos perguntar se nossa Pátria poderá, um dia, recuperar seu atraso ou se não estará trilhando, irremediavelmente, a estrada da decadência, tanto industrial como militar.

A opinião pública, inquieta, começa a entrever, no subconsciente, que a energia atômica não deve ser inacessível às nações com os recursos da França. Não compreende porque não se pode intensificar um esforço que, evidentemente-

te, deve ser compensador, uma vez, que está ligado ao desenvolvimento de uma fonte de energia particularmente poderosa e de cujo futuro ninguém tem a menor dúvida.

Entretanto, essa opinião pública hesita diante do desenvolvimento de uma força que acarreta consigo a possibilidade da fabricação de armas de destruição de potência excepcional. Tal hesitação muito a honra, pois traduz seu profundo sentimento de humanidade, mas não deixa de ser bizarra em um mundo onde parece ser a única a manifestar tal sentimento: pois nenhum outro país, que disponha de meios, tem deixado de estabelecer seus programas atômicos com o máximo de intensidade, sob o pretexto de que isso pode conduzir à produção de armas de destruição em massa.

Essa hesitação ficou patenteada, claramente, na declaração do Senhor Parodi, no dia 25 de junho de 1946, perante a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, declaração que definiu a política atômica que a França vem seguindo, até o momento presente. O Embaixador declarou, naquela ocasião: "Estou autorizado a declarar que os objetivos que o governo francês estabeleceu para as pesquisas de seus sábios e técnicos são puramente pacíficos". E acrescentou: "Nosso desejo é que todas as nações do mundo sigam esse caminho, o mais rápido possível".

Ora, essa esperança revelou-se sem fundamento: tanto dos Urais e da Sibéria, como do deserto de Nevada, e dos arquipélagos de Bikini e de Montebello, chegam, periódica e regularmente, o estrondo das explosões que demonstram nosso atrazo esmagador, não somente no que concerne ao campo das aplicações militares, mas também, como veremos, no setor das aplicações pacíficas.

A despeito do ruído dessas explosões, que vêm, praticamente, de todos os cantos do mundo, continuamos a pensar, na França, freqüentemente, que será preferível não fazer os sacrifícios financeiros, e industriais, exigidos pelo desen-

volvimento da energia nuclear, se não no sentido de suas aplicações pacíficas, no qual podemos ter certeza de fazer, afinal, grandes progressos. Essa tendência é muito lógica, pelo menos do ponto de vista econômico. Resta saber, porém, se, de fato, as aplicações militares e civis da energia atômica são tão divergentes quanto parecem ou se, ao contrário não estarão estreitamente ligadas, seja por motivos científicos e técnicos, seja por motivos econômicos e financeiros e, portanto, praticamente inseparáveis.

II — QUAIS AS APLICAÇÕES FUNDAMENTAIS DA ENERGIA NUCLEAR?

Para abranger, no conjunto, o problema das aplicações fundamentais da energia nuclear, não é necessário conhecer muita coisa de física nuclear. Alguns elementos muito rudimentares são suficientes.

Sabemos que existem, atualmente, duas fontes de energia nuclear: a fissão dos átomos de certos elementos pesados, como o urânio e o plutônio e, de outro lado, a fusão dos átomos dos elementos mais leves, através do fenômeno chamado de reação termonuclear. Por qualquer desses dois processos, a liberação de energia, proveniente da decomposição dos átomos, requer a solução de problemas técnicos e científicos muito difíceis. A liberação instantânea, isto é, explosiva da energia se realiza, porém, muito mais facilmente que a liberação progressiva ou controlada, que conduziria à obtenção da energia praticamente utilizável, sob a forma elétrica ou de vapor.

E, mesmo no que concerne às reações de fusão, embora as bombas termo-nucleares pareçam, desde já, em condições de uso nos Estados Unidos da América, bem como, provavelmente, na URSS, os sábios estão de acordo em que nenhuma aplicação controlada, isto é, diferente da explosiva poderá ser admitida atualmente, pelo menos para um futuro previsível. A comparação entre as aplicações militares e pacíficas da energia termo-

nuclear não pode, portanto, ser feita, pois as aplicações militares já existem em alguns países, enquanto nenhuma aplicação pacífica pode, ainda, ser encarada (1).

Limitar-nos-emos, portanto a comparar as aplicações militares e pacíficas da energia atômica de "fissão", uma vez que, embora as aplicações militares já estejam, desde agora, em condições de utilização, as aplicações pacíficas podem, a seu turno, ser encaradas, desde já, com bastante precisão e são, já agora, assunto de importantes empreendimentos, nos três grandes países "atômicos".

Recordemos que, segundo a técnica atual, dois corpos principais podem dar lugar, de maneira prática, ao fenômeno da fissão em cadeia: um "isótopo" do urânio chamado U-235 e um corpo artificial, o plutônio, que não existe realmente na natureza e que é obtido nas "pilhas atômicas", graças aos neutrões resultantes da fissão do urânio 235.

Mas, esse urânio 235 só existe na natureza associado a um outro isótopo, o urânio 238 e, mesmo assim, em quantidades muito diminutas, de vez que, na mistura, a proporção de U. 235 é, apenas, de 1-140. Essa mistura é, proporcionalmente, tão pobre em U. 235, que é impossível tentar provocar, unicamente com ela, uma reação em cadeia.

Para produzir essa reação, os sábios demonstraram, desde 1941, que é necessário:

— Seja utilizar o urânio natural e, nesse caso, "frear" a velocidade dos neutrões emitidos pela fissão, até que eles se tornem suficientemente lentos, para que a reação em cadeia possa ter lugar. É o princípio das "pilhas atômicas" bem conhecidas, nas quais o elemento retardador é constituído por

corpos como a "água pesada" ou a grafite, corpos que, por esse motivo, se tornaram célebres nos últimos dez anos. Essas "pilhas" fornecem calor e, igualmente, plutônio, novo corpo fissil artificial, em quantidade próximamente equivalente a do urânio 235 consumido. Elas utilizam "neutrões lentos".

— Seja empregar o urânio 235 puro, o plutônio puro ou, pelo menos, o urânio natural enriquecido para equivaler ao urânio 235 ou ao plutônio. Este método implica, seja no isolamento do isótopo U. 235, seja no isolamento do plutônio. Corresponde, mais frequentemente, ao emprego de neutrões de fissão não retardados, que são conhecidos pelo nome de "neutrões rápidos".

Em que resulta o primeiro processo de desencadear uma reação em cadeia sob a forma de "pilhas", que já atualmente, são bem conhecidas?

— Inicialmente, na produção de plutônio, que pode ser empregado como matéria fissil, principalmente, no estado de pureza;

— Em seguida, devido ao aquecimento produzido pelas reações nucleares no interior da pilha, à produção de calor e, conseqüentemente, de energia;

— Enfim, na produção de elementos radioativos artificiais, cujo emprego dá lugar a numerosas e importantíssimas aplicações nos campos das pesquisas científicas, da indústria, da biologia e da medicina.

Quanto ao segundo processo, permite:

— na forma ideal (uso do U. 235 ou do Plutônio quimicamente puros), a fabricação de engenhos explosivos;

— a produção, com pequenas dificuldades, de motores para navios, capazes de funcionarem durante prazos consideráveis, sem receber nova carga de combustível;

(1) É cabível salientar que, conquanto seja possível provocar reações termo-nucleares por meio de um detonador constituído, simplesmente, por uma bomba de fissão, é de se prever que as armas termo-nucleares terão preço de custo relativamente pouco elevado. Por outro lado, certos círculos americanos dão a entender que certos estudos, muito secretos, já estão sendo feitos no campo da utilização pacífica da energia de "fusão". Caso esses estudos venham a dar resultados em prazos não muito longos, será, certamente, as realizações militares iniciais, que deverão o sucesso.

— a construção, também com dificuldades rudimentares, de centrais produtoras de energia elétrica, que poderão ser usadas, sem qualquer problema de reabastecimento de combustível, em zonas tais como regiões desérticas ou que não possuam recursos em combustíveis ou em energia hidráulica;

— finalmente, a construção de "pilhas reprodutoras", nas quais, além da energia liberada, pode-se produzir, à custa de urânio 238 ou de tório, mais material fissil que o que haja sido consumido e, portanto, aumentar, em proporções consideráveis, as reservas mundiais de materiais fisséis exploráveis. (2)

III — COMPARAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR

Se quisermos comparar, de modo útil, todas as aplicações entre si, é necessário que examinemos as previsões do seu desenvolvimento em um prazo de uns cinquenta anos, em um país como a França.

Não sendo especialista nas aplicações civis da energia nuclear, não me cabe expressar, aqui, opiniões pessoais sobre elas. Valerme-ei, portanto, de uma autoridade britânica, o professor F. E. Simon, C.B.E.; Ph.D.; F.R.S., cuja opinião, expressa em um artigo intitulado "Power from atomic energy" (3) (Potencial da energia atômica), parece refletir, com segurança o pensamento oficial inglês.

A teoria do professor Simon pode ser resumida da maneira seguinte:

a) Motores para navios e aviões:

"O emprêgo da energia nuclear na propulsão de navios parece muito promissor. É ideal para o submarino, pois prescinde do consumo de oxigênio e porque, neste caso, as considerações de ordem

econômica são secundárias. Sabemos que os E.U.A. construíram um reator para submarino, que será experimentado este ano. É verdade que o preço desse equipamento foi muito elevado, mas, afinal, as guerras nunca foram econômicas, no sentido corrente da palavra".

"Quanto ao motor de avião, pode-se, sem dúvida, desde que se abstraiam as questões de dinheiro e de pessoal, fazer voar uma "pilha" nos próximos dez anos, mas, na melhor hipótese, esse aparelho não passará de uma espécie de monstro, sem interesse real. Entretanto, a situação poderá ser diferente, lá pelo fim do século".

b) Produção de energia elétrica:

Numerosas dificuldades entram o emprêgo da energia atômica na produção de eletricidade, entre as quais se encontram, principalmente:

— a intensa radioatividade dos reatores, o que torna seu manuseio muito difícil;

— as medidas de segurança que terão que ser tomadas, para que a usina não se transforme em ameaça às regiões vizinhas.

Em consequência, o professor Simon escreveu: "Penso que uma grande indústria de energia nuclear não poderá surgir nos próximos anos. Todas as dificuldades podem, certamente, ser solucionadas, mas, para isso, será necessário um prazo bastante longo".

Ele admite — e isso está bem claro — que, para que a produção nuclear de energia elétrica seja compensadora, é preciso que seja empreendida na mesma ordem de grandeza da atual produção de energia elétrica da Grã-Bretanha (4), cuja potência instalada é, mais ou menos, de 15 milhões de quilowatts.

"Mesmo supondo-se, disse ele, que a maior parte dos gastos con-

(2) Um "reator reprodutor" ("breeder") está em funcionamento em ARCO (Estado de IDAHO — U.S.A.) e tem provado, desde junho de 1953, a possibilidade do aproveitamento prático do princípio do "breeding".

(3) "Atomic Scientists Journal", de maio de 1954 — Londres.

(4) O professor Simon encarou, naturalmente, o caso particular da Grã-Bretanha, levando em conta o aumento contínuo das necessidades de energia, previsível nas décadas porvindouras.

sideráveis a fazer com pesquisas e estudos previsíveis pudesse ser atribuída às pesquisas e estudos militares e que se pudesse deixá-la de lado, seria absolutamente infundada a idéia de que o preço de uma central nuclear pudesse ser inferior ao dobro do preço de uma central comum. Isso quer dizer que seria necessário empregar de dois a três bilhões de libras para estabelecer um sistema de produção de energia elétrica equivalente ao sistema convencional atual".

Ele é de opinião que seria preciso, antes de se ter certeza de possuir um processo bastante eficiente, que permitisse tentar tais empreendimentos, passar por três séries de protótipos de reatores, que levariam pelo menos vinte anos para serem aperfeiçoados.

Finalmente, uma vez construídos os reatores definitivos, seriam necessários outros vinte anos para que, com um ritmo admissível de emprego de capital, o sistema fôsse completado e concluiu: "Em outras palavras, um sistema de produção de energia nuclear, equivalente ao sistema britânico atual, não pode ser previsto para antes da última década do século".

Que se pode deduzir dessa opinião técnica irrefutável?

— Que nos países como a França, a produção de energia por meios nucleares não poderá começar a se fazer sentir, de maneira concreta, antes de vinte anos, pelo menos, e não atingirá uma ordem de grandeza, realmente importante, senão no fim do século;

— que o sistema produtor em questão exigirá estudos e pesquisas bastantes onerosas, que terão repercussão em seu rendimento econômico, se tais estudos e pesquisas já não houverem sido feitos, em sua maioria, por outros motivos, tendo em vista aplicações militares;

— que os "motores" nucleares, tais como motores para navios, não serão rendosos, do ponto de vista

econômico, antes de um longo período e que o serão, tão somente, em casos particulares, como o dos submarinos, e isso porque a noção de "rendimento" militar é inteiramente diferente da de "rendimento civil" (5).

Ao contrário, as armas atômicas já são, desde agora, armas de bom rendimento, em comparação com as armas clássicas de volume correspondente. Já estão sendo fabricadas no mundo em grandes quantidades e constituirão, para o futuro, a medida de avaliação das possibilidades dos Exércitos, já que um Exército, que não as possua, não poderá, a rigor, medir-se com um outro, que esteja provido delas.

IV — ESTUDOS E PESQUISAS "CIVIS" E "MILITARES"

A técnica nuclear ainda está de tal forma em seu início, que os estudos e pesquisas assumem, evidentemente, nesse setor, uma importância primordial, devendo absorver gastos consideráveis, não somente do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista humano, pois a falta de cientistas e técnicos nucleares abalisados tem repercussão muito imediata sobre os trabalhos.

Ora, se as aplicações militares e civis da energia nuclear não exigem, exatamente, os mesmos estudos e pesquisas, apresentam, porém, grandes setores em comum.

Desde logo, se se trata de fabricar armas atômicas, é necessário, seja produzir plutônio em "pilhas" de neutrões lentos, seja isolar o isótopo U. 235 do urânio natural. Entretanto, a construção das "pilhas" de plutônio permite estudar certos problemas ligados ao funcionamento dos reatores, que serão os produtores de energia do futuro. De seu lado, o isolamento do urânio 235 é indispensável, como alternativa para a produção de plutônio, tanto no caso dos motores nucleares como no dos "breeders".

(5) O "rendimento" militar de um equipamento é definido pela possibilidade de obter, com esse equipamento, resultados militares impossíveis de serem conseguidos de outra forma, ou que exigiriam o emprego de outros meios em quantidade nitidamente superior.

Não é, portanto, especificamente militar; longe disso.

Quanto à fabricação de motores para submarinos, que, dado o interesse da questão do ponto de vista da defesa nacional, poder-se-ia, talvez, financiar, seria de interesse capital para o aperfeiçoamento de motores e centrais a combustível nuclear, enriquecido, cujas aplicações pacíficas seriam múltiplas, mas muito longínquas para justificarem, sôzinhas, estudos prolongados e caros.

Portanto, é preciso admitir, integralmente, que não é senão, por mera abstração intelectual, que se consegue separar as pesquisas e estudos "pacíficos" das pesquisas e estudos "militares". Ainda que fôsse exato que as instalações destinadas a produzir energia elétrica, economicamente, serão muito diferente das instalações destinadas a produzirem, nas melhores condições, plutônio para uso militar, restaria, pelo menos, a grande soma de estudos de base, que deveriam ser feitos em comum, tanto para um caso como para o outro. Como o conceito de rendimento das aplicações civis e militares não é o mesmo, é muito provável que, no campo da técnica nuclear, como em muitos outros, os progressos militares, baseados em estudos que, de outra forma não seriam considerados compensadores, acarretem aperfeiçoamentos civis, que não seriam realizados, senão muito mais lentamente, sem as pesquisas militares. Nesta situação está a aviação civil, que deve seu rápido progresso aos pioneiros e engenheiros das forças aéreas e aos estudos decorrentes das prementes necessidades de duas guerras mundiais. É esse, igualmente, o caso da técnica eletrônica, da técnica das impulsões reversíveis (radar, sonar) e de muitas outras.

Mas, no campo da técnica nuclear, há muitas razões para se acreditar que a aceleração das aplicações civis pelas aplicações militares será ainda mais notável que na maioria dos demais setores que

interessam, simultaneamente, as atividades civis e militares. É preciso, na verdade, ter em mente que a potência das armas atômicas é tal, que as necessidades de um país podem ser satisfeitas, muito rapidamente. *Há aí, um fenômeno inteiramente novo na arte da guerra, que deve ser salientado.* Se considerarmos, na realidade, as quantidades de explosivos convencionais, utilizadas durante as duas guerras mundiais, verificamos que elas foram verdadeiramente gigantes, que ultrapassaram, em larga escala, os estoques que poderiam ter sido acumulados em tempo de paz e que implicaram, durante os conflitos, em uma colossal expansão dos estabelecimentos fabris de tempo de paz.

No entanto, as quantidades de explosivos atômicos, que seriam necessárias em uma guerra entre grandes potências são de uma ordem de grandeza inteiramente diferente. A potência dos engenhos desse tipo é tal, que seria suficiente um número relativamente pequeno deles, para que resultados decisivos fossem alcançados. Por exemplo, é o caso de se pensar que quatro ou cinco centenas de bombas atômicas (6) teriam provocado, muito rapidamente, na Alemanha hitlerista, destruições muito superiores às que foram obtidas em cinco anos, à custa do lançamento de 1.250.000 toneladas de bombas comuns.

Sem que queiramos, aqui, calcular um estoque de saturação, verificamos que um certo número de milhares de engenhos atômicos permitiria realizar a destruição total de um inimigo, incluindo-se, aí, suas forças armadas, seu sistema logístico e suas fontes de potencial de guerra.

É, mais ou menos, como se dois adversários travassem um duelo, a pistola "Colt", a 10 metros. Ser-lhes-ia inútil possuírem, cada qual, um estoque de várias centenas de cartuchos, pois, amenos que ambos fossem os piores atiradores do mundo, no fim do primeiro car-

(6) Bombas atômicas e de hidrogênio.

regador, pelo menos um dos dois deveria estar fora de combate.

Por outro lado, é natural que essa saturação se produza um dia, já que a potência das armas de destruição cresce sem interrupção e acaba, exatamente, de ser multiplicada por um coeficiente de vários milhares, enquanto que a superfície da terra, onde estão localizados os objetivos, permanece constante.

Como quer que seja, e conquanto os militares gostem de dispor de estoques superabundantes de armas, para compensarem as numerosas vezes em que se lhes pede que defendam a Pátria com meios claramente insuficientes, vai acontecer, muito breve, que, nos países que produzem armas atômicas, o número de engenhos suficiente à execução das missões das forças armadas será atingido (7).

Os militares, uma vez julgadas satisfeitas suas necessidades, poderão então dedicar todas as instalações de produção existentes ao atendimento das necessidades civis: usinas produtoras de urânio natural, "pilhas" para a produção de plutônio, usinas para o beneficiamento do plutônio, instalações para o isolamento de isótopos, usinas para a produção de trítium.

A indústria se beneficiará então, sem competição, dos capitais já aplicados na execução dos orçamentos militares e que são, senão idênticos aos que seriam necessários às necessidades civis, pelo menos muito aproximados.

A indústria, que dessa forma disporá de matérias físeis a preços razoáveis e poderá se beneficiar dos resultados das pesquisas militares, no campo da produção de energia, estará, portanto, em condições de empregar, de maneira proveitosa, uma energia que, não existisse esse acúmulo de cir-

cunstâncias, não se teria desenvolvido ou o teria feito muito mais lentamente.

Tudo leva a se supor que, exatamente como em muitos outros casos e, neste, muito mais ainda, serão as aplicações "militares" que abrirão, no setor da energia nuclear, o caminho às aplicações "pacíficas".

Que podemos concluir deste rápido giro de horizonte sobre as aplicações da energia nuclear?

— As aplicações militares, sob a forma de engenhos atômicos explosivos, que são aplicações de natureza relativamente simples, já estão atualmente aperfeiçoadas e constituem, a partir daqui, elemento fundamental do armamento das grandes guerras do futuro, caso elas tenham lugar (8). Que ao contrário, as aplicações "pacíficas" não estão em condições de apresentar resultados realmente apreciáveis, antes de algumas décadas (9).

— Após a saturação das necessidades militares, as grandes aplicações de capitais, justificadas pelos imperativos da Defesa Nacional, tornar-se-ão, em dia mais ou menos próximo, disponíveis para as aplicações civis que, dessa forma, experimentarão progressos rápidos e compensadores.

— A maior parte dos estudos de base necessários ao aperfeiçoamento das aplicações militares e civis são, senão idênticos, pelo menos muito parecidos.

É o caso, a meu ver de responder, sem hesitação à pergunta estabelecida no início deste artigo: As aplicações "pacíficas" e "militares" não poderão ser opostas umas às outras, como concorrentes que se excluem, mutuamente; muito pelo contrário, elas se completam e estão destinadas a se su-

(7) É o que parece dever suceder, muito breve, nos Estados Unidos da América.

(8) A eventualidade das grandes guerras futuras será examinada no quarto artigo desta série: "Arme atomique facteur de paix"?

(9) Não se trata, é claro, não obstante o grande interesse destas, de aplicações como o emprego de isótopos radioativos nas pesquisas científicas, na biologia, na medicina ou na indústria, que não exigem capitais tão vultosos.

cederem no tempo, aproveitando-se, reciprocamente, das pesquisas e dos capitais empregados.

Parece fora de dúvida que serão as nações como os E.U.A. e a U.R.S.S. e, em escala mais modesta, a Grã-Bretanha, isto é, os

países que se esforçaram por criar uma indústria de armas atômicas, os únicos capazes de utilizar, em curto prazo, em grande escala e de maneira compensadora, as aplicações "pacíficas" da energia nuclear.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S. A.

CORRESPONDENTE DO "CREDIT LYONNAIS"

SAO PAULO :

Rua 15 de Novembro, 268 — Tel. : 33-5178/9/0
(Ag. Urbana) Av. Duque de Caxias, 371 — Tel. : 33-5178

RIO DE JANEIRO :

Praça Pio X, 54-A — Tel. : 52-2170/7/8/9

PORTO ALEGRE :

Rua Siqueira Campos, 1248 — Tel. : 5-213

SANTOS :

Rua 15 de Novembro, 53 — Tel. : 2-6665

SANTO ANDRÉ :

Rua Coronel Fernando Prestes, 79 — Tel. : 582

SAO JOSÉ DOS CAMPOS :

Rua 15 de Novembro, 77 — Tel. : 365

TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

LOTERIA FEDERAL DE "SÃO JOÃO"

EM 22 DE JUNHO

1º Prêmio.....	20 MILHÕES
2º Prêmio.....	10 MILHÕES
3º Prêmio.....	5 MILHÕES
4º Prêmio.....	3 MILHÕES
5º Prêmio.....	2 MILHÕES

Total dos prêmios :

84 MILHÕES DE CRUZEIROS

A METALURGIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO

PALESTRA REALIZADA NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE METAIS

JOSÉ ERMIRIO DE MORAES,
Engenheiro civil.

Um país como o Brasil, que somente agora começa a desenvolver a sua formação metalúrgica, deve por todos os meios realizar um esforço supremo a fim de assegurar o crescimento contínuo e rápido de suas fontes de produção de metais que permitam a realização de um programa básico para a criação e manutenção de uma indústria e de uma agricultura que possam se tornar vigorosas e independentes.

O mundo caminha para o escasseamento de muitos de seus minerais, devido ao seu elevado consumo — o que é decorrente da grande industrialização que se opera em todos os recantos do globo terrestre. Assim, verifica-se que muitos dos metais atualmente produzidos estão hoje verdadeiramente a prêmio, e só se conseguem pequenas quantidades a preços bem mais elevados que o valor normal. Este é o caso do cobre, do níquel, do magnésio e de vários outros.

Dos quarenta metais usados, somente oito têm produção quantitativamente suficiente para servir como elementos básicos, quer no uso direto, quer na formação de ligas com outros metais. São o ferro e aço, o chumbo, o zinco, o alumínio, o níquel, o cobre, o estanho e o magnésio. Essa produção metalúrgica propicia a formação de um vasto campo de atividades, iniciando-se pelo transporte e seguindo-se pelo combustível, pela energia elétrica, pelo refratário, pelos produtos químicos e pelos materiais de

construção — enfim, abrangendo elementos bem diversos, que formam uma estrutura sólida e poderosa, alcançando quase todos os ramos de atividades de uma nação.

Chega-se, por isto, à conclusão de que o elevado padrão de vida do povo norte-americano é, em grande parte, devido à sua excelente produção metalúrgica. Assim foi possível tomar vulto a indústria manufatureira de vagões, locomotivas, vapores, pontes, caminhões, tratores, automóveis e de maquinaria de toda espécie. Foi com esse poderio que, por duas vezes, providencialmente, foi salvo o mundo do desastre, sendo que destacamos a indústria de ferro e aço, na qual foram investidos mais de 150 bilhões de cruzeiros e que continua dando serviço a mais de 800.000 operários.

Aliás, é muito fácil compreender que o país que pode produzir aqueles referidos metais encontrará facilidade enorme em todos os ramos de sua vida econômica, como sejam, principalmente, na agricultura, na indústria e no comércio. Temos certeza de que, se chegássemos a este ponto de progresso no campo mineral, não precisaríamos oferecer favores, às vezes descabidos, para realizar qualquer programa necessário ao nosso reerguimento econômico. Pelo contrário, teríamos ofertas dos principais centros do mundo para colaborar conosco, e então poderíamos escolher aquelas que mais conviessem ao país.

APLICAÇÃO DE CAPITAIS NA INDÚSTRIA

Tomando em consideração que atualmente nenhuma nação pode ter sólida estabilidade econômica, sem contar com a produção principalmente dos metais mais usados, é imperativo que se faça uma transformação rápida e radical na mentalidade brasileira quanto à aplicação de capitais, criando-se empresas idôneas, que respondam perante o público pelo lançamento de ações de empreendimentos industriais, tendo em vista, como um dos pontos principais, o problema metalúrgico. Isto, como já dissemos, foi que contribuiu para a formação e engrandecimento do grande país-irmão, que são os Estados Unidos.

Devemos não olvidar que a era de engrandecimento dos Estados Unidos iniciou-se em 1871, portanto bem recentemente, quando um grupo de homens denodados e de grande ação, que naquela época foram considerados visionários, atiraram-se a um empreendimento verdadeiramente inconcebível para aquele tempo, o qual foi preparado e realizado por meio de financiamento adequado, e no qual foram apoiados pelo povo, numa cooperação digna de registro, havendo conseguido transformar a mentalidade então vigorante e dotado o país de uma nova e poderosa força.

Felizmente, o problema do Brasil é bem diferente do daqueles países que, quando iniciaram a sua produção metalúrgica, muitas vezes não dispunham de mercado consumidor, e quase sempre somente à custa de estudos demorados conseguiram criar e desenvolver o uso das novas matérias-primas, então lançadas no mercado. Foi assim que a produção americana aumentou, em pouco mais de 70 anos, o uso do cobre em 76 vezes, do chumbo em 24 vezes, do zinco em 137 vezes, e do ferro em 29 vezes, tendo atingido ao máximo com o petróleo, que aumentou 285 vezes.

Até agora nos temos limitado a praticar a exportação de minérios, alguns dos quais com pouco resul-

tado remunerador, devendo ainda observar que, quase sempre, ao finalizar a exploração de uma jazida, da qual pelo menos uma parte da produção não foi industrializada, restam apenas cidades ou aldeias mortas e uma zona completamente abandonada, sem o menor valor econômico.

Os estudos geológicos de muitas regiões poderiam ser grandemente facilitados se cada uma das principais vias férreas do país, e mesmo os nossos departamentos de estradas de rodagem, contratassem bons geólogos, não só para realizar estudos da geologia local, examinando a penetração dessas vias de comunicação, como também procedendo à verificação das suas possibilidades econômicas. Citemos, para ilustração, o caso de Poços de Caldas, cuja estrada de ferro lá chegou em 1886 e somente em 1933 se descobriu que os seus trilhos estavam assentados sobre imensos depósitos de bauxita e foram lastreados com esse mineral.

Ao mesmo tempo, as nossas leis de minas deveriam ser atualizadas, estabelecendo prazos para dar início à exploração industrial das jazidas, cujas concessões fossem outorgadas, porquanto não é justo a país algum dar concessões para a exploração de suas jazidas minerais, e permanecerem estas inexploradas devido a interesses secundários, congelando uma fonte de economia que, em mãos de outro concessionário, talvez estivesse em franco progresso. Nossas leis deveriam, ainda, obrigar que as instalações para esse fim fossem de capacidade adequada à obtenção de uma produção econômica de acordo com as possibilidades de cada lavra. Deveria ainda ser determinado que fossem entregues relatórios ao Departamento de Produção Mineral, que os arquivaria, embora os resultados apresentados não fossem favoráveis, pois poderiam constituir ponto de partida para eventuais novos estudos, considerando-se que o minério que hoje nos parece anti-econômico poderá tornar-se perfeitamente comercial no futuro.

Precisamos, igualmente, reaparelhar as nossas escolas de minas e metalurgia, ampliando-as e dotando-as de cursos adequados, com a inclusão do estudo do petróleo, a fim de prepararmos homens que disponham de conhecimentos e requisitos técnicos necessários à preparação do país para o aproveitamento de toda a riqueza mineral.

Todavia, enquanto isto não se concretiza, deveríamos iniciar imediatamente a criação de bolsas de estudos, em número nunca inferior a 50 por ano, a serem financiadas pelo governo e por particulares, nas quais se daria preferência aos estudos da metalurgia, do petróleo, da química, da física, da geologia e da geofísica. Precisamos criar uma organização perfeita e completa, que deve se orientar pela fecunda experiência obtida pelo "Bureau of Mines" e pelo serviço geológico dos Estados Unidos, que auxilie diretamente os interessados, quer nos estudos geológicos, quer no tratamento de minerais ou no desenvolvimento dos processos metalúrgicos.

A fim de incrementar a idéia de proceder a prospecções do solo, seria conveniente que uma daquelas entidades oferecesse os conhecimentos precisos às pessoas inclinadas a efetuar esse trabalho, ensinando-as a conhecer diferentes qualidades de minérios, cujas amostras lhes deveriam ser fornecidas gratuitamente. Seria de toda conveniência, ainda, dar a essas pessoas noções de como se procede a uma pesquisa, como se procede à tiragem de uma amostra de minério e como se faz uma sondagem preliminar.

Simultaneamente, deveríamos criar um sistema direto de auxílios para aqueles que provassem sua iniciativa no trabalho de pesquisa dos minérios que estamos mais empenhados em conseguir para a nossa economia e para o desenvolvimento de nossa vida industrial.

Todas estas sugestões visam unicamente a preparar a nação, a fim de não deixar o campo mineralógico e metalúrgico privado de colaboradores que possuem conheci-

mentos suficientes para atender às futuras descobertas que ocorrerem nesse ramo, dando ao país nova atividade, aliás das mais ricas e mais adequadas aos povos mais civilizados do mundo.

Com uma produção mineral equilibrada — cujas cifras atingem, em alguns países, somas astronômicas, como ocorre com o Estados Unidos, onde em 1950 ela alcançou cerca de 250 bilhões de cruzeiros — estaria o nosso país solidamente preparado para as oscilações econômicas que porventura viessem a se apresentar. Só com a mineração e produção dos metais, que vamos enumerar a seguir, estaríamos em condições de enfrentar e desenvolver o enorme manancial de matérias-primas de que é possuidor o Brasil.

PRODUÇÃO DE FERRO

Começando pelo ferro, que depois da montagem da Usina de Volta Redonda, assumiu a liderança das iniciativas do país, e cujas rendas, em sua primeira fase, que podemos chamar fase de preparação, já atingiram a mais de 100 milhões de cruzeiros mensais, apenas com a capacidade inicial de 400.000 toneladas por ano, podemos verificar que a nossa industrialização já se ampliou bastante; e se conseguirmos concluir alguns projetos de vulto, como o do alumínio, isso foi devido à nossa produção de aço laminado.

Se fizermos uma comparação com os outros países, veremos a posição em que se situa o Brasil em relação à sua produção de ferro: Estados Unidos, 96.836.075 t, em 1950; Rússia, 35.000.000 t (cálculo incerto); Alemanha, 24.000.000 t, em 1939; Inglaterra, 17.000.000 t, em 1950; França, 9.000.000 t, em 1939; Brasil, cerca de 900.000 t, em 1951, das quais 702.418 t de laminados. Os países acima enumerados usam, em sua maioria, minérios que contêm de 30 a 55% de ferro.

Além da nossa magnífica Usina de Volta Redonda, cuja administração destacada e patriótica se esforça em dotar o país do que há

de melhor em siderurgia, e que já conta com o projeto para atingir em breve a produção de um milhão de toneladas, é bem possível que em futuro próximo a eletro-siderurgia tome grande vulto no Estado de Minas Gerais. Os estudos da Cachoeira das Três Marias, no Rio São Francisco, prevêem uma represa de 14 bilhões de metros cúbicos, ou sejam 12 vezes o volume de água existente na baía de Guanabara, e que produzirá 650.000 cavalos de força. Essa represa concorrerá para evitar as enchentes periódicas daquele rio, regularizando o seu volume e permitindo tráfego fluvial numa extensão de cerca de 1.300km.

É justo prever também que na zona litorânea do Estado de São Paulo e no Estado de Santa Catarina novos campos sejam igualmente abertos à siderurgia.

PRODUÇÃO DE COBRE

Em segundo lugar citaremos o cobre. A produção das minas de cobre no mundo, alcançou, em 1950, o volume de 2.250.000 toneladas métricas, sendo que os Estados Unidos entraram com 824.900 toneladas, o Chile com 362.800 toneladas, a Rodésia com 280.000 toneladas, o Canadá com 237.800 toneladas e o Congo-Belga com 177.900 toneladas.

No Brasil, infelizmente, continuamos esperando que alguém se lembre de que existe esse metal para ser explorado. É oportuno citar que a quota de importação de cobre foi fixada para nós, neste ano, em 20.000 toneladas, quantidade essa insuficiente e muito aquém das nossas necessidades.

Devemos lembrar que grande parte da produção americana de cobre é obtida de minérios que contêm menos de 1% de cobre, e no geral, os minérios de cobre utilizados não vão além de 2%.

Em nosso país existem depósitos de cobre na Bahia e no Rio Grande do Sul, que embora não sejam de tonelagem muito elevada, já servem de base para um início de produção. Todo o começo é difícil, e sem o necessário auxílio e encorajamento,

principalmente por parte do governo, é duvidoso obter qualquer produção. Contudo, já é tempo de encararmos os nossos problemas de primeira necessidade, enfrentando-os com firmeza e resolução, pois várias empresas metalúrgicas que hoje são pujanças mundiais passaram muitos anos sem dar dividendos nos primórdios de sua existência.

O cobre, como todos sabem, é empregado para manufatura de condutores elétricos, sendo superado somente pela prata, e é elemento principal que, em liga com o zinco, forma o latão, com o estanho forma o bronze, e combinado ao níquel forma o monel.

PRODUÇÃO DE NIQUEL

Passemos agora ao níquel. Em 1950 a produção mundial foi de 119.000 toneladas métricas, concorrendo o Canadá, seu principal produtor, com a cifra de 111.800 toneladas, e a Nova Caledônia, com 6.300 toneladas. A Finlândia também é produtora de níquel, mas não se sabe quanto atingiu a sua produção, pois os depósitos existentes em Petsamo, outrora pertencentes à Internacional Nickel Company, e onde foram gastos mais de 5 milhões de dólares, estão em poder da Rússia.

Aqui se nos oferece um caso que deveria merecer o nosso mais urgente estudo. O Brasil tem possibilidades de produzir esse metal principalmente no Estado de Goiás, e todavia ainda não deu início à sua exploração. Sabido é que quem precisa de níquel não o encontra a não ser em pequenas quantidades e a preços exorbitantes. E por que tanta restrição? É que as suas ligas com o ferro, aço, cobre, cromo e alumínio, deram novos rumos ao consumo do níquel, criando as matérias-primas mais necessárias para prover as instalações de grandes responsabilidades, tanto na paz como na guerra.

Eis, pois, um problema que se nos apresenta, e cuja solução não pode ser morosa. Deve-se dar ini-

cio imediato às pesquisas, análises e sondagens, efetuar estudos metalúrgicos internos e tão breve esteja definido o processo mais econômico, lançarmo-nos a ele com toda energia, tomando em consideração que os minérios do Canadá contêm de 2 a 5% de níquel e os da Nova Caledônia de 5 a 6%.

Devemos observar, ainda, que geralmente se encontram junto ao níquel outros metais de muito valor, quais sejam, o cobre, o ouro, o cobalto, a prata e a platina. Com referência a este último metal, cumpre dizer que já se colocou o Canadá em segundo lugar como produtor, cabendo o primeiro lugar à Rússia.

O globo terrestre tem seus caprichos, e é interessante salientar que nele existem duas vezes mais níquel do que cobre, mas as grandes concentrações de níquel são raras.

Não devemos esquecer que a tendência geral nos mercados mundiais é de elevação de preços desse metal e de outros não ferrosos, em relação ao preço do ferro.

PRODUÇÃO DE ESTANHO

A seguir, analisaremos o estanho. A ocorrência de depósitos aproveitáveis é mais generalizada do que a do níquel, sendo que grande parte de sua extração é proveniente de aluviões, exceção feita dos depósitos da Bolívia.

No ano de 1950, a produção mundial atingiu 170.388 toneladas métricas, tendo como maiores produtores os seguintes países: Malaia, com 58.460 toneladas; Indonésia, com 32.617 toneladas; Bolívia, com 31.714 toneladas; Congo-Belga, com 14.792 toneladas.

As nossas possibilidades de produção do estanho são de molde a encorajar a sua exploração; e por conseguinte, os depósitos de Minas Gerais e do Amapá devem ser estudados com urgência. Para isto devemos tomar em consideração que os depósitos de aluviões da Malaia variam em concentração de 300 até 600grs por metro cúbico de aluvião.

O preço atual do estanho é julgado compensador e sua mineração é relativamente fácil. Mas, achamos acertado declarar que, embora tivéssemos de pagar um pouco mais caro por este, como também pelos outros metais de produção nacional, aliás como acontece com vários dos nossos produtos manufaturados, de forma nenhuma deveria isto servir de argumento contrário à exploração dessa fonte de riqueza do nosso país.

A porcentagem mundial de incidência do estanho em suas principais aplicações, é a seguinte: solda 15%; folha-de-flandres, 27,8%; bronze, 36%. E somente esses três usos já justificam, para o nosso caso, a urgência da solução do problema.

PRODUÇÃO DE ZINCO

Abordemos agora o problema do zinco. A produção mundial do zinco, em 1950, ultrapassou 1.850.000 toneladas métricas, considerando-se, todavia, que não é possível saber com exatidão a produção da Rússia, que em 1940 já era de cerca de 85.000 toneladas anuais. Os principais produtores, em 1950, foram: Estados Unidos, 565.500 toneladas métricas; Canadá, 282.300; México, 223.500; e Austrália, 205.600.

São também grandes produtores de zinco a Alemanha, a Bélgica, a Itália e o Peru. A Alemanha, que até 1948 era o segundo produtor do mundo, produzindo então mais de 300.000 toneladas anuais, atingiu, no ano de 1950, apenas 69.300 toneladas.

As maiores possibilidades de zinco no Brasil estão na zona do Manga e Januária, no Estado de Minas Gerais, e suas circunvizinhanças; no Estado da Bahia, as formações geológicas indicam uma vasta zona com bons indícios de mineração não só desse metal, como do chumbo e do vanádio.

A média de minérios usados no zinco é de cerca de 3%, e o seu maior emprêgo está na composição de ligas, entre as quais se destaca o latão, que consome 43% da pro-

dução do zinco, seguindo-se a galvanização, com 36%. Além desses há muitos outros usos, como na metalurgia do ouro e da prata, nos pigmentos e na fabricação de outros produtos químicos.

PRODUÇÃO DE CHUMBO

Estudaremos agora o chumbo, que é também um metal de grande importância, pois a produção mundial de 1950 atingiu 1.500.000 toneladas métricas, os Estados Unidos na liderança, com 390.800 toneladas; a seguir o México, com 242.000; a Áustria, com 22.700; o Canadá, com 154.100; e a Iugoslávia, com 84.000. A Alemanha, que concorria com uma produção superior a 100.000 toneladas, aparece com 44.800, sendo que nada sabemos da Rússia, que já produzia mais de 125.000 toneladas anuais em 1944.

A média do minério usado nos Estados Unidos é de cerca de 5%.

Os afloramentos de chumbo no Brasil são inúmeros, sendo de maior evidência os de Apiaí e Ribeira, no Estado de São Paulo, os de Januária e Manga, no Estado de Minas Gerais, e várias localidades no Estado da Bahia, sendo que muitos afloramentos menos conhecidos ocorrem no Paraná e Santa Catarina.

Os usos do chumbo são numerosos e devido ao seu baixo custo de recuperação e baixa temperatura de fusão, tornou-se um metal de fácil emprego. A sua resistência à corrosão e à penetração das radiações de ondas curtas tornaram-no de grande utilidade em muitos ramos industriais.

PRODUÇÃO DO ALUMÍNIO

Chegamos finalmente ao alumínio e ao magnésio. Esses dois metais são obtidos em vários países do mundo e têm vasto futuro à frente. O globo terrestre possui 8% de alumínio e 2% de magnésio, sendo que este último, com o novo processo da Dow Chemical Compay, que per-

mite a sua extração da água do mar, tornou-se de obtenção mais simples para os países que não dispõem de minérios de concentração razoável.

O custo dos dois metais, principalmente do alumínio, tem diminuído em relação aos outros metais, razão por que o uso dos mesmos só tende a aumentar.

O alumínio é atualmente o quinto metal em tonelage produzida no mundo e o segundo em volume. Calcula-se que em 1970 alcançará o 2º lugar em tonelage de produção, sendo então antecedido somente pelo ferro.

A produção mundial do alumínio em 1947 atingiu a cifra de 1.073.000 toneladas métricas. Os primeiros produtores foram os Estados Unidos, com 518.680 t; a seguir, o Canadá, com 269.432 t; a Rússia, com 120.000 t; a França, com 53.225 t; o Reino Unido, com 29.384 t; e a Itália, com 23.431 t. Todavia, estes números estão hoje grandemente aumentados devido às novas instalações postas em funcionamento. Verificou-se, pois, que em 1951 os Estados Unidos produziram 965.000 toneladas métricas e o Canadá 402.000.

No ano de 1943 a produção mundial atingiu o volume de 1.952.000 toneladas. Entretanto, com a modificação havida nas fábricas que foram construídas durante a guerra, por se terem tornado antieconômicas, a produção chegou a baixar no ano de 1946 para 786.000 toneladas, acreditando-se, todavia, que agora já ultrapasse 1.800.000. A Alemanha foi a maior produtora do mundo, pois no ano de 1940 registrou 204.783 toneladas, enquanto que os Estados Unidos produziram apenas 187.100. O menor produtor do mundo foi o Brasil, que no ano de 1945 apresentou 480 toneladas, sendo que desde então não teve mais produção deste metal. Somente em fins do ano passado iniciou-se uma pequena produção na fábrica de Saramenha, em Ouro Preto, cujo volume ainda não é conhecido do público.

A FÁBRICA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Chegados a este ponto, permitam-nos fazer uma rápida digressão, apresentando alguns dados com referência à Fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio, cuja montagem está em fase final, localizada em Alumínio, município de São Roque, na Estrada de Ferro Sorocabana, neste Estado.

A Fábrica, a ser inaugurada breve, é uma instalação industrial moderna, possuindo, além de fábrica de óxido de alumínio e a usina metalúrgica propriamente dita, as seções de fundição, laminação, extrusão, fábrica de cabos condutores, de papel de alumínio e de artefatos. Numerosos obstáculos foram encontrados pela companhia, e a orientação adotada pelos seus dirigentes foi de vencer esses óbices ampliando sempre o programa inicial. Hoje, este programa atinge os seguintes números: a capacidade prevista é de 50.000 toneladas anuais, sendo que a capacidade inicial é de 10.000 toneladas. O potencial hidrelétrico de que dispõe a companhia, mediante concessão do governo federal, atinge 260.000 HP em Juquiá-Guaçu e Poços de Caldas. As reservas minerais da companhia atingem 5.000.000 de toneladas prospectadas, cubadas e analisadas. A distância das minas à usina metalúrgica é de 350 quilômetros, sendo que o transporte será feito, sem baldeação, pela Mojiana e pela Sorocabana. A realização desse programa industrial custará cerca de Cr\$ 420.000.000,00 para a atual usina metalúrgica, e cerca de Cr\$. . 260.000.000,00 para as duas primeiras usinas elétricas, num total de 80.000 HP, cuja construção já foi iniciada. O orçamento previsto para completar a realização de todo este empreendimento está calculado em cerca de 2 bilhões de cruzeiros.

Queremos salientar que essa fábrica, incluindo seus estudos, instalações, aquisição de máquinas e sua montagem, não dependeu de favores do governo, constituindo um

esforço próprio, esforço titânico, que entretanto, estamos certos, dotará o Brasil de mais uma fonte de economia de grande alcance.

PRODUÇÃO DE MAGNÉSIO

Chegamos ao estudo do magnésio. A maior produção registrada no mundo foi no ano de 1943, com 237.760 toneladas métricas, estando em primeiro lugar os Estados Unidos, com 166.544; em segundo lugar, a Alemanha, com 32.000; em terceiro lugar, o Reino Unido, com 19.096. É desconhecida a produção da Rússia, que no ano de 1944 já atingira 5.000 toneladas. Depois do término da segunda guerra mundial, a produção de magnésio caiu sensivelmente, sendo que o consumo em 1947 foi menor que 10.000 toneladas. Todavia, nos últimos anos, modificou-se de maneira extraordinária a situação desse metal, devido aos melhores processos de fabricação e laminação, pois somente a produção americana, em 1960, deverá atingir 150.000 toneladas, sendo que uma boa parte dessa produção é destinada à aviação, pois o seu emprego na preparação de bombas incendiárias já é considerado obsoleto.

O magnésio é um metal de primeira necessidade e o Brasil está em condições de produzi-lo em quantidades apreciáveis, pois depósitos de grande valor econômico existem na Bahia e no Ceará.

As fontes de produção do magnésio são as seguintes: água do mar, magnesita, olivina, serpentina, brucita, hidromagnesita e talco. O seu principal uso é nas ligas com alumínio, zinco, manganês e outros metais.

CARVÃO E PETRÓLEO

O carvão, o petróleo e o gás estão intimamente ligados à indústria metalúrgica. Para dar uma idéia de como os outros países cuidam deste problema e quanto significa a garantia do combustível é bastante observar que os Estados Unidos possuem reservas provadas de car-

vão para mais de 4.000 anos, ou sejam, 4 trilhões de toneladas, o que é equivalente a mais de 50% das reservas mundiais atualmente conhecidas; quanto ao petróleo, possui reservas para mais de 40 anos, as quais vêm sendo mantidas à custa de novas prospecções do subsolo, em escala cada vez maior. E isto numa época em que a energia atômica começa a surgir já com possibilidades de industrialização.

As nossas reservas de carvão e petróleo conhecidas ainda são pequenas, porém com grandes possibilidades de aumento. Muito pouco fizemos neste campo de atividades; entretanto, além de continuarem estas pesquisas, cada vez mais intensas, sempre que a indicação geológica as favoreça, é necessário aumentar imediatamente a extração de carvão nos lugares já conhecidos, em Santa Catarina, e do petróleo, na Bahia. No Estado da Bahia uma zona de cerca de 150 quilômetros de extensão já pode ser considerada como zona produtora desse combustível.

Graças à boa orientação dada pela Cia. Siderúrgica Nacional, misturando grandes proporções de carvão nacional na sua fabricação de coque, e tomando em consideração os projetos já em andamento para o fornecimento de energia elétrica, que estão sendo executados pelo governo federal e por alguns Estados da União, podemos prever melhoria muito breve para todas essas possibilidades apontadas, tendo em vista que, se medidas das mais rigorosas não forem tomadas, devido ao ritmo atual das nossas importações obrigatórias, dentro de poucos anos não disporíamos de divisas nem sequer para a montagem de indústrias absolutamente necessárias ao nosso desenvolvimento econômico.

A POSIÇÃO DO BRASIL

Terminado o estudo de cada um dos metais já aludidos, cabe-nos dizer que numerosas são as outras possibilidades minerais de que o Brasil dispõe, merecendo ser salientadas as relativas ao manganês,

tungstênio, titânio, zircônio, colúmbio, berílio, vanádio, do qual o Brasil é presentemente o maior exportador do mundo.

Entretanto, pouco ou quase nada se explora. Por que? Porque estamos num país onde o comodismo ultrapassa tudo quanto é razoável, levando o povo a pensar somente na vida das cidades. Unicamente por um golpe de sorte, mas de extrema sorte, poderíamos localizar uma zona de produção mineral junto à cidade de S. Paulo. É comum os pensamentos derivarem para as coisas fáceis; no emprego de capitais, vemos que eles se encaminham, com verdadeira sofreguidão, para a construção de prédios nas cidades, relegando ao esquecimento um dos verdadeiros sustentáculos de uma nação, que é a produção mineral, ligada intimamente à metalurgia. Nos Estados Unidos mais de três milhões de operários se empregam nesses misteres, e um número elevadíssimo de técnicos ali encontra a sua ocupação, mercê de seus sólidos conhecimentos.

No Brasil há uma grande tendência para o ingresso ao funcionalismo público, por não ser conhecido outro meio melhor de servir a nação e porque, ao mesmo tempo, proporciona um meio de vida sem grandes preocupações. Contudo, deveríamos atentar para o fato de que nenhuma nação do mundo pode viver assim, dependendo unicamente do café, do algodão, do cacau, de alguns produtos tropicais e de uma indústria incipiente, para concorrer para o seu desenvolvimento econômico e atender às necessidades do seu povo. Como um país novo, devemos ter coragem para enfrentar os trabalhos árduos que porventura se nos apresentem, a fim de que a nação tome o rumo mais consentâneo com suas possibilidades naturais, que são imensas, pois depende unicamente da sabedoria dos seus filhos vencer essa batalha para depois colher os frutos da sua inteligência e da técnica bem aplicadas. É incontestável que devemos atacar o problema com energia, embora tenhamos pela frente uma vida de

sacrifícios e esta se prolongue ainda por trinta, quarenta ou cinquenta anos de duras lutas, porquanto só assim poderemos legar aos nossos descendentes uma nação de que se orgulhem, cuja economia seja sólida e firme; obteremos, então, o acatamento e a consideração de outros povos do mundo.

As nações-líderes têm raízes profundas na metalurgia, muitas vezes até são países que recorrem à importação de minérios, a fim de aliviar as suas deficiências. A indústria e mesmo a agricultura dependem, em grande parte, dos metais para suprirem as suas necessidades.

Empreendendo pesquisas bem organizadas, a produção mineral torna-se um negócio seguro e muito lucrativo, estando colocado entre os melhores existentes no mundo. Basta verificar na bolsa de Nova Iorque quantas companhias dessa natureza têm ações a preços compensadores, demonstrando quanto vale cada organização. Entretanto, esse desenvolvimento também foi encaabeçado por homens de grande ação realizadora, auxiliados por uma técnica muito aperfeiçoada. E, para termos uma idéia da significação dos métodos então empregados, citaremos o valor que alcançou o dólar na prospecção geofísica em alguns pontos do globo. Cada dólar empregado no Estado Livre de Orange rendeu 1.780 dólares; no Rand, 1.488; na Suécia, 85; no Transvaal, 28.000; e nos Estados Unidos, 3.500.

Conforme já foi dito, as reservas de vários minerais do mundo diminuem assustadoramente, sendo que o seu único substituto, nalguns casos, é o material plástico. Se olharmos para os Estados Unidos, cujo povo é um dos exemplos mais

altaneiros que se conhecem, sabermos porque teve êle de aceitar a responsabilidade de explorar montanhas geladas, precipícios e desertos, arrostando toda sorte de dificuldades e mesmo assim só mantendo as suas reservas minerais à custa de pesquisas e sondagens em escala astronômica. E que esse país não poderia diminuir o seu ritmo de produção e precisava, portanto, encontrar os minérios de que tinha necessidade; muitas vezes, só foi possível manter as suas reservas à custa de minérios cada vez de mais baixo teor.

Considere-se, ainda, que as reservas minerais de certos metais nos Estados Unidos são limitadíssimas, podendo-se citar o cobre, com reserva para 34 anos, o zinco, para 19 anos, o chumbo, para 12 anos, a bauxita, para 9 anos, o antimônio, para 4 anos, o tungstênio, para 4 anos, o manganês, para 2 anos e o cromo, para um ano somente. Todavia esse povo indômito esforça-se e estuda novos processos, cria novos usos, como a substituição do cobre pelo alumínio, recupera os antigos refugos das minas já decrépitas, corre aos platôs das Montanhas Rochosas, onde o clima se apresenta a muitos graus abaixo de zero, e de lá tira muitos metais, inclusive o urânio, empregando um esforço tremendo para obter aquilo que em nosso país seria mais fácil conseguir.

Ao terminar esta despretenciosa palestra, só desejaria que estas palavras marcassem o início de uma nova era de compreensão, não só para particulares, como também para os dirigentes do país, e assim pudessem elas conseguir que fôsse dispensado um pensamento mais firme e mais enérgico a essas enormes fontes de riqueza da nação.

N.R. — A publicação deste trabalho não responde só ao nosso propósito de divulgar estudos categorizados sobre os principais problemas nacionais, mas é também uma justa homenagem ao seu autor que é o fundador da indústria do alumínio no Brasil recentemente inaugurada na próspera cidade paulista de Sorocaba pela Cia. Brasileira de Alumínio, com a instalação de um magnífico conjunto de 12 fábricas capacitadas para produzir 50.000 toneladas anuais do precioso metal.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

A administração da CSN se tem caracterizado pela constante preocupação de racionalizar seus múltiplos setores de trabalho. Com tal objetivo, introduziram-se, nas peças constitutivas do Balanço Geral referente ao 2º semestre de 1954, modificações de caráter técnico que emprestaram às mesmas uma melhor apresentação, facilitando sobremaneira o trabalho dos analistas, pelo significado inequívoco dos novos grupamentos de contas.

A manutenção em 1954, do ritmo de crescimento, já do volume de vendas, já do lucro marginal, possibilitou a apresentação de um resultado mais que satisfatório, que bem traduz a pujança da Empresa e o acerto daqueles que, convictamente, conceberam e tornaram realidade o empreendimento de Volta Redonda, considerado de interesse nacional, e que se converteu em justo orgulho dos brasileiros e em prova mais que evidente da capacidade de realização e de direção de nosso Povo.

OBRAS SOCIAIS

Inaugurado desde 9 de abril de 1954, o Ginásio Coberto do Recreio do Trabalhador tem sido intensivamente utilizado na apresentação dos mais variados espetáculos esportivos, artísticos, culturais e sociais, proporcionando assistência recreativa de elevado padrão aos empregados e suas famílias.

Foi também inaugurada, em 31 de dezembro próximo passado, e se encontra em pleno funcionamento, dentro dos mais severos preceitos de higiene, a Piscina olímpica do Recreio do Trabalhador. Nesse conjunto, iniciar-se-á, em 1955, a construção do Campo de Esportes, com arquibancadas e concha acústica.

A construção de um restaurante modelo, com capacidade para 1.200 pessoas/hora, tipo SAPS, será iniciada em breve, já estando seus planos, da autoria de arquitetos especializados, aprovados pela Diretoria.



A VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A PORTUGAL

DISCURSO DO EXMO. SR. GEN. CRAVEIRO
LOPES, PRONUNCIADO POR OCASIÃO DO
BANQUETE OFERECIDO AO PRESIDENTE
CAFE FILHO NO PALÁCIO DA AJUDA.

Senhor Presidente: Na pessoa illustre de Vossa Excelência, primeiro magistrado dos Estados Unidos do Brasil, saúdo o grande Povo Brasileiro. Não podia sentir prazer mais vivo, nenhum dever seria mais grato de cumprir.

Estou — e comigo está Portugal inteiro — muito grato a Vossa Excelência pela honra que nos deu, visitando oficialmente este País. Ainda vibram em algumas memórias e para sempre viverão nas crônicas o esplêndido entusiasmo e o calor de real afeto com que o Povo que Vossa Excelência representa recebeu a visita cheia de significado histórico, que fez ao Brasil o Presidente da República Dr. Antônio José de Almeida. Desejo afirmar, com seguro conhecimento, que a visita de Vossa Excelência inspirou no Povo Português igual entusiasmo e igual afeto. A faculdade de exteriorizar sentimentos não tem talvez entre nós o magnífico colorido que

a torna no Brasil tão formosa e irresistível, mas a realidade afetiva é a mesma. Os sentimentos de amizade e de fraternidade que nesta hora vibram no peito de cada português, aqui e além-mar, não podem ser nem mais sinceros nem mais ardentes.

Eles são a expressão irreprimível de laços que os destinos da História e a visão de alguns Homens criaram, multiplicaram e apertaram entre as nossas Pátrias. Creio que esses laços não têm paralelo. Há pouco mais de três meses trocaram-se entre os nossos Governos os instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Consulta. É em si próprio um documento excepcional no convívio das nações: mas tornou-se único ao verificar-se que a sua execução precedeu a sua existência legal. Pois que outra coisa foi a esplêndida reação brasileira quando, vai para um ano, foram atacados ou ameaçados territórios

portuguêses cujos nomes ninguém pode citar sem o frémito que nos traz a epopéia dos "Lusiadas"? Que outra coisa foi — esse nobre e largo gesto, tão largo que deu volta à terra, e tão nobre que ficou escrito no coração dos Portuguêses — senão a espontânea antecipação de um Tratado que só meses depois se tornou Lei? Aqui presto a minha homenagem aos homens de visão e sensibilidade que conceberam e realizaram instrumento tão diretamente nascido das exigências da vida. Um Tratado destes não tem duração finita: dura enquanto durarem as realidades e os sentimentos que o tornaram por assim dizer inevitável.

Estreitos vínculos nos prendem, Senhor Presidente. Nada do que interessa ao Brasil pode ser estranho a Portugal. As vossas dificuldades são as nossas dificuldades, e as nossas glórias aumentam com as vossas. Não esquecemos o acolhimento generoso que o Brasil dispensa às gentes portuguêsas que em tão elevado número — são parte bem querida da Nação — vivem e labutam nas terras do Cruzeiro do Sul, ajudando com denodado esforço ao engrandecimento da pátria brasileira. No mundo atormentado em que vivemos e em que perigos mortais cercam a Civilização, nós, portuguêses, não descremos do futuro quando, como hoje — e como ontem — sentimos a nosso lado a presença amiga do Brasil, e sobriamente verificamos que a Comunidade Luso-Brasileira é um dos importantes fatores da Civilização Ocidental. Amanhã será uma das suas forças mais seguras.

A Comunidade Luso-Brasileira tem adiante de si os espaços infinitos do Futuro. No Presente é já uma realidade vigorosa — tão cheia de promessas, tão firmemente encaminhada para a estrutura do mundo vindouro, que a sua afirmação e o seu desenvolvimento constituem um dos objetivos primordiais da política externa portuguêsas.

A Terra, ameaçada de perigos que nem a mais doentia imaginação medieval pôde conceber, tornou-se mais pequena. Os isolamentos aca-

baram. Irmãos — em sangue, em éticas, em ideais — procuram os seus irmãos. Só agrupados poderão resistir ao vendaval que corre o Mundo, e, o que é mais, defender os seus altos valores, assegurar os seus altos destinos. Não admira, pois, que Portugal e o Brasil sintam cada vez mais o vigor dos traços que os unem, das afinidades que os aproximam, das homogeneidades que os enlaçam, sem prejuízo das suas distintas soberanias: tomem cada vez mais consciência da Comunidade que constituem.

Senhor Presidente, creio com fé robusta e criadora esperança no futuro da nossa Comunidade.

Bebo pelas felicidades pessoais de Vossa Excelência, grande figura de homem público, representante e símbolo do Brasil, e pelas de sua Excelentíssima Esposa. E ergo a minha taça pelas prosperidades da gloriosa Nação Brasileira, pelo seu gênio, pelo seu espírito, pelo fulgor do seu porvir.

RESPOSTA DO SR. JOÃO CAFÉ FILHO

Senhor Presidente: Os sentimentos de fraternidade que assinalam este encontro valem como expressivo sintoma das diretrizes atualmente seguidas pelos nossos dois países no sentido de uma aproximação cada vez mais íntima.

Através do tempo e do espaço, tudo conduz Portugal e o Brasil a uma vida em comum. Nem mesmo as contingências geográficas podem ser alegadas como fator de isolamento. O mar, que foi no passado o caminho do descobrimento do meu país pelos filhos desta terra, deve ser encarado, hoje mais do que nunca, como um traço de união a ser utilizado, em proporções crescentes, na obra de intercâmbio dos interesses recíprocos. Longe de ser um elemento de separação, o Atlântico avulta como um símbolo de ligação e uma tradição de identidade, no destino das duas nações irmãs.

Não são apenas os vínculos da história, da raça e da cultura que fazem de Portuguêses e Brasileiros

os membros de uma comunidade internacional. Também a geografia nos une, no abraço das águas e nos laços de comunicação que os modernos recursos da técnica e da ciência dia a dia ampliam.

No Mundo de hoje, não há mais lugar para o isolacionismo das nações e dos continentes. Os acontecimentos internacionais tornam-se cada vez mais comuns a todos os povos, no encadeamento de suas repercussões mútuas.

liga, antes de tudo, é uma velha afeição de família, que devemos cultivar com renovado fervor.

Não foi sem motivo que à frente do movimento da independência brasileira assomou a figura de um herói português identificado com os sentimentos da nacionalidade que então nascia, como o fruto maduro de um anseio irresistível. Já naquele tempo D. Pedro I sentia que a melhor maneira de resguardar a amizade entre as duas pátrias es-



Não obstante o pacifismo de sua política externa e a distância de sua posição territorial em face do Velho Mundo, o Brasil já se viu na contingência de participar de duas guerras de origem européia. Só esta circunstância seria suficiente para demonstrar o entrelaçamento e a interdependência de interesses e sistemas, na esfera das modernas relações internacionais.

No que toca a Portugal e ao Brasil, não ocorrem apenas os efeitos desse fenômeno geral. O que nos

tava na emancipação do Brasil. Eis porque ele não vacilou em assumir do alto do próprio trono que ocupava, o histórico papel de instrumento realizador das aspirações nacionais dos Brasileiros.

Essa generosa compreensão é uma característica dos filhos de Portugal para com seus irmãos do Brasil. Ainda agora a minha presença aqui não é senão a retribuição da visita feita ao meu país pelo presidente português Antônio José de Almeida, que, num gesto altamente cativante

e significativo, atravessou o mar para tomar parte nas comemorações do centenário da nossa independência.

Tal episódio, que o Brasil recorda sempre, com orgulho cívico, teve o mérito de mostrar que, se em 1822 nos separamos politicamente, foi para que os sentimentos de fraternidade, de parte a parte, adquirissem a pureza e a força de uma vocação espontânea e natural.

Duas nações que dêste modo se entendem e assim convivem, com tanta nobreza de atitudes, devem possuir uma ténpera especial que as torna aptas para marcharem juntas, sem quaisquer melindres nem desconfianças, na realização do mesmo esforço, em que os seus destinos mutuamente se completam.

O atual Tratado de Amizade e Consulta traduz bem o desejo dos dois países de unirem cada vez mais os seus interesses, através de um roteiro comum. A necessidade dêsse convívio harmónico, em cujo sistema as soberanias se mantêm invioláveis se torna tanto mais sensível quanto vivemos numa época dominada pelo entrecchoque de doutrinas, algumas das quais estranhas à formação luso-brasileira e até hostis à sobrevivência dos valores básicos da civilização ocidental.

Num Mundo assim agitado por forças contraditórias, Portugal e o Brasil associam as suas vontades num pacto destinado a garantir-lhes uma posição de segurança e estabilidade, em meio das subversões da hora presente. Cento e trinta anos de emancipação política não desfizeram, antes consolidaram, o tecido que liga o Brasil às suas raízes portuguesas.

A comunidade internacional, que abrange os povos luso-brasileiros, é um fato natural decorrente do espírito de expansão dos filhos desta terra e do sentimento de fidelidade dos meus compatriotas às suas origens.

O Brasil só tem motivos para orgulhar-se de sua filiação histórica a um povo de tão gloriosas tradições, Senhor Presidente. Temos nítida

consciência de tudo aquilo que devemos a Portugal, desde o descobrimento do nosso país, e sua incorporação ao mundo civilizado, até os esforços e lutas da formação nacional. Isto não é senão um pormenor, em comparação a uma dívida bem mais ampla, que é a dívida do próprio género humano para com este país. Durante todo um ciclo de história universal, Portugal foi uma nação de pioneiros. Aquele movimento de expansão com que no Brasil se celebrizaram os Paulistas, os Portugueses realizaram por toda a face da Terra, como bandeirantes do Mundo. Ajudaram a conquistar para a civilização nada menos de três partes do Globo. O brilhante período de expansão comercial e marítima de Portugal é um dos capítulos mais empolgantes das crónicas humanas. Para nós, Brasileiros, recordar aquela época equivale sempre a recompor o quadro dos tempos heróicos que correspondem à gênese e à infância da nacionalidade.

E Portugal, o sentido de grandeza sempre se mediu pelo espírito universal de seus filhos. Os habitantes dêste país constituem um dos povos mais internacionais do Mundo. Estão presentes em toda a parte, com a contribuição do seu esforço e da sua bondade. Não se contendo nos limites geográficos do território natal, eles partem em todas as direções a fundar novas pátrias.

Outrora, êstes ímpetos de expansão e conquista se manifestavam nas expedições dos navegantes e descobridores. Hoje se fazem sentir na irradiação das correntes imigratórias, que sugerem uma modalidade de imperialismo fraterno e pacífico, a vencer pelas armas do coração e do trabalho. Nunca é demais salientar o traço de generosidade dos Portugueses, a realizar em todos os continentes uma obra civilizadora, que, na prática, tem sido muito mais útil e benéfica aos outros do que a si mesmos.

A comunidade luso-brasileira é hoje um exemplo oferecido ao Mun-

do. Numa fase de tão incertas perspectivas, a obra de integração espiritual de nossos dois países constitui um ato de sabedoria e prudência.

A atitude assumida recentemente pelo Brasil, quando sobre territórios portugueses pairaram ameaças intranquilizadoras, não foi senão o espontâneo cumprimento de um dever de fraternidade, que não deve prevalecer apenas nos momentos de regozijo, mas igualmente nas horas difíceis.

Devemo-nos congratular mutuamente, Senhor Presidente, pela alta compreensão com que Portugal e o Brasil procuram associar os seus interesses e os seus destinos.

O gesto do Presidente do Brasil, aceitando o honroso convite para esta visita, e a atitude de Vossa Excelência, proporcionando esta acolhida desvanecedora e inesquecível, significam o firme propósito de intensificar a aproximação entre as nossas Pátrias. Ao mesmo tempo que manifesto a minha gratidão pela generosidade das homenagens dirigidas por meu intermédio ao Governo e ao povo brasileiros, faço votos para que a amizade entre os

dois países continue, dia a dia, mais próspera e fecunda.

Quero consignar os meus sinceros desejos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua Excelentíssima Espôsa, bem como pelo crescente progresso da nação portuguesa. Nesta oportunidade, é um agradável imperativo testemunhar o meu aprêço ao Excelentíssimo Senhor Oliveira Salazar, a quem tanto devem as boas relações entre Portugal e o Brasil. Seja-me permitido igualmente lembrar os esforços que tem desenvolvido pelo nosso entendimento recíproco o Senhor Ministro Paulo Cunha, a quem estão entregues os negócios estrangeiros de Portugal e cuja visita ao meu país marcou uma das fases mais proveitosas dessa integração harmônica que estamos empenhados em aprofundar e fortalecer, para maior felicidade de nossas Pátrias.

Erguendo a minha taça em honra de Vossa Excelência e do nobre povo português, Senhor Presidente, rendo-lhes, neste instante, em meu nome e no do Brasil, as homenagens do mais alto e fraternal aprêço.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

Avança!... Avança!... Mata!... Mata!...

O inimigo recuara deixando o campo alastrado de cadáveres dos seus e dos nossos soldados.

Nas últimas descargas de fuzilaria, quando iam passar a ferro-frio, já quase à entrada do banhado, onde o inimigo não podia mais recuar, um oficial paraguaio, que estava do outro lado do banhado ou sanga larga, fez alvo no General e uma bala despedaçou a cabeça de seu corcel.

O General Sampaio — sempre ao lado da primeira linha, a pé, de espada no ar, gritava :

“Avança!... Avança!... Mata!... Mata!...”

Outra bala decepou-lhe a fôlha da espada, mas o General não fez caso, gritando sempre :

Avança!... Mata!...

Eu corri e meti na mão do General minha espada, dizendo :

— É a arma de um inferior, Sr. General, mas é espada brasileira.”

— Obrigado, meu Alferes Oliveira. Vamos acabar com êsses cambas.”

Mal acabava êle de pronunciar estas palavras, ouvi o sibilar de uma bala que passou queimando-me a farda por cima do ombro, indo ferir em cheio o peito do General, que se voltou para tomar a arma de um soldado, o que fez com muita ligeireza, de modo que, quando outra bala o pilhou pelas costas, numa das omoplatas, eu já tinha divisado o oficial paraguaio e metia-lhe uma bala na bôca quando êle acabava de gritar :

“Matei o General brasileiro.”

A fuzilaria foi medonha. Carregamos contra o inimigo que, esmorecido, se deixou matar como bois em matadouro.

Antes do pôr do Sol, tomei do porta-estandarte a nossa Bandeira, subi a um montículo, ergui-a e gritei três vezes :

“Viva a Nação Brasileira! Viva o denodado General Sampaio!”

“Viva o invicto Batalhão de Voluntários da Pátria!”

(J.M. Fonseca Lobo, op. cit.)

Sampaio! Honra e glória do Exército Brasileiro, patrono de sua INFANTARIA e do seu 1º REGIMENTO!

No dia 24 de Maio, aniversário natalício do herói e do Combate de Tuiuti, a “Casa Neno”, dirigida por um ex-combatente do Regimento Sampaio, se associa às homenagens prestadas.

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — “Esquina da Casa Neno” — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas, Motocicletas, Máquinas de escrever
Um mundo de coisas ao seu dispor

DEZ ANOS DEPOIS DA 2ª GUERRA MUNDIAL

Ten.-Cel. JOAO B. PEIXOTO

No dia 8 de maio de 1945, depois de vários anos de luta contra os signatários do Pacto Tripartite e seus adeptos, as Nações Unidas alcançaram a vitória militar — objetivo material da guerra.

Infelizmente porém, a Paz Universal — objetivo espiritual da grande cruzada democrática, não foi conseguida.

A rendição do inimigo, encerrou a luta militar, e ao mesmo tempo marcou o início de uma série de difíceis problemas para os vencedores, entre os quais estavam os seguintes:

- a administração do território inimigo;
- o julgamento dos responsáveis pela guerra;
- o socorro aos flagelados;
- a reconstrução econômica e social dos países atingidos pela conflagração;
- a solução de questões territoriais.

O estudo de tais problemas exigia um perfeito entendimento por parte das quatro nações que mais contribuíram para a vitória: os EE.UU., a U.R.S.S., a Grã-Bretanha e a França.

Infelizmente tal entendimento não foi encontrado e, até hoje muitos daqueles problemas ainda estão para ser resolvidos.

Em lugar da necessária compreensão entre os "Quatro Grandes" surgiram divergências que, além de dificultarem os problemas da paz, têm contribuído para preparar uma nova guerra.

Tendo retardado o avanço dos exércitos aliados na frente oci-

dental, a contra ofensiva germânica das Ardenas favoreceu a ofensiva soviética na frente oriental e, desse modo, o encontro dos vencedores, que deveria ser efetuado na linha do Oder, foi realizado nas margens do Elba.

Esse fato, de alta significação política para o após guerra, permitiu aos russos ultrapassarem os limites naturais do seu avanço, conquistarem Berlim e ocuparem grande parte da Europa Central.

A exigência da rendição incondicional veio completar o desastre.

Uma das maiores nações abastecedoras do Mundo, a Alemanha, foi então parcialmente destruída.

A guerra, que, pela Carta do Atlântico tinha elevados objetivos, agravou seriamente os problemas existentes.

Aproveitando-se das circunstâncias de ordem econômica e social decorrentes do grande conflito, a U.R.S.S., passou então, a executar o seu plano de expansão territorial e ideológica, cuja primeira etapa é o domínio da Eurásia (conquista de Estados satélites no Báltico, nos Bálcãs, na Europa Central, no Oriente Médio e no Extremo Oriente), como fase preliminar da segunda etapa que é a desorganização econômica e financeira dos EE. UU., condição indispensável para execução da terceira e última etapa do seu gigantesco plano cujo objetivo final deve ser o domínio do universo.

Enquanto isso, desde que terminou a 2ª Guerra Mundial, vêm

os EE. UU. se preocupando em obstar o aumento sistemático da área comunista, tendo em vista sobretudo impedir a redução dos mercados consumidores e fornecedores com os quais a extraordinária produção norte-americana está intimamente entrosada por uma série de fatalidades geográficas, acontecimentos históricos e interesses recíprocos.

A rica e poderosa nação americana, que tanto contribuiu para que a vitória militar fôsse alcançada na segunda conflagração mundial, teria agora de empregar mais recursos para evitar que outros povos fôsem facilmente absorvidos e subjugados pelos russos, cuja política de dominação tornou-se evidente com a criação do "Kominform" em outubro de 1947.

O auxílio concedido a Grécia, Turquia, Irã, Filipinas, Formosa, Malásia, Indochina e à Birmânia, proporcionado pelo plano Truman (programa de ajuda militar) em maio de 1947, traduziu a primeira reação dos norte-americanos contra a tentativa de absorção pela Rússia, de Regiões vitais à segurança e à economia dos povos do ocidente.

Uma parte deste auxílio foi concedida em armamento, e a outra parte, em artigos essenciais.

Em virtude de uma série de circunstâncias supervenientes do último conflito mundial, o programa de ajuda militar acima referido não se mostrou de todo eficiente, a despeito da elevada verba concedida pelo Congresso para aquelles fins.

A astronômica soma de dois bilhões de dólares entregue ao General Chiang Kai-Shek para defender a China nacionalista, acabou indo parar nas mãos dos comunistas.

Todavia, o retardamento da reconstrução da Europa viria estimular a crescente insatisfação de suas populações rudemente empobrecidas e abastar propiciaria um campo fértil à germinação das

idéias e das investidas comunistas.

A conquista do Velho continente traria consequências muitíssimo mais sérias do que a queda da China, pois que todo o parque industrial europeu cairia em mãos dos russos, inclusive as suas indústrias metalúrgicas, o que acarretaria um apreciável aumento da produção de aço da U.R.S.S., que ficaria então em igualdade de condições com a produção norte americana, produção essa que até agora vem sendo um dos mais fortes argumentos em favor do bloco ocidental.

Em face dessa realidade sombria, surgiu no ano de 1948 o Plano Marshall, destinado ao restabelecimento econômico da Europa, mediante a restauração rápida dos fatores básicos da capacidade produtora dos países tradicionalmente liberais, cuja debilidade constituía um verdadeiro perigo à segurança do regime democrático.

Reconstituída, econômica, social e politicamente, ficaria então a Europa ocidental, habilitada a preparar suas armas de legítima defesa contra a projetada penetração soviética naquela área.

Assim reconstituída, a Europa passaria a representar uma primeira linha de defesa da civilização ocidental de que somos todos tributários.

O auxílio fornecido pelo Plano Marshall foi destinado especialmente a 16 países europeus, inclusive a Alemanha Ocidental, e de acordo com a resolução do Congresso, deveria ser efetuado num período de quatro anos a partir de abril de 1948.

O Plano Marshall, que foi financiado e garantido mediante impostos pagos por homens e mulheres norte-americanos, possibilitou a reorganização econômica de vários países, e melhorou os padrões de vida em áreas empobrecidas pela guerra, contribuindo assim para o restabelecimento da ordem social e livrando desse

modo a Europa de ser totalmente dominada pelo comunismo.

No dia 20 de janeiro de 1949, em seu discurso de posse, como 32º presidente dos EE. UU., Truman propôs um novo programa para beneficiar as regiões insuficientemente desenvolvidas da Ásia, da África e da América Latina, com os progressos científicos e técnicos dos EE. UU., e desse modo fomentar o investimento de capitais nestas regiões.

Esta proposição, que constituiu o 4º item do discurso presidencial, sobre a política externa, ficou conhecida pela denominação do Ponto 4.

Revelando perfeito conhecimento das condições sociais em que vive a humanidade, o presidente Truman disse: "Mais da metade da população do mundo está vivendo em condições vizinhas à miséria. Devemos auxiliar os povos livres, de modo que através de seus próprios esforços, possam eles produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais de alojamento e mais energia mecânica, para aliviar suas cargas. O 4º Ponto representa a missão que incumbe aos EE. UU., no século XX. Se malograrmos nesta empreitada, jamais conheceremos paz mundial. Não poderemos sobreviver qual ilha de prosperidade no meio de um oceano de miséria humana.

Essa medida, que à primeira vista tinha um aspecto de grande generosidade, foi apenas um ato político de larga visão do governo norte-americano. O Ponto 4, é uma parte do programa de defesa dos EE. UU., que visa combater a infiltração comunista nos países sub-desenvolvidos, cuja instabilidade política constitui uma ameaça à causa das Nações Unidas.

O programa de ajuda do Ponto 4 está sendo levado a efeito em 33 países, sendo 19 da América Latina, 10 da África e Oriente médio e 3 do Sul da Ásia.

Não trata o Ponto 4 só de investimentos em capital, mas também

de investimentos em conhecimentos científicos e técnicos, indispensáveis à produção de rendimentos.

Como a U.R.S.S. tivesse um elevado número de divisões militares voltadas para a Europa Ocidental, a Grã Bretanha, a França, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, fizeram um pacto de auxílio mútuo, que foi assinado em Bruxelas no mês de maio de 1948.

Com a posterior inclusão dos Estados Unidos na defesa mútua e coletiva da Europa Ocidental, surgiu o Pacto do Atlântico Norte, que foi firmado por 12 nações — Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Noruega, Dinamarca, Luxemburgo, Bélgica, Itália, Holanda, Portugal e Islândia, em agosto de 1949, como instrumento básico para organização da defesa conjunta dos países signatários.

O plano militar para a defesa dessa importantíssima área no caso de um ataque da U.R.S.S., ficou concluído antes do fim daquele ano, sendo aprovado numa reunião dos Ministros da Defesa dos 12 países signatários do Pacto, membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, também denominada "Nord Atlantic Treaty Organization", e realizada em Haia no dia 1 de janeiro de 1950.

Segundo informações divulgadas a respeito, o Plano em questão foi traçado depois do mais metódico estudo sobre o potencial bélico da Rússia, e suas possibilidades econômicas, sendo estabelecido que os EE.UU. e a Inglaterra ficariam responsáveis pelas ações aéreas e navais, enquanto que os demais signatários teriam a missão de fornecer efetivos militares e travar ações dilatórias no continente enquanto os EE.UU. e a Inglaterra completassem a mobilização. Posteriormente a organização da defesa prevista pelo tratado do Atlântico Norte, foi estendida às outras regiões européias, o que determinou o desdo-

bramento do Comando da N.A.T.O em três zonas:

- zona da Europa setentrional;
- zona da Europa central;
- zona da Europa meridional.

Ao mesmo tempo que isso se passava na Europa Ocidental, os russos e os chineses preparavam um acordo político militar destinado a garantir a expansão comunista no Extremo Oriente.

Elaborado sob as condições exigidas pela U.R.S.S., o Pacto Sino Soviético, assinado em Moscovo no dia 14 de fevereiro de 1950, foi incontestavelmente uma grande vitória da política externa da Rússia, que fatalmente viria ter reflexos sobre as relações do Mundo Ocidental com o Extremo Oriente e o Sudeste da Ásia.

Assim pois, enquanto os E.E. U.U. e os demais países signatários do Pacto do Atlântico Norte, estavam empenhados na organização da defesa da Europa Ocidental, a U.R.S.S. juntamente com as outras nações filiadas ao comunismo, preparava no Extremo Oriente um golpe de aparência pouco importante, mas na realidade de uma alta significação militar e política tanto para a Rússia como para os E.E. U.U. — a invasão da Coreia do Sul pelos coreanos do norte, em junho de 1950.

Este surpreendente acontecimento levou o Presidente Truman, a propor ao Congresso, em 19 de junho de 1950, um rápido aumento das forças armadas, compreendendo a mobilização de novos efetivos e a chamada de reservas.

Ninguém acreditava que novas armas de guerra mais devastadoras do que a bomba voadora e a bomba atômica, fossem forjadas tão cedo, depois que terminou a 2ª Guerra Mundial. No entanto tudo foi uma grande ilusão. Mal havia terminado aquela conflagração, começou uma corrida armamentista sem paralelo na história.

Muitas das armas anteriormente usadas foram aperfeiçoadas vá-

rias vezes, outras ficaram obsoletas, e, centenas de novas armas foram fabricadas, consumindo-se nisso uma fabulosa fortuna como se a humanidade vivesse em grande abundância.

A segunda guerra mundial veio evidenciar que o poder militar de uma nação ou de um grupo de nações, é função direta do poder econômico ou melhor, do volume da indústria pesada aliado à capacidade técnica e científica.

Sendo assim, o poder militar não renoua somente no número de homens e armas e na bravura dos soldados nos campos de batalha, mas depende também da capacidade dos operários que trabalham nas fábricas de material bélico, assim como do padrão dos técnicos e cientistas, que nas oficinas e nos laboratórios contribuem silenciosamente para aumentar a potência dos engenhos de guerra.

Por outro lado, a motorização das forças armadas aumentou consideravelmente a extensão dos teatros de operações, outrora limitados a determinadas áreas.

Os efetivos totais em homens e material, foram extraordinariamente elevados, e os exércitos passaram a consumir quantidades astronômicas de aço e combustíveis.

Evidentemente o nosso mundo não é um mundo unido.

A despeito das inúmeras descobertas da ciência para facilitar a vida humana, apesar dos imperativos de união impostos pela inter-dependência das nações, e não obstante a aspiração geral de paz, a verdade é que em toda parte as dificuldades aumentam à medida que o tempo avança, exigindo de cada um de nós um crescente esforço para viver, e em vez de harmonia e felicidade, o que predomina é a discórdia e o sofrimento.

Reduzindo progressivamente as resistências físicas e espirituais do indivíduo, da família e da sociedade, esse crescente esforço sem

animadoras compensações, vai debilitando os organismos sociais e predispondo-os a freqüentes e perigosos conflitos que por sua vez restringem ainda mais a capacidade **per capita** e coletiva das populações.

Não havendo produtividade não poderá haver prosperidade.

O desequilíbrio entre a produção e o consumo de artigos básicos, acarreta o desequilíbrio financeiro, e estes os distúrbios sociais.

Explorações de toda espécie, aproveitam as dificuldades supervinientes, provocando reacções individuais e coletivas, sobretudo de ordem biológica, ditadas pela equação alimentos-população.

Como o número de habitantes cresce continuamente em quase todas as regiões do mundo, sem que a produtividade da terra e do elemento humano correspondam às necessidades, é óbvio que as dificuldades só podem ser cada vez maiores.

Os problemas econômicos, sociais e políticos tornam-se então extremamente complexos; surgem as divergências; os apelos à razão não produzem efeitos; e o emprego da força é quase sempre o recurso fatal.

Uma das causas básicas dessa entristecedora situação, é sem dúvida a acentuada desproporção entre o vertiginoso progresso material e o lento aperfeiçoamento espiritual da humanidade, que a grande revolução industrial do século XX veio acentuar, provocando uma verdadeira convulsão social no mundo.

Em vez de corrigir os desajustamentos existentes, o progresso da técnica veio contribuir para desenvolver o egoísmo e a ambição de riqueza e poder entre os povos, lançando-os em sucessivas guerras por causa de interesses, sem que fossem alcançados resultados compensadores.

Oitenta milhões de mortos e vinte e cinco milhões de feridos e

mutilados, foi quanto custou à humanidade a segunda guerra mundial, levada a efeito para estabelecer a Paz no Mundo.

O resultado porém é que todo esse sacrifício exigido à nossa geração, não produziu os esperados efeitos.

A guerra, que tinha elevados propósitos de estabelecer definitivamente a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre as nações, acabou agravando seriamente os problemas econômicos, sociais e políticos no mundo inteiro.

A rendição incondicional imposta aos adversários destruiu duas grandes nações abastecedoras da Europa e da Ásia, contribuindo assim para desequilibrar ainda mais a economia universal depois da conflagração, juntamente com o isolamento da área dominada pela União Soviética.

O desfêcho da 2ª Guerra Mundial fez com que passasse para os Estados Unidos e a Rússia, o poderio econômico e militar do mundo.

A consequência fatal disso foi o choque entre dois grandes e poderosos grupos de nações: um, filiado à União Soviética, que se propõe a corrigir os desajustamentos existentes no mundo por meio de um regime no qual os direitos do Estado se sobrepõem incondicionalmente aos do indivíduo; outro aliado aos Estados Unidos, que embora tenha os mesmos propósitos, se defende dos perigos de uma subversão da ordem social, que venha afetar o seu sistema político, no qual o indivíduo e o Estado têm direitos e deveres recíprocos.

O fato porém é que, em vez de fraternidade e felicidade, estamos novamente ameaçados de uma outra grande conflagração, que fatalmente envolverá todas as nações, e cujas imprevisíveis consequências poderão atirar o mundo em profundo abismo, porque a recuperação econômica assim como o restabelecimento da or-

dem social e política depois de um terceiro conflito mundial não será tarefa fácil.

DESTRUIÇÃO OU EXTERMINIO?

É neste setor da estratégia militar que as armas de destruição em massa obtêm o maior efeito. Harry S. Truman — ex-presidente dos Estados Unidos — em sua última mensagem ao Congresso, a 7 de janeiro de 1953, referiu-se a

essas armas com palavras extremamente graves:

A guerra do futuro será aquela em que o homem poderá extinguir milhões de vidas com um só golpe, demolir as grandes cidades do mundo, arruinar toda a herança cultural do passado — e destruir a própria estrutura de uma civilização que tem sido forjada de maneira lenta e penosa através de centenas de gerações.

A ENERGIA E O PROGRESSO

A bem conhecida análise do economista Dr. L. Rostas mostrou que a capacidade de produção de um largo grupo de indústrias americanas é dupla da de seu correspondente na Grã-Bretanha.

Mostrara antes que a maior eficiência da indústria americana é relativa ao fato de dispor ela de cerca do duplo de instalações de fontes de energia (horsepower) para emprego operativo. De outra feita, o professor de física, Meghnad Saha, indú, disse que a enorme diferença da riqueza por cabeça de países pouco industrializados, como a China e a Índia de hoje, ou a Europa Ocidental da Idade Média, para a dos países altamente industrializados, como os Estados Unidos, é proximamente a mesma entre os totais de energia disponível, incluindo as energias humana e animal. Estimou que a energia "per capita" disponível na Índia, produzida por outras fontes além do esforço do homem, é cerca de um dezesseis avos da disponível na América. Na Índia, cerca de 70 % de toda energia é produzida pelo trabalho do homem e dos animais; na América, esta é inferior a 4 % (Fear, War and the Bomb — prêmio Nobel de 1948 — por P.M.S. Blackett).

O 24 DE MAIO DE 1866

Cel. J.B. MAGALHAES

(Da 1ª classe da Reserva do Exército)

"And if I were asked what is the greatest factor which contributed to his success I would say moral. I call moral the greatest single factor in war. A high moral is based on discipline, self-respect and confidence of the soldier in his commanders, in his weapons, and himself."

(Normandy to the Baltic — Field Marshal The Viscount Montgomery of Alamein) (1).

A data epígrafe destas linhas recorda acontecimentos ocorridos há oitenta e nove anos no vale do Paraguai, quando em luta ingente e bem cruenta, encerrou-se definitivamente uma fase da vida política sulamericana.

Liquidaram-se então, de uma vez por todas, as heranças da era colonial que traziam os povos da bacia do Prata em perenes perturbações políticas e em dissídios com o Império do Brasil. Hoje, só por aberração ou colapso da inteligência, que não permita compreender e sentir as condições modernas da civilização, a marcha batida em que os povos avançam para um regime novo de vida universal, é que nestas latitudes do mundo, alguém poderá pensar em fazer guerra de velho estilo contra os povos vizinhos.

De fato, há três quartos de século iniciou-se lá no Prata e aqui no Brasil a era nova da revolução industrial, não mais medrando o caudilhismo nos Pampas, e os velhos motivos de guerra, por causa do processo de fixação das fronteiras com o Brasil e da formação das nações platinas, deixaram de existir. Os limites entre as diversas soberanias nacionais fixaram-se definitivamente. Consolidou-se a Confederação Argentina sob a hegemonia de Buenos Aires e o Uruguai não tardou

em poder evoluir tranqüilo de modo a apresentar hoje na América um bom modelo de nação civilizada.

O desenvolvimento das vias férreas foi assinalando, em seguida, uma prosperidade crescente, bem marcada pelo incremento da imigração, e o surto de uma possante economia agrícola. Os povos adquirem mentalidade nova. Na vida íntima do Brasil tais fatos houveram uma repercussão profunda, iniciando-se, então, a marcha dos acontecimentos que em cerca de um quarto de século mais tarde deram na proclamação da República.

Lastimavelmente estes resultados daquela imensa tragédia foram alcançados com o sacrificio da Nação Paraguaia, então-mal guiada por um governo sem as necessárias qualidades para discernir bem em que consistiam os verdadeiros interesses do seu povo. Sangrada até quase o esgotamento total de sua capacidade vital, ficou demasiado exausta. Muito difficilmente se veio depois refazendo, até que hoje, enfim, pode dar mostras de mais acelerada reconstituição na via dos progressos modernos da civilização.

Nestes fenómenos políticos está, em nosso modo de ver, a maior importância que se deve attribuir à efemeride histórica de 24 de Maio. Importância bem maior que a do

fato de se haver travado nos campos de Tuiuti, em 1866, a batalha mais vultosa da América.

Todavia, olhados os sucessos de um ponto de vista histórico-militar, o 24 de Maio tem uma significação também transcendental. Faz-nos pensar no *nosso homem*. Lembra o heroísmo de que Osório, lendário em vida, pelo fulgor dos feitos com que deslumbrou a nossa gente, fez-se o símbolo por excelência. Recorda os lutadores que, apesar das hostilidades do meio físico e do contrapêso negativo dos tipos secundários, vieram através dos tempos construindo esta grande Pátria.

A batalha de Tuiuti, ferida em 24 de Maio de 1866, é síntese de tudo isto. Feito glorioso no qual avultou a personalidade de Osório, empolgante dos entusiasmos nacionais, marca o ponto culminante daquela guerra. Com ela se quebraram as veleidades ofensivas de Solano Lopez e completaram os resultados da vitória de Barroso em Riachuelo, que imprimiu novo curso aos acontecimentos.

Quatro nomes merecem ser destacados, sem nenhum menospreso dos heróis que tombaram e lá ilustraram-se, honrando a Pátria, nesta fase difícil da guerra. Osório, Mitre, Tamandaré e Barroso, aos quais se não pode deixar de juntar o de Caxias, se bem que na fase inicial dos acontecimentos, que a batalha de Tuiuti demarca e encerra, sua influência houvesse sido apenas indireta ou reflexa.

Tamandaré, gaúcho de origem tão modesta quanto Osório, almirante feito nas labutas do mar, e marinheiro criado na guerra da Independência, foi depois por seus méritos feito grande do Império, também, como Osório. Ambos no período mais difícil da guerra do Paraguai, quando se forjou a triplice aliança e se constituíram em pleno decurso de operações as nossas forças, souberam apoiar-se mutuamente. Com o seu cabal entendimento recíproco foi possível aplainar sérias dificuldades.

Barroso, daquela estirpe lusitana que se fez bem brasileira, soube travar vitoriosa a primeira batalha decisiva da guerra, cujo complemento foi a de Tuiuti.

Mitre foi o chefe da Confederação Argentina de largo espírito e militar ilustre e experiente das lutas pampeanas, e que tomara parte, como Osório, na batalha de Cáseros, a quem coube presidir os sucessos iniciais. Soube ver cedo as conveniências de sua Pátria e opôr a Lopez, no momento oportuno, as suas energias nacionais em inteligente e sábia combinação com as do Brasil e do Uruguai. Senhor de uma mentalidade avançada, foi dos que mais cedo e melhor compreenderam no Continente o sentido conveniente da política americana. Comandou em chefe com honra, vencendo com habilidade e denodo as sérias dificuldades iniciais daquela guerra, notadamente as do ambiente político argentino.

Osório, foi o anjo da guarda do Brasil, que o aclamou, depois, seu herói predileto. Assumindo o comando das forças brasileiras, por força das circunstâncias, desde o início da guerra, organizou-as, instruiu-as e lhes deu uma alma, a sua alma indomável. Realizou em nosso modo de dever a mais difícil tarefa da campanha, a de tornar produdente a aliança política com a fraternidade que soube criar nos campos de batalha entre todos os grupos combatentes. Fez-se o *pivot* indestrutível em torno do qual girou o êxito. Foi político habilíssimo e chefe militar empolgante. Chefe que amalgamou num exército as gentes e coisas que lhe iam sendo lançadas a mancheias, sem método, sem diretrizes, sem ordem, sem nenhuma precisão de idéias de uma direção de guerra precaríssima. Organizou-as, instruiu-as e levou-as à batalha vitoriosa, afeiçoando-as às condições locais da luta e modernizando velhos métodos de guerrear, conforme os progressos da arte bélica da época. Tal foi a sua ação, neste período difícil, o mais difícil da guerra, que se fez dela o *homem*



MANOEL LUIZ OSÓRIO

O vencedor de Tuiuti, 24-V-1866 — 24-V-1954

essencial, e aos brasileiros, aos uruguaios, aos argentinos, e até aos adversários, impôs a sua magnífica personalidade.

Obtidos os primeiros definitivos resultados, quebrada a capacidade ofensiva do adversário, no embate sangrento de Tuiuti, os esforços sobre-humanas que fizera durante cerca de dois anos de campanha, pois iniciou-a em 1864, no Uruguai, para fazer um exército destemeroso de lutar e capaz de conquistar vitórias, suas forças físicas cederam. Reti-

ra-se doente do teatro da luta. Não tarda, porém, a voltar. Não prescinde dele o grande Caxias quando assume o comando das forças brasileiras, como não pôde prescindir dele depois o Conde d'Eu, quando de novo o faz voltar ao teatro da guerra, de onde se havia retirado outra vez, gravemente ferido e enfermo.

Osório e Caxias são dois nomes que se completam, na história militar do Brasil, correspondente à fase monárquica de nossa evolução inde-

pendente. De tal modo isto se dá que não nos parece possível compreender os fatos históricos dessa época, notadamente de ordem militar, sem o estudo atento de seus procedimentos, de seus feitos e de suas reciprocas relações individuais. Não se fará idéia justa da ação de um, abstrahindo do outro, mormente depois que se encontraram na campanha rio-grandense, em combate ao dissídio farroupilha.

De resto, estes dois nomes simbolizam bem o tipo tradicional dos bons chefes militares brasileiros, entre cujas mais fortes características ressaltam um patriotismo forte e uma probidade sem nuances esmaecentes. Foi fato notável, e notado, no decorrer da campanha de um lustro de luta no vale do Paraguai, que nem um só dos nossos chefes pudesse jamais ser acusado de improbidade, de somenos escrúpulos, de tolerâncias indevidas, ao passo que se constatou haverem alguns deles, como foi o caso parti-

cular de Osório, sofrido sérios prejuízos em sua economia particular.

O 24 de Maio de 1866, síntese de uma época gloriosa é, portanto, data caríssima aos que amam nossa Pátria e têm na história nacional significados a jamais serem obnublados para o melhor incitamento das gerações novas. Na história americana deve ser recordado, com o espírito de fraternidade, que a evolução dos povos hoje reclama, o espírito de Osório :

"O tempo é das ciências, das letras, da civilização ; a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas, sim, no império da justiça, no respeito ao direito de todos e à liberdade."

Tais palavras, ditas pela boca de um guerreiro vitorioso, no auge da glória, revelam bem a força moral, principal fator de vitórias, como assinala Montgomery, quase um século depois.

SOCIEDADE IMPORTADORA E EXPORTADORA NORSUL LTDA.

AVENIDA RIO BRANCO, 25-2º And. — Tel. : 43-2716
End. Teleg. : "ELEKTRIT"

RIO DE JANEIRO — BRASIL

CASA CAXIAS

ESPECIALIZADA EM UNIFORMES PARA AS CLASSES ARMADAS
ROUPAS PARA MONTARIAS — CINEMAS — TEATROS — HOTÉIS —
HOSPITAIS — BANCOS

ROUPAS PROFISSIONAIS EM GERAL

CONFECÇÕES E UNIFORMES "CAXIAS" LTDA.

Alfaiataria Civil e Militar

RUA SENADOR DANTAS, 76-14º AND. — SALAS 1403/6 — TEL. : 22-2499
RIO DE JANEIRO

CENTENÁRIO DO MARECHAL HERMES DA FONSECA

PALESTRA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Associando-se às comemorações do Centenário de Nascimento do Marechal Hermes da Fonseca, o Senhor Presidente Café Filho pronunciou, ao microfone de "A Voz do Brasil", no dia 12 do corrente, a seguinte conferência:

"O centenário de nascimento do Marechal Hermes da Fonseca está dando margem a um novo e largo exame da personalidade e da obra desse eminente brasileiro. É uma reconstituição histórica duplamente interessante, porque proporciona um julgamento desapassionado, que só agora se torna possível, e porque projeta um nome acompanhado de ensinamentos e advertências que devem ser na atualidade uma fonte de experiência e orientação.

Os ódios que em vida do Marechal dividiram seus adeptos e adversários já não têm razão de ser. O tempo os desfêz e sepultou. Hoje a figura do ilustre militar e homem público pode ser apreciada sob um critério de serenidade e justiça. Quer se trate de analisar os erros que porventura haja cometido ou os defeitos que não podia deixar de ter, como qualquer ser humano, quer se trate que não pôr em relêvo o lado positivo de sua vida, somente agora se tem à vista a verdadeira individualidade de Hermes da Fonseca, isenta das deformações de origem política.

Poucos chefes de Estado terão sofrido tanto o orgulho das críticas improcedentes e insultuosas. Não bastaram ataques à sua conduta política e administrativa em cuja esfera as divergências seriam naturais e inevitáveis. A intimidade do lar e a dignidade pessoal foram

igualmente expostas em holocausto às paixões facciosas, através dos processos mais cruéis. As agressões ferinas misturavam-se às sátiras e galhofas em que a falta de respeito atingia o auge de abuso.

Os responsáveis por esses métodos de fazer oposição não se davam conta de que, investindo assim contra o magistrado supremo da República, não estavam senão sacrificando o prestígio da própria nação e do regime. No âmbito interno, a aniquilação sistemática do princípio da autoridade acarretava o visível enfraquecimento e a crise permanente das instituições. Na órbita externa, os nossos créditos de cultura tinham às vezes um fator negativo e comprometedor na violência e no nível das críticas.

Alguns adversários do Presidente Hermes da Fonseca esqueciam-se talvez de que a oposição, tanto quanto o Governo tem as suas responsabilidades, no tocante ao conceito, os encargos democráticos da fiscalização e vigilância é missão que se torna às vezes mais delicada do que governar. Para ter autoridade e produzir bons frutos, a crítica precisa basear-se nos alicerces sólidos da verdade. Usada com honestidade e elevação, ela se erige num dos sustentáculos e paixões inferiores transforma-se em veneno que vai pouco a pouco destruindo o organismo do regime. Nesse caso a oposição se rebaixa a um papel meramente demolidor, em que, através do descrédito dos homens públicos, o que acontece realmente é a falência das instituições. Se há os que falham nas difíceis tarefas de governo, há os que conspurcam, não raro com a agravante da má fé, os direitos e deveres do nobre ofício de fazer oposição. Na ofen-

siva desencadeada contra o Marechal Hermes da Fonseca, o objetivo era enfraquecer o Presidente e desmoralizar o Governo. Muitas vezes, porém, o que se fazia era enfraquecer o regime e desmoralizar a nação.

Seu nome já se havia incorporado à história do movimento republicano e aos anais da organização do Exército Brasileiro, mais extremadas de nossas crônicas eleitorais. Viu-se então, como chefe de Estado, envolvido numa teia de interesses e influências, por parte de amigos e adversários. Os problemas e dificuldades que teve de enfrentar, numa fase árdua e tumultuosa da vida nacional, a grita geral de um país onde erroneamente tudo se espera do poder público, a pressão de uns, a reação de outros em suas ambições contrariadas, tudo isso compunha um quadro que bem se poderia denominar o drama de um Presidente da República. Questões múltiplas e complexas, de par com atrito das forças políticas em ablução sugeriam a imagem de uma nação ingovernável.

Mas foi então que a figura de Hermes da Fonseca manifestou um dos traços marcantes do seu caráter. Aquilo que a alguns observadores da época pareceu defini-lo como um fraco foi exatamente o que marcou a sua personalidade com um traço de simpatia. Quero referir-me a um dos aspectos mais típicos do perfil de Hermes como Chefe de Estado: a sua conformação democrática, diante das intrigas e agressões que o alvejaram. A autoridade em suas mãos, não foi exercida com exageros, numa hora em que se cometiam abusos e injustiças à sombra da liberdade. Dispondo de poderoso instrumento político de defesa e ataque, como o estado de sítio, concedido pelo Congresso Nacional, e podendo lançar mão de represálias diante da impiedade de certos setores opositores, o Marechal soube ter uma atividade viril e digna, em que uma nobre indiferença ante a grosseria de alguns ataques se

aliava a um superior respeito aos direitos e liberdades. Nenhum gesto ou palavra vingança maculou a sua atribulada gestão. Em de rancor ou ressentimento e muito menos de melo da crise econômico-financeira e das tempestades políticas que assinalaram aquele período, o Governo era como uma ilha de serenidade e concórdia, a refletir os influxos da consciência democrática do Presidente, bem como da sua índole resignada e forte. Ele próprio afirmava, em uma de suas Mensagens ao Parlamento, que "nem os acontecimentos mais ásperos, ameaçadores da ordem pública e da estabilidade do Governo, nem as agressões mais brutais e injustas, feitas em todos os tons, seriam capazes de perturbar-lhe o ânimo".

As influências que habitualmente envolvem e dificultam a ação do Chefe do Estado, as acusações escandalosas da imprensa e da tribuna a serviço da política, as zombarias achincalhantes, nada disso o desviou da sua rota de magnanimidade e cordura. Foi essa a grande lição que Hermes da Fonseca legou como Presidente da República. Se antes, como homem da oposição, não podia negar a minha reverência cívica à figura de um governante tão compreensivo e indulgente, hoje mais do que nunca estou em condições de bem avaliar as suas virtudes democráticas, que se faziam sentir até mesmo diante da sistemática deturpação da verdade, com que se procurava atingir-lhe a reputação e minar-lhe a autoridade de que estava investido.

No quadriênio Hermes da Fonseca ficou perfeitamente retratado o que representa o exercício do poder num país como o Brasil, onde prevalece a tendência de atribuir aos governantes tudo quanto de bem ou de mau possa ou deva ocorrer. Vê-se o Chefe de Estado em meio de um turbilhão de problemas, de solicitações e de críticas, como se a sua vontade ou ação individual fôsse uma varinha de coadão a conter o milagre de todas as soluções. Como ele não pode na verdade atender a tudo e a to-



MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA

dos, pelo antagonismo dos interesses, das idéias ou das influências em cheque pela insuficiência de meios, pela falta de colaboração ou pelas falhas do próprio sistema político-administrativo, não tarda a sofrer o impacto dos descontentamentos, não raro através dos expedientes mais baixos e injustos. Configura-se então aquilo que Humberto de Campos denominou "o crime de ser Presidente da República". É um dos fenômenos característicos da mentalidade nacional e cuja erradiação está na dependência do desenvolvimento da educação cívica e moral dos brasileiros.

Resolveu o Governo associar-se às justas e significativas homenagens que estão sendo prestadas à memória do Marechal Hermes da Fonseca. Sua atuação serena, em contraste com a efervescência de uma época de graves crises e desastrosos métodos de oposição, ainda hoje constituiu um aforte de meditação e ensinamento, em que muitos podem aprender a evitar a tentação das críticas injustas e os impulsos de demolição e desordem, colocando acima dos interesses pessoais e das paixões facciosas a dignidade dos homens de bem, o prestígio das instituições e o amor ao Brasil."

• CONFERÊNCIA DO GENERAL FLORIANO BRAYNER

A propósito das comemorações, levadas a efeito em todo o país, pela passagem do aniversário de nascimento do Marechal Hermes da Fonseca, que ontem transcorreu, o Sr. General de Divisão Floriano Lima Brayner, Diretor-Geral do Serviço Militar, pronunciou a seguinte conferência:

"A efeméride que hoje se comemora traz à lembrança de todos os brasileiros o centenário da data natalícia dessa figura invulgar de nobre cidadão e ilustre soldado que foi o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, cuja vida transcorreu, na marcha ascensional de sua carreira militar, numa incessante prestação dos mais relevantes serviços

à Pátria e ao Exército, com uma visão perfeita da realidade contemporânea, que lhe valeu a gratidão imperecível de seus patrícios e irmãos d'armas.

A retidão de seu caráter, a firmeza de suas convicções e o seu arraigado amor ao Exército, fizeram do chefe insigne, a prestigiosa figura admirada e amada, cujo renome ultrapassou o âmbito do nosso organismo militar, para se projetar no próprio cenário político-social do país, que não tardou em identificar na sua personalidade de linhas puras, o cidadão marcado pelo destino para exercer a suprema magistratura nacional.

Sua carreira militar não teve soluções de continuidade nem digressões marginais. Atingiu o Marechalato, a mais alta distinção hierárquica, em 6 de novembro de 1906, quando sobre seus ombros já incidia todo o peso de um prestígio caloroso, que vinha de todos os setores do nosso organismo militar, e que o colocava na condição de um verdadeiro líder de sua classe, pela sua competência profissional, pelo trato superior e objetivo dos problemas militares, pela bondade e serena energia que transcendiam de sua personalidade de Chefe bem-amado.

Era soldado; visceralmente soldado.

Foi nesse apogeu de sua vida militar que os dirigentes políticos do país voltaram suas vistas para a auréola que o cercava. O Governo Afonso Pena, a 15 de novembro de 1906, nomeou-o Ministro da Guerra, cargo em que veio a demonstrar toda a plenitude dos valores que caracterizavam sua personalidade. Apesar de uma gestão de breve duração na pasta da Guerra, a exiguidade do tempo foi largamente compensada pela invulgar eficiência e operosidade com que enfrentou os problemas cruciais da Defesa Nacional, particularmente quanto à organização e ao recrutamento para as fileiras do Exército, procurando dar-lhe a forma mais consentânea com a evolução militar da época e os princípios bási-

cos da democracia face à defesa nacional.

No seu Relatório de 1907, diante da insuficiência e notória incapacidade do voluntariado para atender aos claros nas fileiras do Exército, pede uma Lei de Serviço Militar baseada na conscrição, capaz de dar ao país os meios necessários para enfrentar qualquer emergência.

E com uma visão nítida do problema dentro da mais moderna concepção, faz a apologia do Projeto de Lei que encaminha ao Parlamento, ponderando com serenidade:

— “que ela estabeleça o mecanismo regulador da passagem pelas fileiras do Exército, de todos os homens válidos”.

— “que limite o Exército permanente, aos oficiais e seus auxiliares, acabando com o soldado de profissão”.

A idéia generosa de uma Lei de Serviço Militar com tais características, impunha como consequência, a imediata modificação do nosso vetusto sistema de aquartelamento, para dar lugar aos quartéis modernos, higiênicos e confortáveis e aos campos de instrução.

Nesse mesmo ano de 1907, sem perda de tempo, lança as bases de construção da Vila Militar e do Campo de Instrução de Gericinó, atacando simultaneamente o problema do rearmamento e modernização de nosso material, inclusive pela aquisição no estrangeiro do que não estávamos em condições de fabricar, enquanto aborda em caráter de urgência o reaparelhamento e desenvolvimento dos arsenais e fábricas de pólvora, de cartuchos e de artefatos de guerra.

Sua ação renovadora orientou-se igualmente para a organização do Comando, com uma visão verdadeiramente impressionante da realidade. Em seu apelo veemente ao governo, encarece: “A subordinação imediata dos Corpos do Exército aos Comandos dos Distritos Militares, não consulta os preceitos universalmente adotados nos Grupa-

mentos das forças combatentes: “Na emergência de conflito armado, as Grandes Cidades se têm improvisado sob o Comando de Generais sem tirocinio, porque não tiveram oportunidade de se exercitarem; e, nos largos períodos de paz, as forças dispersas por vasto território, sem laços que revelem a mínima preocupação do seu verdadeiro destino, mais parecem organizadas para a vida pacífica e indolente das Guarnições, que para os intensos labores da campanha”. “Uma providência se impõe desde já: a criação de grandes unidades dotadas do preciso material de guerra”.

E sempre com essa excepcional objetividade persegue o reajustamento de nosso sistema militar, num conjunto de providências solicitadas ao Congresso, através dos Projetos de Lei: um, versando sobre o Serviço Militar obrigatório; o outro, sobre a organização e administração das forças de terra, os quais, após amplo debate no Congresso e em toda a imprensa do país, tiveram sua forma concreta na memorável Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Em sua mensagem ao Presidente da República, diz o Marechal:

“... Lei essencialmente democrática, baseada na Constituição Federal que fez do Exército uma instituição nacional por excelência, nivelando sob a bandeira e sob o uniforme, sem distinção de classes nem de raças, todos os cidadãos assim chamados a se desobrigarem de responsabilidade que a todos incumbe, de manter a grandeza do nosso Brasil”.

Foi, pois, pelo pulso firme desse benemérito Ministro da Guerra, que o Brasil passou a pertencer ao rol das Nações que aboliram, em definitivo os exércitos mercenários, para dar lugar aos Exércitos puramente nacionais.

Coube-lhe lançar a idéia já cristalizada em outros Países, que definiu o Exército ativo, como órgão formador de Reservas, constituindo por isso mesmo, o elemento inicial

do enquadramento da nação em armas.

Resolvidos os problemas básicos de organização o Serviço Militar, suas vistas se estenderam audaciosamente sobre todos os outros grandes problemas ligados à defesa nacional, como a defesa da faixa fronteiriça, o entrosamento entre as responsabilidades do Exército e da Marinha, e os transportes ferroviários para os prováveis Teatros de Operações.

Demonstrou o ilustre Marechal, na sua fascinante passagem pela pasta da Guerra, estar profundamente identificado com todos os assuntos militares no seu mais alto escalão, não somente, quanto ao que se referia à organização, como aos imperativos da doutrina.

Conhecedor perfeito do País, em seu aspecto fisiográfico, como no seu desenvolvimento social e econômico, soube dar à sua obra um sentido altamente nacional, que elevou o Exército no conceito da Nação, e a própria Nação Brasileira em situação condigna diante da cultura e as idéias militares da época.

Sua destacada atuação, em pouco mais de dois anos de Ministério, valeu-lhe a consagração e a escolha, pelas forças políticas nacionais, para a suprema magistratura da Nação.

Afastou-se do Ministério em maio de 1909, em meio às esperanças dos seus compatriotas e irmãos d'armas, deixando por toda a parte os traços inconfundíveis e inesquecíveis de uma das mais fecundas administrações que o Exército conheceu em todos os tempos.

Elevado à curul presidencial, pela vitória nas urnas, depois de memorável luta política em que teve de

se defrontar com os processos mais violentos e desabridos do seu adversário, o genial Ruy Barbosa, seu espírito generoso e bem formado, não concebeu represálias nem vinditas contra o adversário vencido.

Os frutos da campanha violenta, todavia, germinaram. E o seu governo não foi remançoso. Sedições, revoltas na Marinha, lutas estaduais, intrigas soezes e campanhas sistêmicas se desencadearam, para turvar o seu espírito e levá-lo à represão violenta.

Ele responde, todavia, em sua Mensagem de 1911:

"Não pôde tirar-me do patriótico propósito que subi ao Governo; nem os acontecimentos mais áspers, ameaçadores da ordem pública e da estabilidade da ordem governamental, nem as agressões mais brutais, injustas, feitos em todos os tons, puderam perturbar o meu ânimo e fazer-me esquecer as promessas e responsabilidades que com a Nação contraí".

Não cabe aqui uma análise de sua obra de Governador. Honrado, sereno e de coração generoso, ele soube dignificar o mandato que a Nação lhe outorgara, levando-a em meio a um oceano encapelado, e apesar dos percalços de uma grave depressão econômica, até o término de seu mandato, numa perfeita unidade política, com que mergulhou no drama universal da 1ª Grande Guerra.

Por tantos e tão relevantes serviços e sacrifícios pela causa pública, o Exército na data de hoje se posta em continência, e reverencia emocionado, a memória do Chefe inolvidável que foi o seu grande Ministro da Guerra, o preclaro Presidente da República, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca."

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO VISTA POR OFICIAIS PORTUGUESES

Tenente-Coronel RAUL PEREIRA DE CASTRO,
do Exército de Portugal.

Uma das realizações que mais impressionou os componentes da Missão Militar Portuguesa que se deslocou ao Brasil, a convite do Exército do País irmão, foi a preparação física das tropas, em especial dos alunos das Academias Militares e dos quadros de oficiais e sargentos.

O espetáculo maravilhoso da Parada Militar de 7 de Setembro, as magníficas instalações desportivas que possuem tôdas as unidades, desde os ginásios, piscinas e campos de desporto aos estádios e hipódromos, ao entusiasmo com que a juventude militar se dedica e pratica as diferentes modalidades desportivas, alcançando resultados que excedem em muito as nossas possibilidades, tudo foi motivo de larga admiração para os nossos camaradas e pena foi que não tivesse sido possível a deslocação, como se previa, do mestre de ginástica da Escola do Exército, cujos relatos e ensinamentos colhidos, muito poderiam contribuir para o desenvolvimento da cultura física dos nossos futuros oficiais.

Espetáculo inolvidável se desenrolou no Estádio, durante as competições desportivas entre as equipas representativas das três Academias Militares — Exército, Naval e Aeronáutica — emoldurado por uma multidão de jovens entusiasmados, em que as falanges de apoio incitavam com os seus hinos próprios os seus camaradas que, em luta viril, competiam nas diferentes modalidades, como atletismo, foot-

ball, natação, waterpolo, etc., alcançando tempos e resultados magníficos, que justificam os êxitos conseguidos pelas representações das Forças Armadas Brasileiras, nas diferentes competições internacionais, em especial no Pentatlo Militar, Hípismo, Tiro, Esgrima, Natação e Atletismo.

Esta característica das Forças Armadas brasileiras que tanto impressionou a nossa Missão, tem como base a obra realizada pela Escola de Educação Física do Exército "situada na entrada da barra do Rio de Janeiro, junto ao Pão de Açúcar, entre a mata verdejante e o mar sempre azul, que é sem favor, pela sua organização modelar, um dos mais importantes Centros de Ensino de Educação Física do Mundo".

Julgamos oportuno transcrever sobre essa Escola, que tanto impressionou os nossos camaradas na sua visita, os seguintes informes: "Dentre as iniciativas no campo de ação social, avulta, pela importância, a grandiosa Obra de revigoração físico das dissiminasdas populações brasileiras, para execução da qual o Exército Brasileiro com entusiasmo e espírito realizador, abnegação e sentido prático estendeu a sua ação humana e patriótica por toda a vasta extensão do nosso território".

"Através das atividades físicas, cientificamente ordenadas, ele vem cooperando de maneira notável na educação integral da nossa gente, melhorando as suas condições de saúde, robustecendo o seu corpo,

esclarecendo a sua mentalidade e burilando o seu caráter". Esse trabalho gigantesco, partiu de um pequeno núcleo de trabalho, o Centro Militar de Educação Física que progressivamente ampliado se transformou na Escola de Educação Física do Exército, cuja data de fundação foi estabelecida em 11 de janeiro de 1930.

"O seu nome já transpôs as fronteiras da nossa Pátria, procurada e visitada por inúmeras personalidades, delegações militares e missões culturais, que constantemente para aqui afluem, no propósito de conhecer as realizações da inteligência brasileira e estabelecer maior unidade espiritual pan-americana. Além da sua importância como órgão de formação de técnicos de E.F., a Escola de Educação Física do Exército, constituiu sobre o assunto, utilíssimo laboratório, cuja missão é de sancionar pela experiência, as práticas em uso dentro de uma orientação eclética a fim de traçar normas científicas e razoáveis para o treinamento físico dos nossos soldados, contribuindo, também, dentro do seu programa de ação, no aperfeiçoamento das técnicas pedagógicas e desportivas, úteis à coletividade brasileira geral."

"Cada ano que passa aumenta a Escola o seu ritmo de produção, procurando sempre orientar os seus cursos pelos princípios mais modernos da pedagogia, realizando uma série de melhoramentos notáveis e contribuindo para o treinamento dos nossos atletas."

Fazem parte do quadro da Escola, presentemente, 20 oficiais combatentes, quatro oficiais médicos, um

oficial farmacêutico, um oficial dentista, um oficial de intendência, 21 sargentos, e 33 empregados civis.

O Corpo de Alunos no corrente ano é de 41 oficiais do Exército, 4 de Aeronáutica, 3 do Exército do Paraguai, 24 sargentos do Exército, 26 sargentos de Aeronáutica, 4 oficiais e 4 sargentos das Forças Auxiliares e sete civis.

O número de especialistas formados pela Escola nos seus 25 anos de trabalho é de: 748 oficiais instrutores, 88 médicos especializados, 33 mestres de armas, 1.719 monitores de E.F., 93 massagistas desportivos, 57 monitores de esgrima e 63 professores. Mas o objetivo da Escola não consiste unicamente em formar o pessoal especializado no aperfeiçoamento da sua capacidade física, no aumento das suas instalações materiais e no treinamento de novos atletas. Estes servem somente como meio de atingir o seu objetivo principal que justifica todo o seu labor — orientar a prática da Educação Física no Exército — e cooperar na solução do problema eugênico nacional, tendo em vista a formação de indivíduos esclarecidos, fortes, resistentes e de personalidade definida, por conseguinte, capazes de empregar os seus esforços com a máxima eficiência, na grandeza e progresso do Brasil.

Saudamos nesta modesta crônica, a Escola de Educação Física do Exército do Brasil, como baluarte valioso na formação integral da juventude militar do País Irmão, magnífico e persistente exemplo ao serviço da Nação.

É permitida, aos redatores das secções especializadas dos jornais ou das revistas técnicas, a reprodução de trechos da matéria desta Revista. Solicita-se a fineza, em tal caso, de mencionar a fonte de origem.

BRASILIANAS

• Café

Situação bastante delicada com indícios seguros que teremos em 30 de junho próximo uma sobra de 5,5 a 6 milhões de sacas, muito superior portanto aos outros estoques finais dos últimos anos. Também, intensifica-se a pressão dos cafés de outras procedências sobre o mercado internacional e particularmente o americano. Provavelmente os preços tenderão ainda para baixa, embora em proporções limitadas. Tudo isso está a exigir uma política extremamente vigilante e dinâmica dos nossos governantes e cuidados especiais deve merecer a política cambial.

• Amplia-se o parque mineral do Brasil

Em 1954, o parque mineralógico do País foi acrescido de oitenta novas jazidas minerais, situando-se nos Estados de Minas Gerais e São Paulo a metade das explorações. No primeiro, 21 empreendimentos tiveram início durante o ano findo; no segundo, o total de empreendimentos elevou-se a 19.

Em relação a outros Estados, os números são os seguintes: Rio Grande do Sul, 7, até novembro; Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, 4 em cada Estado. No Distrito Federal figura uma jazida de areia quartzosa; em Fernando de Noronha deu-se início à exploração industrial de um importante depósito de fosfato.

• Inversões Norte-Americanas

O Brasil beneficiado com 1 bilhão e 3 milhões de dólares:

Atingiram 16 bilhões e 304 milhões de dólares as inversões de ca-

pitais norte-americanos em todo o mundo, ao findar o ano de 1953. Dessa quantia considerável destinaram-se às 20 Repúblicas latino-americanas, conforme avaliações divulgadas pelo Departamento de Estado daquele país, 6 bilhões e 1 milhão de dólares.

O crescimento dessas inversões, nos últimos anos, pode ser verificado comparando-se os dados mais recentes com os de 1949, quando os investimentos na América Latina somavam 4 bilhões e 590 milhões de dólares, parcela do total de 10 bilhões e 700 milhões de dólares para todo o mundo.

As inversões totais dos Estados Unidos da América aumentaram após o fim da segunda guerra mundial em quase 10 bilhões de dólares. Informou ainda o Departamento de Estado que "correspondia ao hemisfério ocidental pouco menos de 70 por cento do valor total das inversões diretas ao fim de 1953".

De acordo com os mesmos dados, publicados por "Survey of Current Business", são os seguintes os países do hemisfério que receberam maiores inversões norte-americanas: Canadá, 5 bilhões e 257 milhões; Venezuela, 1 bilhão e 308 milhões; Brasil, 1 bilhão e 3 milhões; Cuba, 683 milhões; Chile, 666 milhões; e México, 509 milhões de dólares.

• Recursos naturais da América Latina

Nenhuma extensão da superfície da terra supera a da América Latina no que diz respeito à variedade de solos e ecologias. Sob o ponto de vista da produção de alimento, temos, assim, todas as possibilidades, desde os cereais nobres, de climas temperados, às culturas das terras tropicais.

O potencial energético à nossa disposição é igualmente formidável. No que se refere à energia hidráulica, avalia-se em 75.100.000 CV a potência ainda disponível, baseada em águas mínimas. Com as possibilidades que a moderna engenharia oferece, esse potencial pode ser estimado em 30% acima. Os países mais aquinhoados são:

	CV
Brasil	28.000.000
México	8.500.000
Peru	6.400.000
Argentina	5.400.000
Colômbia	5.400.000
Venezuela	4.300.000
Bolívia	3.600.000
Chile	3.600.000

O aproveitamento total atual é de pouco mais de 6.500.000 CV. Para comparação, tenha-se em vista que a Europa tem um potencial hidrelétrico disponível estimado em 53.860.000 CV e mais 33.930.000 já em utilização. América do Norte (Canadá e Estados Unidos) já tem 35.200.000 CV em usinas funcionando e 84.400.000 ainda a aproveitar. A estação invernal limita, entretanto, o aproveitamento da energia hidráulica em muitos pontos da Europa e do Norte do nosso Continente.

As reservas provadas de petróleo na América Latina são também enormes. A produção em 1950 foi de cerca de 100.000.000 tons., contra 270.000.000 tons. dos Estados Unidos. Consideram-se como produtores: a Argentina, a Colômbia, o México, o Peru e a Venezuela. O futuro da produção de petróleo entre nossos países é promissor; como um todo, temos elementos para desenvolvê-la, em benefício do nosso desenvolvimento industrial.

No que diz respeito a carvão, é interessante referir o que escreve o Professor Clarence Field Jones, em sua "Economic Geography":

"Comparadas com as reservas de carvão do Hemisfério Norte, as do Hemisfério Sul são extremamente pequenas. Todo o Hemisfério austral produz somente cerca de 2%

do carvão do Mundo. Os campos principais estão no sudeste da Austrália, na União da África do Sul, no médio Chile. Somente na Austrália são mineradas consideráveis quantidades de carvão coqueificável. Noutras áreas o carvão betuminoso é usado principalmente pelas estradas de ferro, a indústria mineira e o transporte oceânico, e, numa extensão menor, para a manufatura de gás e para o suprimento de energia a fábricas; o carvão de todas essas áreas é largamente distribuído por estações de abastecimento de carvão nos oceanos austrais".

Diz mais Clarence Jones, na mesma obra: "A América do Sul tem menos reservas carboníferas do que qualquer outro continente. As reservas e a mineração de carvão são confinadas inteiramente no médio Chile, altas terras do Peru, cordilheiras central e oriental da Colômbia, sul do Brasil e Neuquén, na Argentina. A maioria das camadas são delgadas, interrompidas com inclinações irregulares e contém carvão de média qualidade; em nenhuma área se produz carvão de alta qualidade para coque. As camadas do Peru e da Colômbia estão em áreas inacessíveis. O carvão não é a forma básica de potência nas principais regiões manufatureiras do continente".

● Agricultura e Indústria, duas atividades que se completam

Em Conferência na Escola Superior de Guerra, publicada na "Revista Brasileira dos Municípios", o Conselheiro Edgar Teixeira Leite, do Conselho Nacional de Economia, discorre sobre a destinação agro-industrial do Brasil, desenvolvendo tese que nos é cara e nos tem servido de tema a diversos artigos: o nenhum antagonismo entre a agricultura e a indústria, que se devem expandir em completa harmonia, oferecendo mutuamente elementos de progresso.

A industrialização constitui fator de desenvolvimento agrícola. Do mesmo modo, sem agricultura estruturada em bases sólidas torna-se

impossível fortalecer e diversificar a produção manufatureira. Agricultura desenvolvida significa matérias-primas a custos acessíveis e razoáveis; significa alimentação sadia, abundante e barata; significa, sobretudo, mercado industrial, "não apenas no sentido de atender a necessidades elementares, mas dotado do poder de compra capaz de adquirir bens de consumo acima delas".

Por outro lado, a indústria pode fornecer aos produtores rurais maquinárias de toda ordem, fertilizantes e inseticidas, que lhes permitirão aumentar o volume de suas safras e — o que é ainda mais importante — elevar a sua produtividade. Outro aspecto da mais alta relevância consiste na transformação, dentro do próprio país, dos produtos rurais, o que assegura inúmeras vantagens. Cita o conferencista o caso do algodão: se não tivéssemos instalado, aqui, importante indústria de fiação e tecelagem, estaríamos inteiramente à mercê do mercado internacional daquela matéria-prima e vítimas indefesas, não raro, de manobras de especulação sem entrancas.

O problema da mecanização rural põe em evidência a importância da cooperação da indústria, na mudança de estrutura da economia agrária do país. Temos, no momento, 30 mil tratores agrícolas, quando para o trabalho eficiente da atual área cultivada necessitaríamos, no mínimo, de 70 mil. Essa revolução tecnológica depende, fundamentalmente, do estabelecimento em nosso território da indústria mecânica.

O mesmo se pode dizer com respeito aos fertilizantes. Observa o Sr. Teixeira Leite que seu emprego permanece na casa das trezentas mil toneladas, incluídas nesta cifra cerca de sessenta mil toneladas de calcário para corretivo. Calculando, "grosso modo", em quinhentos quilos de fertilizantes por hectare, conclui-se que são beneficiados 600 mil hectares, área insignificante comparada à superfície cultivada do país que se elevou, em 1954, a 20 milhões de hectares. São dados de

eloquência terrível, que demonstram a importância da indústria na modernização da economia rural brasileira.

Não existe nenhum antagonismo entre a agricultura e a indústria. Erram os que desejam jungir o Brasil à situação semi-colonial de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas. Erram igualmente os que advogam a industrialização a qualquer preço, sem que se cuide, com igual interesse, de fortalecer as bases na nossa economia agropecuária.

Agricultura e indústria, no Brasil, se interpenetram e devem crescer em harmonia, uma oferecendo à outra elementos de prosperidade, ambas beneficiando e criando a riqueza nacional.

● Aumenta a cultura do algodão no Brasil

Alcançou 450.000 toneladas o produto descarado em 1954, mais 20% do que no ano anterior.

A produção nacional de algodão descarado, tendo atingido cerca de 450.000 toneladas em 1954, foi 20 por cento maior que a do ano anterior. Ficou, entretanto, abaixo de de 1952 (a mais elevada do último decênio), ano em que produzimos mais de 515.000 toneladas, segundo os dados do Serviço de Estatística da Produção, divulgados pelo IBGE. As principais zonas algodoeiras do país estão distribuídas por São Paulo, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde se concentram aproximadamente 80 por cento do total nacional. Os quinze municípios que em 1952 produziram mais de um milhão de arrôbas localizam-se todos no território paulista, destacando-se, pela ordem de importância: Presidente Prudente, Martinópolis, Assaí, Santo Anastácio e Rancharia. No Ceará, os municípios de Iguatu, Itapipoca e Jusás; na Paraíba, os de Sousa, Catolé do Rocha e Pombal; e no Rio Grande do Norte, os de Santo Antônio, Patu e Pedro Avelino, colocavam-se entre os maiores produtores.

Nos dez anos compreendidos de 1945 a 1954, o rendimento médio nas culturas de algodão tem frequentemente oscilado em torno de 150 quilos por hectare, mas no ano passado se elevou a 180 quilos. Dentro do período, observa-se tendência para a melhoria do rendimento, uma vez que a média do primeiro quinquênio (146 quilos) é superada pela do segundo (156 quilos). Contudo, apesar de inegáveis progressos decorrentes, como se pode presumir, do emprego de processos de cultivo mais eficientes, estamos ainda longe dos níveis de rendimento obtidos em países desenvolvidos.

● Reservas de Carvão

Foram estimadas em pouco mais de 34 milhões de toneladas as reservas de carvão do Paraná, segundo revelam estudos promovidos pela Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção Mineral. No cálculo não figuram as quantidades lavradas até agora.

As bacias paranaenses têm a maioria pequenas extensões. Uma exceção, porém, ocorre com a bacia do Rio do Peixe (distrito carbonífero de Cambuí), que mede 9 quilômetros num só sentido. Nesta zona, já é intensa a mineração, que conta com explorações concedidas às empresas "Carboníferas Brasileiras", "Carbonífera do Imba", "Mineração Norte do Paraná", etc. Somente as reservas medidas pelo D.N.P.M. sobem a cerca de 25 milhões de toneladas, ou o correspondente a três quartas partes do total estadual.

No entender dos técnicos daquele órgão do Ministério da Agricultura, o distrito de Cambuí é o único merecedor de interesse no Paraná. Seu minério recuperável pode fornecer coque de boa qualidade, embora não siderúrgico, dado o alto teor em enxofre. Análises procedidas pelo Laboratório da Produção Mineral em "testemunho" de minérios obtidos nas várias sondagens que o Departamento da Produção Mineral realizou no local, mostra-

ram que a percentagem em enxofre medeia entre 7,1 e 8,2 por cento.

Os demais distritos carboníferos do Estado contêm minérios em quantidade reduzida e de inferior qualidade, o que torna anti-econômica a exploração. Entretanto, segundo argumentam os especialistas do D.N.P.M., a viabilidade dos modernos processos de tratamento ainda em estudos, relativos aos diversos tipos de carvões existentes no Brasil, aconselha a que não se desprezem de maneira categórica as reservas consideradas hoje anti-econômicas.

O grande interesse com que o D.N.P.M. tem estudado o problema do carvão nacional fez que, desde 1934, uma equipe de técnicos da Divisão de Fomento inciasse pesquisas nas jazidas do norte do Paraná, do que decorreu o seu posterior aproveitamento industrial, de manifesta valia para o país, sobretudo durante a última guerra, quando as importações do combustível foram drasticamente reduzidas.

● Produção de alumínio

De acôrdo com os dados sujeitos à ratificação, a produção nacional de alumínio registrou sensível aumento, de janeiro a setembro do ano findo, tendo atingido 1.133 toneladas contra 834 em igual período de 1953. Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, o valor do produto foi de Cr\$ 19.763.000,00 nos primeiros nove meses de 1954 e de Cr\$ 16.173.000,00 no mesmo período de 1953.

● Novas jazidas de estanho

Duas novas jazidas de estanho começaram a ser exploradas, durante o ano findo, no Brasil — informa a Divisão de Fomento Mineral do Ministério da Agricultura. Em ambas, o minério aproveitado é a cassiterita, que se apresenta em filões, associada a outros minerais de importância econômica, na lavra localizada no Rio Grande do Sul. Na outra jazida, situada na região de

São João del Rei (Minas Gerais), o minério é encontrado em terrenos aluvionais, isto é, formados pela decomposição mecânica das rochas, sob o efeito da erosão.

A mais importante zona produtora de estanho do Brasil é a de São João del Rei, ue cobre uma área de mais de 5.000 quilômetros quadrados. Os depósitos do Rio Grande do Sul são também expressivos, realçando seu valor as ocorrências de wolframita, turmalina, calcopirita, pirita e outros minerais econômicos a que, em geral, se encontram associados. Existe ainda estanho na zona metalífera do Nordeste, destacando-se as jazidas da região do Seridó, nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba; na zona de Mogi das Cruzes, Jundiá e Sorocaba, no Estado de São Paulo; na região do rio Amapari, no Território do Amapá; além de outros depósitos de menor expressão.

Embora a natureza nos tenha servido com liberalidade, o metal que

até agora produzimos, fica muito aquém das reais necessidades do consumo. Estima-se presentemente que 3.000 toneladas de minério redutível (cassiterita) poderiam atender à demanda de estanho do mercado brasileiro. Entretanto, a produção nacional gira em torno de 300 toneladas, dez vezes menos. Por esse motivo, o estanho vem contribuindo em escala ascendente para onerar a nossa pauta de importações: em 1952, os gastos no exterior com a aquisição do metal já subiam acima de 66 milhões de cruzeiros.

• Produção de arsênico

De janeiro a setembro de 1954, o Brasil produziu 729 toneladas de arsênico, no valor aproximado de 4 milhões de cruzeiros. Em igual período de 1953, a produção foi de 345 toneladas, com o valor correspondente de 1 milhão e 750 mil cruzeiros.

A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Imaginamos que problemas teriam, nos dias atuais, os 6.000.000 de jovens escolares e 180.000 homens da segurança pública e da defesa nacional, se dependessem, para as suas atividades esportivas fundamentais e obrigatórias, do equipamento importado! E os clubes — que são mais de 4.000 — e as entidades — que somam cerca de 100 — como se desenvolveriam?

Atualmente, apenas 10 % são importados e, mesmo assim, representados por matérias-primas. Primeiro fabricando pelotas, depois enveredando pela indústria eclética, a SUPERBALL trouxe ao esporte a produção de sapatos anatômicos de borracha com amortecedores; de bombas para encher bolas; de câmaras de ar de modelo mais econômico e mais durável; de tabelas de basquetebol portáteis; de uniformes anatômicos, para inverno e para verão; de mesas de tênis-de-mesa, portáteis e desmontáveis, de pés articulados; de raquetes para tênis, badminton, tênis-de-mesa; discos, pesos e martelos oficiais; chuteiras anatômicas; dardos indeformáveis.

Durante a II Grande Guerra, a SUPERBALL foi distinguida com o fornecimento ao Exército Americano, do Norte da África, de artigos até então não produzidos, tal a eficiência e a qualidade das amostras!

A SUPERBALL, além de fabricar esses artigos de alta classe, possui grandes lojas no Rio, em Niterói e Belo Horizonte e ainda mantém nada menos de 380 revendedores em 165 cidades do Brasil!

Noticiário de Interesse Militar

"Sniperscope" Aperfeiçoado

Os Laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento do Sv Eng produziram uma versão do aparelho eletrônico de raios infravermelhos denominado "Sniperscope", que permite distinguir um alvo no escuro com o auxílio de raios invisíveis. O novo aparelho tem maior alcance, é de construção mais rústica e dispõe de um aparelho de pontaria mais preciso. Consta de uma fonte de raios infravermelhos e de um dispositivo eletrônico, os quais são montados na arma e alimentados por uma bateria transportada pelo atirador. Os raios invisíveis emitidos pela fonte são



O novo aparelho de raios infravermelhos

refletidos pelos objetos à frente e captados pelo telescópio disposto acima do aparelho de pontaria da arma, onde a imagem torna-se nítida para o atirador. O maior alcance do novo modelo é devido a uma válvula eletrônica mais poderosa que funciona com 20 000 volts, enquanto a antiga operava apenas com 4 000. Os problemas de manutenção foram reduzidos a metade. É possível agora fazer uma completa manutenção em campanha. A maior precisão da pontaria foi obtida pelo uso de um retículo iluminado ajustável, que substitui o tipo escuro empregado no antigo modelo. Seu peso total de 14 kg constitui um inconveniente. Metade desse peso corresponde às baterias e à fonte de alimentação e luz. Estão sendo realizadas pesquisas para eliminar esse inconveniente.

Os russos seriam derrotados caso fôsse iniciada agora uma guerra atômica

O general Alfred M. Gruenther, comandante supremo das forças aliadas na Europa, assegurou, que os russos serão derrotados numa guerra atômica, se atacarem agora.

Contudo, afirmou, ao falar aos jornalistas, que a guerra não se verificará, se a Aliança Atlântica se mantiver firme.

"Tenho confiança razoável no futuro — disse o general Gruenther. A maior debilidade da nossa defesa, a defesa aérea, será corrigida por uma nova organização científica em Haia e um novo estado-maior de defesa aérea especial, que trabalhará no Q.-G. da Aliança do Atlântico, aqui."

Mais adiante, o general Gruenther declarou que a superioridade ocidental, agora e no futuro, depende da capacidade do ocidente para atacar com armas atômicas, frisando:

"Os comunistas não têm antídoto para o bombardeio a jato norte-americano B-47 ou para o bombardeiro B-52 intercontinental, melhor ainda, e que foi pôsto recentemente em serviço."

O chefe supremo aliado foi interrogado pelos jornalistas sobre se os comandos militares aliados teriam que consultar os governos civis, antes de recorrer às armas atômicas, no caso de uma agressão comunista.

A êsse respeito, disse o general:

"Reconhece-se geralmente que, se tiver que agir assim, um chefe militar poderá fazer tudo o que fôr necessário para proteger suas tropas, no caso de um ataque. Eu diria que êsse chefe militar pode atuar de acôrdo com êsse critério."

Contudo, acrescentou que não acreditava que a decisão se produzisse dessa maneira, destacando que "mais provavelmente haveria um ataque limitado, em alguma parte. Então, corresponderia aos governos civis decidir se se trata de uma guerra importante e se se deve apertar o botão".

Recomendou força para impedir a necessidade de tão trágica decisão, dizendo:

"Se pudermos manter a superioridade, isto dissuadirá o agressor e contribuirá enormemente para a paz."

O general Gruenther revelou que o Ocidente tem agora 125 aeródromos na Europa Ocidental, dos quais pode operar contra o agressor, ao passo que em março de 1951 havia somente 15 aeródromos.

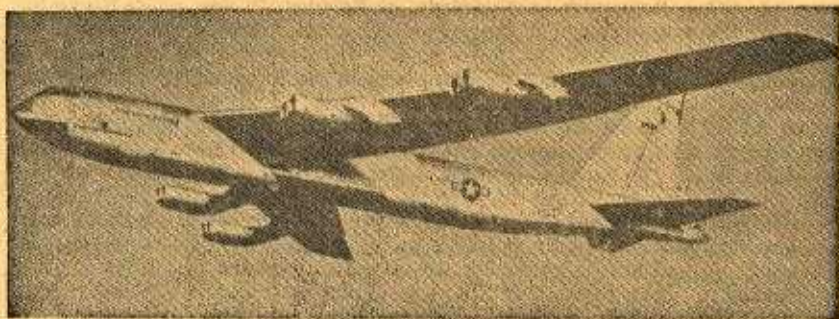
Em seguida, o general Gruenther declarou que o novo estado-maior da defesa aérea, composto por 12 oficiais, será chefiado pelo comodoro do ar britânico Charles G. Llott e atuará sob as ordens do general Lauris Norstad. Êsse estado-maior estudará o problema da defesa aérea que, segundo afirmou, "é talvez a nossa maior debilidade".

Além disso, acrescentou o comandante-chefe aliado, o Centro Tático de Defesa Aérea em Haia começará a trabalhar, em meados de abril próximo, sob as ordens dos cientistas holandeses G.K. Sizoo e J. Picket.

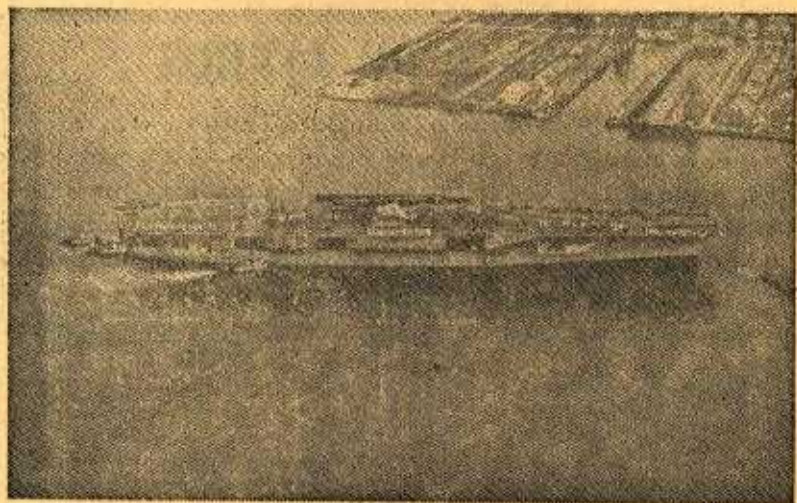
Barcaça de Matéria Plástica

Para atender à necessidade de uma embarcação de fundo chato e autopropulsada para emprêgo nas águas muito rasas das vias navegáveis interiores, foi apresentada recentemente uma barcaça autopropulsada, dividida em seções e construída com um novo tipo de "fiberglass" que se assemelha a uma colméia de abelhas. A nova barcaça pesa apenas 10,2t e pode transportar 5t de carga, calando apenas 53 cm quando carregada. Em

águas mais profundas sua capacidade máxima é de 10t. Dispõe de reforços na proa, que permitem seu emprêgo como rebocador, capaz de impulsionar um grupo de barcas comuns de pouco calado. A matéria plástica com que foi construída possui um núcleo central de algodão poroso, impregnado com resina fenólica. Protegendo o núcleo, de ambos os lados, existem camadas de "faberglass" revestidas com uma nova resina polistirênica. O barco exige pouca manutenção e qualquer dano no casco pode ser rapidamente reparado. Essa embarcação de 15 secções foi projetada de modo a ser transportável por partes, por avião, trem ou caminhões, e pode ser facilmente montada na água, na região de destino, sem necessidade de especialistas, ferramentas ou equipamento especial.



Este é o moderníssimo bombardeiro pesado da Força Aérea Norte-Americana que recebeu o prefixo B-52. Pode desenvolver mais de 960km por hora e tem um raio de ação superior a 16 mil quilômetros. Pesa 158 toneladas, e mede 56 de comprimento por 47 de largura.



Este é o super porta-aviões "Forrestal", de 60 mil ton., pertencente à Marinha dos EE.UU. Tem 317m de comprimento por 70m de largura. Pode navegar a 30 nós e possui 4 catapultas, que em conjunto podem lançar 32 aviões em 4 minutos.

Alemanha Ocidental (Aliança)

Foi recentemente assinado por nove nações ocidentais um acôrdo que altera o equilíbrio de forças na Europa e que torna a Alemanha uma aliada dos Estados Unidos e de outros antigos inimigos. As resoluções assinadas pelos representantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e Canadá serão agora examinadas por juristas e técnicos militares, que estudarão os múltiplos aspectos legais e técnicos relativos à liberação do antigo inimigo e ao contróle de seu rearmamento. As resoluções, que ainda deverão ser ratificadas pelos poderes legislativos dos países interessados, prevêem um rigoroso contróle internacional, destinado a evitar que a nova Alemanha se torne demasiadamente forte e venha a constituir outra ameaça para os seus vizinhos. Pelos termos do acôrdo, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França concordam em suspender no mais curto prazo possível a ocupação da Alemanha. As nove nações aprovaram o fortalecimento e ampliação do pacto das cinco nações, assinado em Bruxelas, mediante a inclusão da Alemanha Ocidental e Itália como membros regulares. Os cinco países originais são a Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Este grupo supervisionará em nome da NATO o rearmamento da Alemanha. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Canadá comprometeram-se a manter tropas na Europa, enquanto perdurar a ameaça que pesa sobre o continente. A Alemanha prometeu resolver pacificamente qualquer disputa com outros países, e poderá manter uma força de 500 000 homens. Organizará seis divisões de infantaria, quatro blindadas e duas motorizadas; uma força aerotática de cerca de 1 000 aparelhos, entre bombardeiros médios e caças de apoio às forças terrestres; uma esquadra de pequenos navios para patrulhar as suas costas.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A.

Da leitura do relatório e balanço da Companhia Vale do Rio Doce S.A., relativos ao exercício de 1954, fica-nos a certeza da solidez econômica da grande empresa fundada em 1942. Com apenas 12 anos de existência, já pode a grande Companhia apresentar muitos fatores positivos e auspiciosos.

Assim é que se verifica do seu balanço já haverem sido invertidos, em obras e equipamentos, mais de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, para um capital social de seiscentos e cinquenta milhões, ou seja, inversões três vezes maiores que o capital.

Na parte relativa à exportação de minério, temos os seguintes dados comparativos: no ano de 1942, foram exportadas 34.849 tons. de minério de ferro, com uma receita de US\$ 189.602,82 e Cr\$ 3.484.900,00 em moeda nacional. Essa exportação foi crescendo gradativamente, até alcançar, em 1954, a expressiva quantidade de 1.562.190 tons., com uma receita de US\$ 20.101.244,25 e Cr\$ 858.373.334,40 em moeda nacional.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas, de propriedade da Companhia, foi inteiramente remodelada em seu traçado, obedecendo às modernas condições da técnica ferroviária e teve o seu parque de material rodante e de tração quase integralmente substituído, constituindo hoje um fator decisivo de progresso do ubérrimo vale do Rio Doce, considerado um dos mais promissores rincões do solo pátrio. Modernos trens de aço para passageiros foram inaugurados em 1953, transmutando por completo a fisionomia do vale há poucos anos quase abandonado. Como consequência lógica dos melhoramentos introduzidos pela Vale do Rio Doce em sua linha férrea — único meio de transporte da zona — novas indústrias ali se localizaram, fazendo nascer cidades e vilas, num autêntico milagre de renovação e vida.

As enormes receitas anuais da Companhia, voltam, direta ou indiretamente, para a zona de onde saem e transitam as riquezas minerais que justificaram sua criação.

Nesse período de 12 anos, as vendas de minério já renderam para a Companhia cerca de 2 bilhões de cruzeiros, que voltaram, indiscutivelmente, para a zona de influência da Vale do Rio Doce e foram despendidos, em grande parte, no pagamento de seus empregados, em número superior a 6.000. Os proventos dessas seis mil famílias proporcionam as necessárias receitas ao comércio e indústrias da zona onde residem, possibilitando a sua existência e progresso. O restando daquela fabulosa re-

ceita, está também no vale do Rio Doce ou na cidade de Itabira, onde se encontram as minas de ferro, na forma de instalações mecânicas custosíssimas, de locomotivas modernas, de trens de aço, de vagões, trilhos, etc. Está na construção de várias centenas de casas e edifícios construídos para residência de empregados, de estações, de armazéns, de escolas, de hospitais, etc. Muitos desses cruzeiros foram despendidos em assistência médica e hospitalar, no pagamento dos médicos dedicados à saúde dos empregados da Companhia e de suas famílias; no tratamento das epidemias que devastavam o vale, na preparação higiênica de locais de trabalho, na cooperação com o SESP na guerra sem trégua às febres.

Por outro lado, grande parte dessa receita voltou ainda aos Estados e Municípios de Minas e Espírito Santo, na forma de impostos ou de ajuda aos respectivos governos estaduais ou municipais, para obras e serviços de interesse público. Voltou, também, às populações do interior na forma de auxílios a organizações e entidades particulares para construção ou manutenção de escolas, de orfanatos, de igrejas, de campos de esporte.

Considerando todos esses aspectos, a importância da Companhia não pode ser confinada apenas ao campo da indústria de extração do minério e do seu comércio, mas no campo vastíssimo de propulsora de uma civilização nova numa pujante parcela da terra brasileira.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra publicados no D.O. durante o mês de março

AVISO N. 184 — EM 1 DE MARÇO DE 1955

Considerando :

Que a 12 de maio do corrente ano, transcorre o 1º Centenário do nascimento do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca;

Que esse ilustre chefe militar prestou relevantes serviços ao Exército, principalmente no Comando do antigo 4º Distrito Militar e como Ministro da Guerra, cuja gestão se caracterizou por uma série de grandes e úteis medidas tendo em vista a reorganização do Exército, o seu reaparelhamento industrial, o estabelecimento do serviço militar obrigatório e a construção de numerosos quartéis e vilas militares;

Que além de suas brilhantes atividades militares, foi o Marechal Hermes da Fonseca distinguido pelo povo com a eleição para o 1º Magistrado da Nação, onde se assinalou pelo seu espírito construtivo e de alta inspiração democrática;

Que é dever do Exército cultivar a memória de seus grandes nomes e manter suas tradições como exemplos para gerações atuais e futuras,

Resolvo :

O Exército Brasileiro comemorará com solenidades especiais o dia 12 de maio do corrente ano em que se completa o 1º Centenário de nascimento do Marechal Hermes da Fonseca.

Para organizar e dirigir as comemorações daquela data, designo a seguinte Comissão sob a presidência

do Exmo. Sr. Gen. de Div. Rafael Danton Carrastazú Teixeira : Gen. de Bda. Elidio Rômulo Colônia, Cel. de Artilharia, João Punaro Bley, Tenente-Coronéis de Infantaria Agenor Monte, Raymundo Ferreira de Souza, Ten.-Cel. Professor Umberto Peregrino Seabra Fagundes e Senhor Alberto Lima.

("Diário Oficial" n. 51, de 3-III-1955.)

AVISO N. 189-D/3-A — EM 3 DE MARÇO DE 1955

Urgência para o provimento de pessoal e material às Unidades Rodoviárias e Ferroviárias recentemente criadas.

Havendo o maior interesse em que às Unidades criadas pelo Decreto n. 36.787, de 19 de janeiro de 1955 (1º Btl. Rd. e 3º e 4º Btls. Fvs.), entrem em funcionamento o mais breve possível e porque já este Ministério tenha baixado todos os atos necessários à constituição e instalação das Unidades em aprêço (Portarias ns. 14-14 e 15-15, Reservadas, de 2 e 3 de fevereiro, respectivamente. Notas ns. 21-20 e 22-21, Reservadas, de 3 de fevereiro de 1955, aos Cmts. da 10ª e 7ª R.M., respectivamente e Notas ns. 23-22, 24-23 e 36-32, Reservadas, de 3, 3 e 15 de fevereiro de 1955, respectivamente, ao D.G.P. por intermédio do D.G.A.), determino que seja dada, por todos os Órgãos incumbidos, direta ou indiretamente, do provimento em pessoal e material para as mesmas, a maior urgência nas providências que lhes couberem a respeito.

("Diário Oficial" n. 54, de 7-III-1954.)

AVISO N. 190 — EM 3 DE MARÇO DE 1955

Considerando que, dia a dia, mais angustiante se torna o problema de vagas no Colégio Militar, ocasionando até medidas administrativas para a ampliação daquele educandário, a fim de que possa ele, mais eficientemente, servir aos objetivos para que foi criado: ministrar educação secundária;

Considerando que, conquanto ponderáveis as razões econômicas apresentadas para a criação do Curso de Admissão à 1ª Série Ginásial, tais razões se enfraquecem quando sabemos que o custo do ensino secundário naquela casa de ensino, por muito barato, justifica mais que as vagas ali existentes sejam antes preenchidas pelos alunos do ginásio que pelos do Curso de Admissão (C. Ad.), porquanto atendo a um maior número de militares, quer sirvam no Rio de Janeiro, quer em guarnições do interior;

Considerando que se tem buscado justificar a existência do Curso de Admissão (C. Ad.) com dizer que os militares não terão de pagar cursos civis para instruir os filhos, quando é sabido que para ingresso no Curso de Admissão do Colégio Militar há um concurso, para o qual filhos de militares hão de preparar-se — de modo que, brevemente, haverá cursos civis de admissão ao Curso de Admissão ao Colégio Militar — fato que, evidentemente, nulifica as razões econômicas geralmente apresentadas;

Considerando que o Decreto número 22.418, de 9 de janeiro de 1947, destina o Colégio Militar a precipuamente dar ensino secundário aos filhos de militares — e não ensino primário;

Considerando que o Curso de Admissão (C. Ad.) criado no Colégio Militar, em caráter experimental, pelo Aviso n. 159, de 11 de março de 1952 não atende a todos os filhos de militares, porquanto apenas presta serviço aos que servem no Rio de Janeiro e de certo modo, concorre

para ocupar espaço no Colégio Militar de outros filhos de companheiros que servem fora.

Resolvo, de acordo com o art. 59 da Lei do Ensino Militar:

1) Tornar insubsistente o Aviso n. 159, de 11 de março de 1952, que no Colégio Militar, em caráter experimental, criou o Curso de Admissão à 1ª Série Ginásial (C. Ad.).

2) Neste ano letivo de 1955 o Curso de Admissão (C. Ad.) continuará funcionando com os alunos já matriculados, mas a partir de 1956 definitivamente estará extinto.

("Diário Oficial" n. 54, de 7-III-1955.)

PORTARIA N. 139 — DE 4 DE MARÇO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o art. 95, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), resolve aprovar as "Diretivas Gerais para o Licenciamento do Contingente incorporado em 1954", pertencente ao Grupoamento "B".

("Diário Oficial" n. 55, de 8-III-1955.)

AVISO N. 196-D/1-1 — EM 7 DE MARÇO DE 1955

1. Consulta o Chefe do E.R.F.-4, em Ofício n. 647-SR1-54, se cabe direito à percepção da gratificação de Tropa, ao oficial que, promovido, aguarda nova classificação adido ao Corpo de Tropa a que pertencia, onde não existe vaga de seu posto nem de posto superior.

2. Em solução, e aprovando parecer do Estado-Maior do Exército, declaro:

a) tendo em vista que:

Desde que não haja incompatibilidade hierárquica, o oficial promovido deve aguardar nova classificação, adido como se efetivo fôsse, ao Corpo de Tropa a que pertencia, de acordo com o § 1º, do art. 13, da Lei de Movimento de Quadros, combinado com o n. 41, do art. 55, do R-1;

E, assim sendo fica na situação de oficial efetivo da Unidade e sujeito ao exercício de cargo (se houver vaga) e de encargos (mesmo não havendo vaga) que lhe forem cometidos, ou seja, na função de arregimentado, de acordo com a conceituação expressa no art. 5º, do C.V.V.M. ;

b) fica estabelecido que, o oficial promovido, durante o tempo em que aguarda nova classificação, adido como se efetivo fôsse, ao Corpo de Tropa a que pertencera, faz jus à gratificação de Tropa a que se refere a Lei n. 2.283, de 9 de agosto de 1954.

("Diário Oficial" n. 56, de 9-III-955.)

PORTARIA N. 150 — DE 8 DE MARÇO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando proposta da Diretoria Geral de Saúde, e de acordo com parecer do Estado-Maior do Exército, modifica a Portaria número 172, de 2 de julho de 1947, para o seguinte :

1. As Chefias de Saúde Regionais deverão :

— Receber e reunir os mapas modelo VI feitos pelas Juntas Militares de Saúde de convocados e remetê-los à Diretoria Geral de Saúde ;

— Receber e reunir os mapas III e IV das Juntas Militares de Saúde Permanentes e remetê-los à Diretoria Geral de Saúde nos 10 primeiros dias de cada mês ;

— Receber e reunir os mapas III, IV e V das Juntas Militares de Saúde Extraordinárias e Especiais logo que terminados seus trabalhos e remetê-los à Diretoria Geral de Saúde.

2. Todos os mapas referidos constam da Portaria n. 172, de 21 de julho de 1942.

3. Qualquer dispositivo contrário a estas disposições fica revogado.

("Diário Oficial" n. 57, de 10-III-955.)

AVISO N. 199 — DE 8 DE MARÇO DE 1955

Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
— Mudança de QMG

Resolvo de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército :

1. Todo o sargento que esteja obrigado a realizar novo CAS, por força de opção para determinada QMG, deverá fazê-lo completando o Curso de Aperfeiçoamento ou equivalente que já possui com a realização de um outro correspondente a sua atual QMG.

2. As matrículas e a frequência no novo Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente, obedecerão às seguintes condições :

a) Serão efetuadas na primeira turma que funcionar, logo após a publicação do presente Aviso ;

b) Serão dispensadas as exigências de idade e as condições previstas nas letras b) e c), do parágrafo único do art. 17, das Instruções Reguladoras do Aperfeiçoamento de Sargentos. (Portaria n. 148, de 30 de junho de 1947) ;

c) A frequência será limitada apenas, aos assuntos peculiares ao novo Curso ;

d) O grau final de aprovação, será a média aritmética entre o grau obtido no Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente anterior, e o conseguido no novo Curso ;

e) As matrículas deverão obedecer à mais rigorosa ordem de graduação e antiguidade.

("Diário Oficial" n. 57, de 10-III-955.)

AVISO N. 230 — EM 10 DE MARÇO DE 1955

Correspondência entre Graus e Menções

(Solução de Consulta)

Em solução a uma consulta da Diretoria Geral do Pessoal e tendo em vista o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que o cômputo dos graus de aprovação nos diferentes cursos de praça deve obedecer ao prescrito no art. 34, do "Regulamento de Preceitos Comuns aos Es-

tabelecimentos de Ensino do Exército" e que as Menções, com os graus assim expressos, sejam :

- de 0 a 8 (inclusive) — Muito Bem ;
- de 8 (exclusive) a 6 (inclusive) — Bom ;
- de 6 (exclusive) a 4 (inclusive) — Regular.

("Diário Oficial" n. 65, de 19-III-1955.)

PORTARIA N. 199 — DE 19 DE MARÇO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército resolve fixar, para o corrente ano, o número de vagas para a Escola de Sargentos das Armas (ESA), da forma que se segue :

1) Curso de Formação e Aperfeiçoamento :

- Infanteria — 120 (cento e vinte)
- Cavalaria — 130 (cento e trinta)
- Artilharia — 20 (vinte)
- Engenharia — 65 (sessenta e cinco)

2) Curso de Formação e destinadas a Es Com :

- Infanteria — 30 (trinta)
- Cavalaria — 20 (vinte)
- Engenharia — 25 (vinte e cinco)

3) Curso de Formação e destinadas a Es AC :

- Artilharia — 35 (trinta e cinco)

4) Curso de Formação e destinadas ao CIDAAé :

- Artilharia — 35 (trinta e cinco).

("Diário Oficial" n. 67, de 22-III-1955.)

PORTARIA N. 200 — DE 19 DE MARÇO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve acrescentar de 19 (dezenove), o número de vagas de que trata a Portaria n. 28, de 19 de janeiro de 1955, para o Curso B, da Escola de Comunicações, e destinadas a Sargentos oriundos da tropa,

assim discriminadas pelas diversas Armas :

- Infanteria — 10 (dez)
- Cavalaria — 2 (duas)
- Artilharia — 6 (seis)
- Engenharia — 1 (uma).

No corrente ano o Curso de Sargentos de Comunicações funcionará na Escola de Comunicações para os Sargentos de todas as Armas (QMG — Comunicações) e de todas as Regiões Militares, ficando assim alterado o prescrito na Portaria n. 685, de 10 de novembro de 1954.

("Diário Oficial" n. 67, de 22-III-1955.)

DECRETO N. 37.059 — DE 21 DE MARÇO DE 1955

Dá nova redação aos arts. 83, 95 e ao § 3º, do art. 101, do Regulamento para os CPOR, aprovado pelo Decreto número 23.392, de 31 de dezembro de 1948.

("Diário Oficial" n. 68, de 23-III-1955.)

AVISO N. 244 — EM 21 DE MARÇO DE 1955

Retificação de nome, filiação, idade ou naturalidade

1. A retificação de idade só será determinada :

A) Para o pessoal pertencente aos diversos quadros das armas ou serviços :

a) quando houver erro de impressão e mediante requerimento do interessado feito até 6 (seis) meses de publicação, do Almanaque respectivo ;

b) em casos especiais, mediante audiência da Consultoria Jurídica e determinação do Ministro da Guerra.

B) Para os convocados :

a) quando houver evidente equívoco na organização dos documentos de alistamento, incorporação, matrícula ou concessão de certificados de reservistas ou de isenção do serviço militar ;

b) quando o peticionário não haja apresentado sua certidão de nascimento ao se alistar ou quando

tenha sido alistado a revelia, observadas as disposições dos arts. 25, § 2º e 26, do Decreto-lei n. 9.500, de julho de 1946;

c) nos casos determinados pelo Poder Judiciário;

d) nos casos da letra b), é arbitrado o prazo de 6 (seis) meses após a verificação de praça ou, para os não incorporados, após o recebimento do documento comprobatório a que se refere o art. 141, da Lei do Serviço Militar, para a apresentação do requerimento.

2. A retificação de nome, filiação, idade ou naturalidade, é de competência:

a) do D.G.A., para os Oficiais;

b) da DGP., para os Subtenentes e Sargentos da ativa;

c) dos Comandos de Regiões Militares, para os Cabos e Soldados da ativa em serviço no território de sua jurisdição;

d) da D.G.S.M., para os militares da reserva ou reformados reservistas e os isentos de serviço militar.

3. O processamento da retificação será feito mediante requerimento, instruído:

a) com a certidão de nascimento, de inteiro teor (de verbo adverbium) extraída do Registro Civil;

b) com o documento a ser retificado, se fôr o caso.

4. Ordenada a retificação solicitada, será feito expediente para os órgãos interessados, a fim de serem feitas as devidas alterações nos assentamentos individuais e fichários de mobilização. No caso de se acharem as alterações do militar recolhidas ao Arquivo do Exército, a Diretoria Geral do Serviço Militar, fará comunicação a esta Repartição, em ofício, o qual, será anexado às referidas alterações, sem necessidade de serem feitas quaisquer anotações relativas à retificação ordenada.

5. Fica revogado o Aviso número 857-Nopr 1, de 31 de março de 1942, devendo ser revistos os processos de retificação de idade de oficiais concedidas com base no Aviso n. 241, de 9 de abril de 1954.

("Diário Oficial" n. 70, de 25-III-935.)

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pósto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.



COLABORAM NESTE NÚMERO :

Affonso de E. Taunay
Professor Eduardo Duarte
Engenheiro José Ermirio de Moraes
Dr. Renato de Mendonça.
Acadêmico Peregrino Junior
General Dermeval Peixoto
General M. Ignácio Carneiro da Fontoura
Cel. Antonio de Brito Junior
Cel. João Batista Magalhães
Ten.-Cel. João Batista Peixoto
Maj. Fernando A. Moreira Barbosa
Maj. Darcy A. Noll
Cap. Egon de Oliveira Bastos
Cap. Orlando Viégas



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1955